

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Camila Dafne de Carvalho Ferreira

HARMONIZANDO INTERESSES: Coordenação Interna e Alinhamento Externo dos BRICS

Mestrado em Ciência Política

Belo Horizonte

2024

Camila Dafne de Carvalho Ferreira

HARMONIZANDO INTERESSES: Coordenação Interna e Alinhamento Externo dos BRICS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política, na linha de pesquisa “Instituições Políticas e Política Internacional”.

Orientador: Dr. Dawisson Elvécio Belém Lopes

Belo Horizonte

2024

320 Carvalho, Camila.
C331h Harmonizando interesses [manuscrito]: coordenação
2024 interna e alinhamento externo dos BRICS / Camila Dafine de
Carvalho Ferreira. - 2024.
157 f.
Orientador: Dawisson Elvécio Belém Lopes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1. Ciência política – Teses. 2. BRICS - Teses. 3. Votação
- Teses. I. Lopes, Dawisson E. Belém. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA 06ª/2024 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA CAMILA DAFNE DE CARVALHO FERREIRA

Realizou-se, no dia 22 de abril de 2024, às 13:30 horas, por videoconferência, a defesa da dissertação, intitulada "HARMONIZANDO INTERESSES: Coordenação Interna e Alinhamento Externo dos BRICS", elaborada e apresentada por CAMILA DAFNE DE CARVALHO FERREIRA - número de registro 2022659222, graduada no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Dawisson Elvécio Belém Lopes - Orientador (DCP/UFMG), Profa. Janina Onuki (USP), Prof. Lucas Pereira Rezende (DCP/UFMG). A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 22 de abril de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Pereira Rezende, Professor do Magistério Superior**, em 22/04/2024, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dawisson Elvecio Belem Lopes, Diretor**, em 02/05/2024, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janina Onuki, Usuária Externa**, em 03/05/2024, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3173734** e o código CRC **50243738**.

Referência: Processo nº 23072.221065/2024-24

SEI nº 3173734

AGRADECIMENTOS

Carlos Drummond de Andrade escreveu que as coisas findas, muito mais que lindas, essas ficarão. E ficarão. Neste momento de conclusão desta etapa, tenho uma longa lista de agradecimentos a fazer, pois ninguém chega a lugar algum sozinho. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a mim pela dedicação, comprometimento e responsabilidade inequívocas dedicadas à minha formação e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Agradeço aos meus pais por serem minha solidez, terem me acompanhado nesta jornada e por continuarem a fazê-lo, independentemente dos caminhos que eu possa seguir no futuro. Agradeço à minha irmã por ser minha parceira na vida desde o seu nascimento. Às famílias Carvalho e Ferreira, agradeço pela confiança, admiração e amor cultivados ao longo desses anos. Sem essas pessoas, eu não seria nem um décimo do que sou hoje; sempre serei eternamente grata por ter nascido nessa configuração familiar e a teria escolhido se tivesse tido a oportunidade.

Agradeço aos amigos de longa data que continuam comigo nesta jornada, e aos da Universidade Federal de Minas Gerais, nominalmente à Fernanda Pereira pela amizade inequívoca, Marcos Palmeira, Luis Henrique e Sofia Barbosa. Ainda, agradeço aos que fiz ao longo do mestrado. Especialmente, agradeço aos colegas do Centro de Estudos Legislativos que foram fundamentais para o meu amadurecimento acadêmico: Eliene Silva, Caio Cardoso, João Paulo Dellasta, João Alípio Correia e Adwaldo Peixoto. Um agradecimento especial à Rosinha (em memória), funcionária da limpeza da Universidade, com quem pude ter conversas importantes enquanto estava no trabalho. Agradeço à minha turma de 2022 pelos momentos maravilhosos vividos e pelas memórias criadas juntos. Agradeço também às amizades que vão além do âmbito acadêmico: Fernanda Reis, Marcos Palmeira, Sofia Barbosa, Luis Henrique, Larissa Antunes, Gabrielle Marques, Mariana Costa, Zeonyr Barbosa, Leonardo Martins e Catharina Melo.

Ao corpo docente, agradeço em primeiro lugar ao meu orientador Dawisson Lopes pela confiança depositada ao longo dos anos e pelo apoio ao meu desenvolvimento intelectual. Agradeço à professora Magna Inácio pelo apoio e parceria durante essa jornada. Agradeço aos professores Thiago Moreira, Felipe Nunes e Ana Paula Karruz pelos conhecimentos compartilhados que me tornam uma pesquisadora melhor. Por fim, gostaria de dedicar um agradecimento geral à UFMG. Obrigada por ter me permitido crescer em todos os aspectos possíveis, obrigada por ter me permitido desenvolver-me como estudante e como

profissional, o apoio da universidade é incomensurável. Agradeço ao CACS Línguas pela belíssima iniciativa que me permitiu aprender outros dois idiomas com êxito. Celebro as iniciativas estudantis e as instituições públicas de ensino no Brasil.

RESUMO

O alinhamento político dos países membros dos BRICS na Assembleia Geral das Nações Unidas é um aspecto crucial para compreender a coesão e a eficácia da coalizão. Este estudo adota uma abordagem mista, combinando a análise das atas de reuniões de cúpula dos BRICS com padrões de votação na Assembleia Geral, para investigar a convergência interna do grupo nesse importante fórum internacional. Os resultados indicam que a AGNU é um espaço relevante para os BRICS, onde esses países demonstram um grau de alinhamento interno, especialmente em agendas relacionadas à Palestina e ao desenvolvimento econômico. No entanto, esse alinhamento não é uniforme, sugerindo que a convergência interna dos BRICS é mais instrumental do que substantiva em certos aspectos. Pesquisas futuras são necessárias para aprofundar a compreensão dos mecanismos de cooperação interna dos BRICS na AGNU, visando identificar estratégias que promovam uma atuação mais efetiva e unificada da coalizão. Além disso, o potencial ingresso de novos países nos BRICS levanta questões sobre a afinidade de interesses e a divisão interna já existente, destacando a necessidade de investigações que avaliem a unidade de interesses e objetivos no grupo.

Palavras-chaves: BRICS; alinhamento; coordenação; votação.

ABSTRACT

The political alignment of the BRICS member countries in the United Nations General Assembly is a crucial aspect for understanding the cohesion and fundamentals of the coalition. This study adopts a mixed methods approach, combining the analysis of BRICS summit meeting minutes with voting patterns in the General Assembly to investigate the internal convergence of the group in this important international forum. The results show that the UNGA is a relevant space for the BRICS, where these countries demonstrate a degree of internal alignment, especially on agendas related to Palestine and economic development. However, this alignment is not uniform, suggesting that the internal convergence of the BRICS may be more instrumental than substantive in certain agendas. Future research is essential to deepen the understanding of the mechanisms of internal cooperation among the BRICS in the UNGA, aiming to identify strategies that promote a more effective and unified performance of the coalition. Additionally, the entry of new countries into the BRICS raises questions about the affinity of interests and the existing internal division, highlighting the need for investigations that assess the unity of interests and goals within the group.

Key-words: BRICS; alignment; coordination; voting.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR - Arranjo Contingente de Reservas
AGNU - Assembleia Geral das Nações Unidas
ASACR - Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional
ASEAN - Association of Southeast Asian Nations
AOSIS - Alliance of Small Island States
BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CARICOM - Caribbean Community
CEI - Comunidade de Estados Independentes
CIS - Commonwealth of Independent States
COP - Conferência das Partes
CSTO - Collective Security Treaty Organization
EEU - Eurasian Economic Union
EUA - Estados Unidos da América
FMI - Fundo Monetário Internacional
FSB - Financial Stability Board
GATT - General Agreement on Tariffs and Trade
G-20 - Grupo dos 20
G-77 - Grupo dos 77
Mercosul - Mercado Comum do Sul
NAM - Non-Aligned Movement
NBD - Novo Banco de Desenvolvimento
OIC - Organization of the Islamic Conference
OMC - Organização Mundial do Comércio
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB - Produto Interno Bruto
PIF - Pacific Islands Forum
SADC - Southern African Development Community

UA - União Africana

UE - União Europeia

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Menções à Assembleia Geral das Nações Unidas nas Cúpulas dos BRICS

Gráfico 2 - Agendas de Compromisso dos BRICS na Assembleia Geral das Nações Unidas

Gráfico 3 - Presença das Agendas da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Reuniões de Cúpula dos BRICS

Gráfico 4 - Clusterização K-means dos Agreement Scores entre os BRICS e os Não-BRICS na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2012 a 2020

Gráfico 5 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2012 a 2020

Gráfico 6 - Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação em Todas as Resoluções de 2012 a 2020

Gráfico 7 - Alinhamento nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Abstenções em Todas as Resoluções de 2012 a 2020

Gráfico 8 - Alinhamento nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Reprovação em Todas as Resoluções de 2012 a 2020

Gráfico 9 - Alinhamento nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausência em Todas as Resoluções de 2012 a 2020

Gráfico 10 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções sobre o Conflito na Palestina de 2012 a 2020

Gráfico 11 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Aprovação das Resoluções sobre Conflitos na Palestina de 2012 a 2020

Gráfico 12 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Abstenção das Resoluções sobre Conflitos na Palestina de 2012 a 2020

Gráfico 13 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Reprovação das Resoluções sobre Conflitos na Palestina de 2012 a 2020

Gráfico 14 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas Para Ausência nas Resoluções sobre Conflitos na Palestina de 2012 a 2020

Gráfico 15 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções sobre Material Nuclear de 2012 a 2020

Gráfico 16 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Aprovação das Resoluções sobre Material Nuclear de 2012 a 2020

Gráfico 17 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Abstenção das Resoluções sobre Material Nuclear de 2012 a 2020

Gráfico 18 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Reprovação das Resoluções sobre Material Nuclear de 2012 a 2020

Gráfico 19 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas Para Ausência nas Resoluções sobre Material Nuclear de 2012 a 2020

Gráfico 20 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções sobre Controle e Desarmamento de 2012 a 2020

Gráfico 21 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Aprovação das Resoluções sobre Controle e Desarmamento de 2012 a 2020

Gráfico 22 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Abstenção das Resoluções sobre Controle e Desarmamento de 2012 a 2020

Gráfico 23 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Reprovação das Resoluções sobre Controle e Desarmamento de 2012 a 2020

Gráfico 24 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausência nas Resoluções sobre Controle e Desarmamento de 2012 a 2020

Gráfico 25 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções sobre Colonialismo de 2012 a 2020

Gráfico 26 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Aprovação das Resoluções sobre Colonialismo de 2012 a 2020

Gráfico 27 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Abstenção das Resoluções sobre Colonialismo de 2012 a 2020

Gráfico 28 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Reprovação das Resoluções sobre Colonialismo de 2012 a 2020

Gráfico 29 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausências nas Resoluções sobre Colonialismo de 2012 a 2020

Gráfico 30 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções sobre Direitos Humanos de 2012 a 2020

Gráfico 31 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Aprovação nas Resoluções sobre Direitos Humanos de 2012 a 2020

Gráfico 32 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Abstenção nas Resoluções sobre Direitos Humanos de 2012 a 2020

Gráfico 33 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Reprovação nas Resoluções sobre Direitos Humanos de 2012 a 2020

Gráfico 34 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausências nas Resoluções sobre Direitos Humanos de 2012 a 2020

Gráfico 35 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções sobre Desenvolvimento Econômico de 2012 a 2020

Gráfico 36 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Aprovação nas Resoluções sobre Desenvolvimento Econômico de 2012 a 2020

Gráfico 37 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Abstenção nas Resoluções sobre Desenvolvimento Econômico de 2012 a 2020

Gráfico 38 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Reprovação nas Resoluções sobre Desenvolvimento Econômico de 2012 a 2020

Gráfico 39 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausência nas Resoluções sobre Desenvolvimento Econômico de 2012 a 2020

Gráfico 40 - Clusterização K-means dos Agreement Scores entre os BRICS e os Não-BRICS na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2012 a 2022

Gráfico 41 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2021 e 2022

Gráfico 42 - Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação em Todas as Resoluções em 2021 e 2022

Gráfico 43 - Alinhamento nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Reprovação em Todas as Resoluções em 2021 e 2022

Gráfico 44 - Alinhamento nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Reprovação em Todas as Resoluções em 2021 e 2022

Gráfico 45 - Alinhamento nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausência em Todas as Resoluções em 2021 e 2022

Gráfico 46 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções sobre o Conflito na Palestina em 2021 e 2022

Gráfico 47 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Aprovação das Resoluções sobre Conflitos na Palestina em 2021 e 2022

Gráfico 48 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Abstenção das Resoluções sobre Conflitos na Palestina em 2021 e 2022

Gráfico 49 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Reprovação das Resoluções sobre Conflitos na Palestina em 2021 e 2022

Gráfico 50 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Ausências das Resoluções sobre Conflitos na Palestina em 2021 e 2022

Gráfico 51 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções sobre Armas e Material Nuclear em 2021 e 2022

Gráfico 52 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Aprovação das Resoluções sobre Armas e Material Nuclear de 2012 a 2020

Gráfico 53 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Abstenção das Resoluções sobre Armas e Material Nuclear de 2012 a 2020

Gráfico 54 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Reprovação das Resoluções sobre Armas e Material Nuclear de 2012 a 2020

Gráfico 55 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Ausências das Resoluções sobre Armas e Material Nuclear de 2012 a 2020

Gráfico 56 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções de Controle e Desarmamento em 2021 e 2022

Gráfico 57 - Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação nas Resoluções sobre Colonialismo e 2021 e 2022

Gráfico 58 - Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Abstenção nas Resoluções sobre Colonialismo e 2021 e 2022

Gráfico 59 - Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Reprovação nas Resoluções sobre Colonialismo e 2021 e 2022

Gráfico 60 - Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Ausências das Resoluções sobre Colonialismo e 2021 e 2022

Gráfico 61 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções sobre Colonialismo em 2021 e 2022

Gráfico 62 - Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação nas Resoluções sobre Colonialismo e 2021 e 2022

Gráfico 63- Alinhamento nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos em Todas as Resoluções de Direitos Humanos em 2021 e 2022

Gráfico 64 - Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação nas Resoluções de Direitos Humanos em 2021 e 2022

Gráfico 65 - Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Abstenção nas Resoluções de Direitos Humanos em 2021 e 2022

Gráfico 66 - Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Reprovação nas Resoluções de Direitos Humanos em 2021 e 2022

Gráfico 67 - Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausências nas Resoluções de Direitos Humanos em 2021 e 2022

Gráfico 68 - Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções de Desenvolvimento Econômico em 2021 e 2022

Gráfico 69 - Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação nas Resoluções de Desenvolvimento Econômico em 2021 e 2022

Gráfico 70 - Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Abstenção nas Resoluções de Desenvolvimento Econômico em 2021 e 2022

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Código dos Votos

Tabela 2 - África do Sul em Comparação aos Países dos BRICs em 2013

Tabela 3 - Percentual das Categorias de Voto nas Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2012 a 2020

Tabela 4 - Desvio Padrão da Distribuição de Alinhamento Isolando Países em Votos de Aprovação em Todas as Resoluções de 2012 a 2020

Tabela 5 - Desvio Padrão da Distribuição de Alinhamento em Votos de Aprovação nas Resoluções sobre o Conflito da Palestina de 2012 a 2020

Tabela 6 - Desvio Padrão da Distribuição de Alinhamento em Votos de Aprovação nas Resoluções sobre Material Nuclear de 2012 a 2020

Tabela 7 - Desvio Padrão do Alinhamento em Votos de Aprovação nas Resoluções sobre Controle e Desarmamento de 2012 a 2020

Tabela 8 - Desvio Padrão do Alinhamento em Votos de Aprovação nas Resoluções sobre Colonialismo de 2012 a 2020

Tabela 9 - Desvio Padrão do Alinhamento em Votos de Aprovação nas Resoluções sobre Direitos Humanos de 2012 a 2020

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diplomacia Parlamentar na Assembleia Geral das Nações Unidas

Quadro 2 - Análise dos Resultados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1.1 A Organização das Nações Unidas e a Assembleia Geral	20
1.2 Alianças e Coalizões Internacionais	29
1.3 Pergunta e Metodologia de Pesquisa	33
2. UMA ALIANÇA INOVADORA: O Caso dos BRICS	38
2.1 Surgimento e Identidade	39
2.2 Posição Global e Política Externa dos Países-Membros	54
3. COORDENAÇÃO INTERNA E COESÃO EXTRABLOCO	73
3.1 Articulação Interna: Agendas e Instituições	74
3.2 Análise da Coesão dos Países Membros do BRICS na Assembleia Geral das Nações Unidas.	78
3.3 Análise de Resultados	142
CONCLUSÃO	144
REFERÊNCIAS	145
ANEXOS	156

INTRODUÇÃO

A organização dos Estados na arena internacional é objeto de estudo de diferentes pesquisas nas Relações Internacionais e na Ciência Política. Com efeito, sob diferentes panos de fundo, pesquisadores e pesquisadoras investigam elementos e condições que orientam a ação dos Estados em função de diferentes condições econômicas, políticas e sociais que estruturam o sistema internacional. Um dos espaços importantes para a manifestação das interações desses atores são as instituições. A fim de orientar e constranger as ações, instituições são um conjunto de regras, formais e informais, que compreendem as preferências dos atores envolvidos através padrões de comportamento normalizados com certa continuidade (IMMERGUT, 1998; HALL, TAYLOR, 2003, KEOHANE, 2018).

Especialmente sobre instituições internacionais, Estados recorrem a elas para organizar desde suas interações cotidianas a interações dramáticas a respeito de conflitos internacionais (ABOTT, SNIDAL, 1998). Nessa perspectiva, os esforços de cooperação internacional ocorrem em espaços com algum grau de institucionalização (KEOHANE, 2018). Essa cooperação consiste no ajuste de preferências entre as partes por meio de uma coordenação política (KEOHANE, 1984). Na dimensão intergovernamental, refere-se à adoção de práticas por um governo que estejam consonantes com os interesses de seus pares, emergindo como resultado de um processo político (*ibid*).

Uma das formas de institucionalização da cooperação na arena internacional é a formalização de regimes que, em alguns casos, substanciam a formação de organizações internacionais (HERTZ, HOFFMAN, 2004; PEVEHOUSE, BORZYSKOWSKI, 2016). Esses regimes são instituições que definem critérios, princípios, normas e regras em torno das quais ocorre o processo político e, em alguma medida, decisório, sobre algo em que os interesses dos atores envolvidos se assemelham (RUGGIE, 1992). Ao estabelecer regimes, Estados consolidam arranjos temporários ou pontuais sobre determinadas agendas a fim de manter os interesses no longo prazo (KRASNER, 2012). Um dos regimes internacionais mais relevantes que ilustram essa durabilidade é o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que estruturou regras e princípios de cooperação em questão da liberalização do comércio internacional (RUGGIE, 1992).

Um regime é considerado multilateral, como no caso do GATT, quando implica um acordo entre três ou mais países e quando os princípios de comportamento dos participantes estão alinhados com os princípios gerais da iniciativa, ordenando a relação entre esses Estados (RUGGIE, 1992). Nesse sentido, multilateralismo consiste em um adjetivo que qualifica o formato e a magnitude de uma instituição internacional. Embora não sejam sinônimos, as

organizações internacionais estão frequentemente relacionadas a regimes multilaterais, elas consistem em uma das diversas instituições internacionais e referem-se a entidades com estruturas físicas e organizacionais permanentes (HERTZ, HOFFMAN, 2004).

Nesse sentido, organizações internacionais são a forma mais institucionalizada de cooperação internacional, e dispõe de aparatos burocráticos como secretariado e procedimentos de coordenação do processo decisório a fim de produzir uma governança global (RUGGIE, 1992; HERTZ, HOFFMAN, 2004). No que diz respeito ao GATT, o regime comercial exemplifica como os regimes servem como fundamento para as organizações, haja vista que o acordo deu origem a uma das organizações internacionais mais significativas, a saber, a Organização Mundial do Comércio (OMC)¹.

Em vistas do apresentado, o presente capítulo irá discorrer sobre uma das organizações mais paradigmáticas do sistema internacional, a saber, a Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de explorar o comportamento dos Estados no interior de um de seus órgãos mais centrais, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Especificamente, esta pesquisa pretende investigar a coordenação política dos Estados membros do BRICS nesse foro, com o objetivo de compreender a coesão desses países enquanto uma coalizão internacional. Para tanto, esta introdução está subdividida em três seções: a primeira aborda a ONU e a AGNU, a segunda apresenta o enquadramento teórico para a análise dos BRICS e, por fim, a terceira seção descreve a pergunta de pesquisa e a metodologia deste estudo.

1.1 A Organização das Nações Unidas e a Assembleia Geral

Antecedentes e a Criação da ONU em 1945

Após emergirem vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, as discussões sobre a manutenção da paz e segurança internacional tornaram-se primordiais para os Aliados, visando estabelecer uma organização internacional abrangente entre os Estados (MORRIS, 2018). Segundo Morris (2018), de 1941 a 1944, o período de deliberação entre os grandes poderes, nomeadamente, Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética, foi marcado por discussões centradas em três axiomas; na rejeição dos recursos bélicos como meios para estabelecer a relação entre Estados, na cooperação pós-Guerra liderada pelos grandes poderes

¹ O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) foi um marco que vigorou por quase 50 anos, até ser sucedido pela criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995.
https://www.wto.org/english/thewto_e/gattmem_e.htm

como condição para atingir a paz e no desenvolvimento de uma arquitetura estratégica para atingir esses objetivos.

Esses esforços sucessivamente materializados durante e posteriores à guerra objetivavam, sobretudo, evitar a repetição de conflitos mundiais e superar o insucesso da Liga das Nações (WEISS, DAWS, 2018). Com efeito, a Liga das Nações, criada em 1920, surgiu com os mesmos objetivos de sua sucessora de estabelecer princípios de cooperação entre as nações, visando assegurar a paz e a segurança global sem recorrer a conflitos armados, em conformidade com os princípios de justiça, em respeito ao direito internacional e aos acordos estabelecidos entre as nações do mundo (SOCIÉTÉ DES NATIONS, 1920).

No entanto, essa iniciativa não obteve êxito em alcançar seus objetivos fundacionais. Sob a noção de que organizações são o que os Estados fazem delas, Eduard Benes (1932) argumenta que a mera assinatura do pacto não levou os Estados a adotarem novas abordagens de política externa a respeito de seus interesses na arena internacional. Nessa perspectiva, Jari Eloranta (2011) elenca duas dimensões fundamentais para o fracasso da liga: a falta de garantias de segurança que permitissem que seus membros atuassem como uma aliança que levou à incapacidade das nações mais poderosas de promover o desarmamento e impedir a militarização.

Embora a liga não tenha vingado como uma instituição de governança global, a fundação da Organização das Nações Unidas em 1945 respalda-se nos princípios de sua antecessora, principalmente porque muitos dos atores ativos na criação da ONU também desempenharam papéis significativos na fundação da Liga das Nações (HERREN, 2016; KARNS, 2016). Com efeito, a Liga das Nações marcou o início de uma nova era para o direito internacional, particularmente no contexto das organizações. Seu estabelecimento criou as bases para o que posteriormente se tornaria as Nações Unidas, notadamente por meio da especialização de agências e da introdução do secretariado na antecessora (KARNS, 2016). Além disso, a Liga vislumbrou a evolução que a ONU experimentaria, transformando-se em um palco global expansivo, embora inicialmente centrado na Europa (*ibid*).

Estrutura da Organização

Os artigos 7º e 8º do terceiro capítulo da carta das Nações Unidas dispõem sobre os principais órgãos da organização, quais sejam: A Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, O Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela (*Trusteeship Council*), a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado, além de órgãos subsidiários (UNITED,

NATIONS, 2023). Os últimos são, essencialmente, estruturas administrativas burocráticas responsáveis por desempenhar funções funcionais e operacionais no âmbito das atividades da organização. Em outras palavras, essas entidades são compostas por funcionários encarregados de implementar os procedimentos dos órgãos e agências que compõem o sistema como um todo (*ibid*).

A Assembleia Geral das Nações Unidas

Estabelecida em 1945, a Assembleia Geral das Nações Unidas consiste no principal órgão de deliberação e elaboração de políticas da organização. Esse foro multilateral compreende a participação de todos os 193 países membros das Nações Unidas, com até 5 representantes na delegação de cada país, cujas assembleias anuais discutem os mais variados temas dispostos na Carta das Nações (UNITED NATIONS, 2023). Embora não possua natureza vinculante, as resoluções deliberadas e aprovadas nesse foro consistem em recomendações aos países a respeito de questões internacionais de sua competência. Conforme disposto nos artigos 9 a 22 da Carta (1945), suas prerrogativas são:

1. Apreciar e aprovar o orçamento das Nações Unidas e estabelecer as avaliações financeiras dos Estados-Membros;
2. Eleger os membros não-permanentes do Conselho de Segurança bem como os membros de outros conselhos e órgãos, além de eleger o Secretário-Geral da Assembleia sob a recomendação do Conselho de Segurança;
3. Apreciar e recomendar sobre os princípios gerais de cooperação em vistas a manutenção da paz e da segurança internacional, incluindo o desarmamento;
4. Discutir e recomendar sobre quaisquer questões contempladas pela Carta ou relativas a quaisquer órgãos das Nações Unidas;
5. Realizar estudos e recomendações para promover a cooperação política internacional, o desenvolvimento e a codificação do direito internacional, o cumprimento dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, a colaboração internacional econômica, social, humanitária, cultural, educacional e na área da saúde;
6. Realizar recomendações de soluções pacíficas em qualquer situação que tensiona as relações amigáveis entre os países;
7. Apreciar os relatórios do Conselho de Segurança e demais órgãos das Nações Unidas.

No que diz respeito ao processo decisório, cada membro da assembleia tem direito a um voto. As decisões do foro em questões relevantes devem ser aprovadas por uma maioria qualificada de dois terços dos membros presentes e votantes. Essas votações podem abranger assuntos como a manutenção da paz e segurança internacional, eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança, eleição de membros do Conselho Econômico e Social, eleição dos membros do Conselho de Tutela (*Trusteeship Council*) e questões relacionadas ao seu funcionamento, admissão de novos membros nas Nações Unidas, suspensão de direitos e privilégios dos membros, expulsão de membros, bem como questões orçamentárias (UNITED NATIONS, 1945). Decisões sobre outras categorias e discussões para adicionar mais categorias a serem aprovadas por maioria qualificada de dois terços da assembleia devem ser aprovadas por maioria simples dos membros presentes e votantes (*ibid*).

A estrutura organizacional da assembleia envolve seus próprios órgãos subsidiários, quais sejam: comitês temáticos, um comitê geral, secretariado e a presidência (UNITED NATIONS, 2022). Os comitês temáticos, responsáveis por discutir agendas específicas das Nações Unidas, são o Comitê de Desarmamento e Segurança Internacional, o Comitê Econômico e Financeiro, o Comitê Social, Humanitário e Cultural, o Comitê Especial de Política e Decolonização, o Comitê Administrativo e Orçamentário, e o Comitê Legal (UNITED NATIONS, 2023). O Comitê Geral é composto pelo Presidente da Assembleia, que preside 21 vice-presidentes e os seis presidentes de cada comitê. O secretariado, coordenado pelo Secretário Geral, é responsável pela administração do foro. O presidente, sem direito a voto e sob a autoridade da assembleia, lidera a abertura, o encerramento e a possível suspensão das sessões, elabora a agenda de discussão e concede o tempo de fala aos representantes.

Em questão da disposição das delegações nesse foro, ainda que a Carta não estabeleça uma divisão interna, para fins procedimentais, os Estados estão organizados em grupos formais e informais em função de diferentes critérios e objetivos (WINKELMANN, 2010). Os seis principais grupos regionais existentes desde 1963 são o Grupo de Países Africanos (53 membros), o Grupo de Países Asiáticos (53 membros), o Grupo de Países do Leste Europeu (23 membros), o Grupo de Países Latino Americanos e Caribenhos (33 membros) e o Grupo de Países Europeus e Outros Países (28 membros + Estados Unidos²). A principal função

² “The USA is not an official member of any group. They participate as an observer in WEOG meetings and are considered a member of WEOG for electoral purposes. Turkey is a member of both the Asian Group and the WEOG, and for electoral purposes is considered a member of WEOG only. The Holy See participates in WEOG meetings as an observer.” (Groups of Member States.
<https://web.archive.org/web/20170315054247/https://outreach.un.org/mun/content/groups-member-states>)

dessa divisão é organizar os comitês eleitorais e a indicação de cadeiras, a fim de assegurar uma distribuição geograficamente equitativa entre os órgãos da organização (WINKELMANN, 2010).

Por outro lado, esses grupos procedimentais não circunscrevem as preferências políticas dos Estados, isto é, alguns países preferem coordenar suas preferências em questões substantivas e trocar informações em outras configurações (GROUPS OF MEMBER STATES, 2023). Com efeito, os principais grupos políticos apontados pela organização, que regularmente realizam declarações em conjunto, são o Grupo dos 77 e a China (G-77), o Movimento dos Não Alinhados (NAM), o Comitê de Coordenação Conjunta (JCC), a União Europeia (UE), a União Africana (UA), a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o CAN Z, a Comunidade Caribenha (CARICOM), os Países Menos Desenvolvidos (LDCs), os *Landlocked Developing Countries*, a Liga dos Estados Árabes, os Países Nórdicos, a Organização da Conferência Islâmica (OIC), o Fórum das Ilhas do Pacífico (PIF) e o Grupo Rio (*ibid*).

Essa vertente da regionalização, especialmente expressiva após a Segunda Guerra Mundial, refere-se a alianças politicamente ou economicamente organizadas que ampliam as agendas e a cooperação entre uma variedade de atores, especialmente no entorno extrarregional (MARTINEZ, LOPES, 2021). Essa modalidade compreende a relação dessas iniciativas regionais como complementares à globalização e, conseqüentemente, aos objetivos de governança global e não apartadas das questões internacionais do mundo exterior (REICHENSTEIN, 2010; MARTINEZ, LOPES, 2021).

Em vistas disso, observa-se que a Assembleia Geral consiste em um órgão equitativo e universal, haja vista que todos os membros das Nações Unidas podem integrá-la e possuem direitos iguais de voto. É o principal espaço de discussões políticas sobre questões globais com mecanismos majoritários de votação, além de possuir uma estrutura organizacional com distribuição burocrática de servidores e disposição de grupos procedimentais e políticos, enfatizados pela dimensão regional, entre os Estados. Em função desses aspectos paradigmáticos, parte da literatura levanta uma série de questões a respeito deste foro enquanto uma arena deliberativa equivalente a casas legislativas nacionais.

Interpretações sobre a AGNU como Parlamento do Mundo

Apesar do caráter paradigmático da AGNU como um fórum deliberativo universal e equitativo, não há consenso quanto à sua interpretação como um órgão legislativo global.

Parte da literatura argumenta que, apesar das semelhanças em seu desenho institucional, não é apropriado equipará-la a estruturas parlamentares nacionais. Por outro lado, existe uma corrente que defende a visão de que, considerando outros elementos, é possível enxergar a AGNU como um foro legislativo, especialmente no que diz respeito à expressão das preferências dos representantes e, nesse contexto, à formulação da política externa dos países. Em vista disso, esta seção se dedica a esclarecer as contribuições de ambos os argumentos, apresentando, ao final, a perspectiva interpretativa que orienta esta pesquisa.

Em função da sua ausência de competências para legislar e da ausência de representação popular, haja vista que é composta por Estados soberanos e não por votação popular, Pellet (2004) afirma que a assembleia não pode ser considerada o parlamento do mundo. Ainda, o autor afirma que a legitimidade do foro não reside sobre seu caráter democrático, mas sim da equidade interestadual vis-a-vis o Conselho de Segurança. Nessa perspectiva, a assembleia consiste em um espaço desconectado da *realpolitik*, não totalmente irrelevante, sobretudo por sua composição universal e, em alguma medida, complementar ao Conselho, mas caracterizado por iniciativas históricas de intentos políticos sem consequências, sem importância legal e sem influência política, tornando-se ineficaz perante os debates realmente importantes que ocorrem no Conselho de Segurança (PELLET, 2004).

Além do déficit democrático pela ausência de representatividade e *accountability*, Peterson (2005) elenca e debate outras críticas comuns direcionadas ao foro e suas resoluções. O autor apresenta a compreensão de alguns sobre a assembleia como um órgão executivo que consiste em espaço de discussões irrelevantes e, conseqüentemente, incapaz de oferecer soluções efetivas para as questões políticas do mundo. Mesquita e Pires (2023) acrescentam a essa percepção a ideia do foro como um “*talk shop*” que privilegia a forma ao invés da substância em que o benefício em questão é com a imagem positiva dos governos em detrimento de resultados efetivos das resoluções.

Adicionalmente, um dos tensionamentos mais comuns à AGNU é a percepção desta como um órgão capturado por uma maioria automática, uma coalizão longa e estável de Estados membros capazes de sucessivamente formar uma maioria de $\frac{2}{3}$ quando assim o quiserem (PETERSON, 2005). Adicionalmente, Lopes (2011) salienta que o significado atribuído às votações é questionável, sobretudo em relação ao valor simbólico das decisões do órgão no âmbito da *soft law*. Esses questionamentos ora direcionados à legitimidade do foro, ora direcionados à efetividade das resoluções e à natureza da deliberação convergem para a seguinte questão: para que serve a AGNU e suas resoluções? O que está em jogo na decisão dos Estados?

A fim de ilustrar diferentes caminhos interpretativos, Mesquita e Pires (2023) delinham quatro perspectivas ideais sobre a diplomacia parlamentar neste foro a partir da combinação das dimensões de efeito e consenso:

Diplomacia Parlamentar na Assembleia Geral das Nações Unidas

	Consenso Mundial	Conflito entre Grupos de Estados
Foco Externo / Impacto Real no Mundo	<p><u>Deliberação</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Resoluções advém do consenso entre os membros; 2. As delegações podem mudar de preferência; 3. Resoluções são conectadas com problemas reais e salientes na política internacional; 4. Há aderência entre as resoluções e o comportamento dos Estados. <p>Exemplo: Humanitarian Assistance (A/RES/46/182), Law of the Seas Treaty (A/RES/48/263), MDGs (A/RES/55/2).</p>	<p><u>Disputa</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Resoluções são a perspectiva da maioria; 2. Delegações representam preferências fixas e diferentes entre os Estados; 3. Resoluções são conectadas com problemas reais e salientes na política internacional; 4. Há aderência entre as resoluções e o comportamento dos Estados. <p>Exemplo: Decolonization (A/RES/1514[XV]), Naming-and-shaming (Apartheid South Africa, /RES/1761[XVII]).</p>
Autocentrada/ Sem Impacto Real no Mundo	<p><u>Divergência</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Resoluções contém aspirações com valor de reputação; 2. Não há aderência entre as resoluções e o comportamento dos Estados; 3. Resoluções podem ser adotadas por diversas razões, inclusive desvio de atenção 4. Temas na AGNU são ritualísticos. <p>Exemplo: Symbolic dates (“International Day of Peace”, A/RES/36/67), “New human rights”, Condemnation of Israel by human rights violators.</p>	<p><u>Drama</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Resoluções são mecanismos de reforçar a identidade em interações políticas dos grupos da AGNU; 2. Não há aderência entre as resoluções e o comportamento dos Estados; 3. Temas na AGNU são ritualísticos. <p>Exemplo: MDGs (A/RES/55/2), Humanitarian intervention and terrorism.</p>

Quadro 1 - Elaboração e Tradução de Mesquita e Pires (2023)

Essa classificação disposta pelos autores revela que não há uma única perspectiva teórica capaz de compreender a AGNU em sua totalidade e extensa variedade. Em função da sua complexidade e controvérsia, diferentes momentos de deliberação podem ser compreendidos em cada uma dessas classificações. De fato, é uma arena cujas resoluções que vão desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, uma resolução emblemática em diversos aspectos, ao estabelecimento do Dia Internacional da Bicicleta, o que ilustra o espectro temático deste foro (*ibid*).

Essa percepção encontra correspondência em postulados da literatura sobre casas legislativas nacionais em relação às variáveis relativas ao comportamento dos parlamentares. De fato, sabe-se que esses atores respondem a diferentes incentivos, seja às dinâmicas partidárias, à ideologia, ao desejo de reeleição ou à responsividade com o eleitorado (MELO, CÂMARA, 2012; ROHDE, 2013; BOLOGNESI, RIBEIRO, CODATO, 2022). Desse modo, a partir do esquema analítico de Mesquita e Pires (2023), é possível compreender que as delegações também estão sujeitas a distintos estímulos comportamentais que, por sua vez, configuram diferentes dinâmicas interativas dentro desse espaço.

As questões que fundamentam essas dinâmicas derivam de outras bases comparativas. Para os autores, seu o quadro interpretativo ecoa com a evolução dos parlamentos nacionais estabelecida por Manin (1997), cujas fases são de parlamentarismo liberal (deliberação e decisões coletivas), democracia de partido (deliberação por interesses partidários) e, por fim, democracia de audiência (ênfase na imagem e na comunicação em espetáculo). Ainda que a Assembleia Geral mantenha sua característica distintiva de coexistência dessas fases, isso não elimina sua semelhança não apenas procedimental, mas também na essência da atividade parlamentar (MESQUITA, PIRES, 2023).

Com efeito, para Peterson (2005), reconhecer que a assembleia possui muito menos autoridade e influência na arena internacional se comparada a legislaturas em sistemas políticos nacionais, não implica o foco de sua qualidade enquanto foro deliberativo cuja proeminência reside na dedicação em buscar soluções para problemas salientes do mundo, e cujas críticas também são similares às casas legislativas nacionais. Nesse sentido, a Assembleia consiste em um parlamento de governos, com capacidade legislativa no interior do sistema ONU e com semelhanças não apenas procedimentais mas comportamentais com legislativos nacionais (LOPES, CASARÕES, 2019).

Adam Przeworski argumenta que as instituições não surgem ao acaso; em vez disso, elas são moldadas pela história. A ideia central é que a distribuição de instituições não é

aleatória, e sim resultado de vínculos endógenos que criam as condições propícias para seu surgimento (Przeworski, 2004). Nessa esteira, é importante pontuar que as preferências das delegações na AGNU não surgem de forma isolada; ao contrário, estão ligadas à política externa e à posição dos países na arena internacional. Se não fosse assim, a distribuição dos alinhamentos dentro da AGNU deveria seguir uma lógica aleatória, o que, no entanto, não é respaldado pelos dados observados.

Um elemento relevante para os padrões de comportamento na assembleia é a variável ideológica. Potrafke (2009) identifica que governos mais à esquerda são menos alinhados aos Estados Unidos do que governos mais à direita do espectro ideológico, especialmente quando o presidente estadunidense é do partido republicano. Isso estende à dimensão internacional teorias de ideologia governamental e partidária nas relações exteriores. Brazys e Panke (2017), por sua vez, atestam que há alterações nas preferências dos Estados em relação a determinadas resoluções ao longo do tempo, especialmente entre aqueles com recursos financeiros limitados, que estão mais propensos a ajustar suas posições.

Esse achado corrobora um estudo feito por Carvalho e Lopes (2022) sobre as estratégias venezuelanas, sob o governo de Hugo Chávez, de práticas clientelistas internacionais trocando benefícios materiais por apoio político na assembleia, não apenas para se blindar de movimentos desfavoráveis mas também para afastar os países da América Latina e Caribe dos Estados Unidos. Ainda, Dreher et al. (2007) investigam se os Estados Unidos compram votos na AGNU através do programa nacional *USAid*. Ao analisar os padrões de votação de 1973 a 2002, os autores encontraram evidências de que a assistência dos EUA influencia a conformidade de votos na Assembleia. Mais precisamente, seus resultados indicam que o apoio ao orçamento geral e as concessões são as principais categorias de ajuda que levam os destinatários a votar em sintonia com os Estados Unidos.

Em termos de associação, Holcombe e Sobel (1996) apontam que a estabilidade dos resultados de processos decisórios democráticos é um problema importante na opinião pública, no entanto, vários fatores implicam a estabilidade das coalizões nas Nações Unidas em oposição a legislaturas nacionais. Ao analisarem as votações nominais na AGNU, os autores identificaram oito *voting blocs* no interior da assembleia que permanecem entre 1946 a 1973, são eles: bloco Soviético, Afro-asiático, Afro-asiático Conservador, África Francesa, América Latina, Escandinávia, Ocidente e Imperial. Essa convergência regional também é encontrada por Hosli et al. (2010), seu trabalho identifica um padrão de coesão entre os países membros da União Europeia superior à distribuição geral da AGNU, ainda, encontram que

essa convergência aumenta à medida que a cooperação política da organização se torna mais efetiva.

Diferentes alinhamentos ganham relevância no contexto da assembleia. Montenegro e Mesquita (2017) exploram a dinâmica de liderança dos países dos BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - a partir do alinhamento nas votações em suas respectivas regiões. Em linhas gerais, seus resultados apontam que essas nações demonstram alta coesão com seus vizinhos; contudo, os níveis de coesão não se igualam. África do Sul, Brasil e China destacam-se acima da média, enquanto Índia e Rússia não apresentam o mesmo padrão. Para eles, isso sugere que potências globais, como a China, dedicam atenção não apenas às suas ambições como potências, mas também às relações regionais. Isso indica que a liderança em âmbito regional é significativa até mesmo para aqueles com proeminência global (*ibid*).

O trabalho de Oliveira e Onuki (2013) avaliou se diferentes coalizões, como o Mercosul e os BRICS, influenciavam a posição do Brasil no interior da Assembleia Geral das Nações Unidas, buscando identificar uma maior ou menor afinidade do país em relação a esses arranjos. Os achados da pesquisa não confirmam uma mudança significativa advinda desses acordos, e observou-se que o grau de coesão ampliou-se de forma antecipada. Isso sugere que, apesar da participação do Brasil em diferentes coalizões regionais e internacionais, sua posição e alinhamento no contexto da AGNU não foram significativamente afetados por esses arranjos.

Dado o exposto, a Assembleia Geral consiste em um fórum paradigmático na arena internacional, compartilhando similaridades procedimentais e comportamentais com legislativos nacionais. Esta configuração a classifica como um parlamento de governos, dotado de capacidade legislativa no âmbito do sistema da ONU. Embora seja um foro cujo poder de *enforcement* é limitado, representa um espaço político onde os países, por meio de suas delegações, expressam posições relacionadas à sua política externa. Além disso, as deliberações não se desenrolam de forma aleatória, uma vez que vários estudos corroboram a formação de alianças regionais que estão em sintonia com as aspirações políticas internacionais das nações envolvidas.

1.2 Alianças e Coalizões Internacionais

A formação de alianças na arena internacional é uma das dimensões da política externa em ação e assume diversos formatos por meio dos quais os países buscam alcançar seus objetivos internacionais. Com efeito, sob a perspectiva da política externa como política

pública da manifestação internacional dos interesses nacionais, a implementação desta está inserida em relações que consideram as demandas e os conflitos de diversos atores, tanto domésticos quanto externos (SALOMÓN, PINHEIRO, 2013; MESQUITA, 2014). Desse modo, apesar originalmente atribuída a formação de alianças políticas em regimes parlamentares nacionais, a literatura se debruça sobre as coalizões como ferramentas de associação entre países para compreender as dinâmicas de um processo decisório (OLIVEIRA, FILHO 2022).

O trabalho de Sabatier (2007) é paradigmático pois lança luz ao esquema analítico de uma coalizão, elaborando um modelo sobre as coalizões de defesa que consistem em acordo entre atores políticos cujas crenças reunidas configuram a formação de desenhos de políticas públicas. O processo de deliberação ocorre entre especialistas inseridos em um subsistema político cujos comportamentos individuais são afetados por questões exteriores ao sistema mas que, quando alinhadas ao nível macro, formam as coalizões de defesa (*ibid*). Similarmente, na formação de alianças internacionais, os esforços são direcionados a associação de atores cujas preferências são mais convergentes, ao passo que a incorporação de preferências diversas pode resultar em custos elevados, potencialmente levando à deserção e desestabilização da coalizão (OLIVEIRA et al, 2006).

Frequentemente, coalizões operam em múltiplas esferas quando ocorre uma sobreposição, isto é, quando há uma participação dupla das alianças em outros espaços internacionais nos quais os atores coletivos buscam a complementaridade de interesse (GEHRING, FAUDE, 2014). De fato, em concordância com a teoria dos jogos, a percepção de correspondência entre ideias emerge como um indicador mais preciso da coordenação da coalizão do que o exercício de influência (MATTI, SANDSTRÖM, 2013). A proeminência de esforços cooperativos nesse formato é expressiva em organizações como a OMC, com ênfase no G-20, uma coalizão de cooperação econômica internacional dedicada especialmente à agricultura (OLIVEIRA et al., 2006). Ao analisar a coesão interna por meio do seu grau de homogeneidade de preferências, Constantini et al. (2007) encontraram que o grupo possui um alto nível de coerência interna, o que sinaliza a sustentabilidade dessa coalizão em função da sua relevância nas Rodadas Doha de Negociações.

Ao desenvolver uma tipologia das coalizões baseadas nas negociações do GATT/OMC, Ramanzini Jr. e Viana (2012) destacam dois tipos principais: alianças e blocos. As alianças referem-se a parcerias setorializadas, focalizando temas específicos e destinados a lidar com problemas pontuais. Por outro lado, os blocos são mais duradouros, menos focalizados e persistem mesmo após a resolução das questões que defendem. Importante notar

que o segundo tipo envolve semelhanças e afinidades preexistentes com outros estados, indo além do regime de comércio (*ibid*). Os autores entendem que coalizões podem mesclar atributos de ambas as classificações, como exemplificado pelo G-20. Este grupo exerce influência de maneira abrangente sobre países em desenvolvimento, conseguindo promover rupturas no consenso neoliberal e estimular a cooperação sul-sul. Ainda, os autores apontam que o G-20 demonstrou habilidade em superar divergências internas, estabelecendo interesses comuns em negociações comerciais.

De maneira similar, coalizões voltadas para ações anti-terroristas existem aos montes em diversas áreas de atuação e são independentes entre si, mas são intrinsecamente interligadas, gerando constrangimentos mútuos e mantendo-se permanentes enquanto um conjunto de coalizões anti-terrorismo (BENSAHEL, 2006). A Coalizão Internacional contra o Estado Islâmico, por exemplo, incorpora aspectos de ambas as abordagens. Embora sua atenção esteja centrada em um problema específico, a aliança formada em 2014 permanece ativa até hoje³. Além de seu foco pontual, a coalizão está empenhada não apenas em combater o Estado Islâmico em todas as frentes, mas também em trabalhar na restauração dos serviços públicos em áreas recuperadas (DEWS, MILLER, 2019; GLOBAL COALITION, 2024).

Dado que as coalizões envolvem a união de países que compartilham interesses comuns e adotam posições semelhantes nas negociações para ampliar seu poder coletivo de barganha, a literatura tem se dedicado a esclarecer a formação de alianças no Sul Global e entre países em desenvolvimento (CONSTANTINI et al., 2007; JUNIOR, VIANA, 2012). A exemplo dos BRICS, essa regionalização de coalizões do tipo bloco não ocorre no vácuo; pelo contrário, eles se solidificam quando os países membros já compartilham afinidades em relações, sejam elas bilaterais ou trilaterais, como é o caso da Índia, Brasil e África do Sul, membros do fórum IBAS, e a cooperação progressivamente institucionalizada entre Rússia, China e Índia (STUENKEL, 2017).

Essa maior coordenação sul-sul forma a base para alianças mais robustas entre países que, anteriormente, ocupavam posições secundárias na arena internacional, desafiando pressões provenientes dos países desenvolvidos (RAMANZINI JR, VIANA, 2012). Sob tal perspectiva, a pesquisa de Abdenur (2016) analisa o comportamento de poderes emergentes enquanto agentes coletivos na arena internacional, com foco nos BRICS como uma coalizão e sua posição na agenda de segurança internacional. A autora busca compreender a postura do grupo em relação a conflitos armados, especificamente na Síria. Os achados baseados na

³ Global Coalition against Daesh.
<https://theglobalcoalition.org/en/>

análise de documentos oficiais, materiais midiáticos e discursos do regime de Assad indicam que, de forma individual, os países dos BRICS adotaram posições semelhantes em relação à soberania nacional e à defesa de uma solução política para o conflito, evitando um envolvimento direto na disputa.

Na verdade, a iniciativa mais concreta para mediar as tensões veio da IBAS, que consiste em uma coalizão distinta e não uma mera subdivisão do grupo (*ibid*). Nos BRICS, a ação mais proeminente veio da Rússia, apoiada pela China e pela Índia, que influenciou o discurso do grupo ao classificar o conflito como uma questão de terrorismo. No entanto, a autora (2016) aponta que a Rússia individualmente assumiu um papel mais direto, enquanto os BRICS, como atores coletivos em uma plataforma pouco institucionalizada, podem desempenhar um papel significativo no futuro, nos esforços de construção de paz na fase pós-conflito.

Em apoio ao princípio do multilateralismo, os BRICS comprometeram-se a fortalecer a Organização Mundial da Saúde (OMS) como a principal autoridade global em saúde. Conforme destacado pelo estudo de Gautier et al. (2014), cada país, individualmente, identificou uma agenda comum para envolver-se na organização e influenciar o processo de reforma, especialmente no que diz respeito à governança e ao financiamento. As evidências indicam que o grupo empreendeu esforços coordenados para articular a visão de que a OMS deve ser a organização de referência, dotada de financiamento viável (*ibid*).

Para parte da literatura, a presença de uma estrutura jurídica, organizacional e financeira é vista como requisito fundamental para a cooperação internacional (DAVYDOV, 2012, *apud* ABDENUR, FOLLY, 2017). Segundo Davydov (2012), os BRICS apresentam uma estrutura institucional frágil e operam predominantemente com bases informais. Embora tenham intensificado e expandido suas atuações, ainda carecem de mecanismos eficientes de cooperação multilateral nas áreas econômica, tecnológica e científica (*ibid*). Nessa esteira, comentaristas financeiros como Martin Wolf apontam que o grupo seria incapaz de concordar em qualquer coisa substancial (STUENKEL, 2017). Em contrapartida, há quem argumente que essa métrica em relação ao grau de institucionalização pode ser inconsistente. Diplomatas, por exemplo, defendem que é a flexibilidade institucional do grupo que permite aos países encontrar um terreno comum nesta plataforma (ABDENUR, FOLLY, 2017).

Em suma, essas coalizões apresentam características distintivas que as qualificam como tal, notadamente a união de países em defesa de interesses compartilhados em uma ou várias agendas, atuando em espaços institucionalizados em função de objetivos comuns. As coalizões podem assumir diferentes formatos de atuação, de modo que os mecanismos de

cooperação também podem variar. Para algumas, a maior institucionalidade interna a fim de se estruturar enquanto agente é uma forma de assegurar seu espaço no debate internacional, como é o caso das coalizões anti-terrorismo, ao passo que para outras, o aspecto institucional relativo a sua organização não é o principal ou o único vetor de cooperação, como o caso dos BRICS e do G-20.

1.3 Pergunta e Metodologia de Pesquisa

Em face ao apresentado, esta pesquisa levanta a seguinte indagação: países membros dos BRICS manifestam coordenação política na AGNU? Dado que as coalizões operam em espaços institucionalizados para promover ideias compartilhadas, a correspondência interna desses interesses é crucial para compreender a coesão da coalizão. Considerando que a Assembleia Geral das Nações Unidas é um fórum emblemático para a expressão de preferências políticas pelos Estados, o objetivo desta pesquisa é analisar a convergência interna dos BRICS dentro dessa organização. À vista disso, as hipóteses de pesquisa são:

1. Na qualidade de coalizão e uma vez que os BRICS possuem interesse na Assembleia Geral, e indicam defender agendas neste foro, sinalizando uma coordenação, os países alinham suas preferências nas votações;
2. A coordenação é mais expressiva nas agendas que se aproximam das áreas mais salientes ao grupo, quais sejam: “*Votes relating to (economic) development*”; and “*Votes relating to the Palestinian conflict*”.

Justificativa

Não é raro que parte da literatura aborde as divergências entre os países do BRICS, destacando uma certa complexidade na homogeneidade do grupo. De fato, a própria classificação de uma associação internacional entre países emergentes é objeto de debate, especialmente devido à presença da Rússia - uma ex potência mundial em busca de recuperar seu *status*, e da China - considerada por alguns como um grande poder e uma ameaça à unipolaridade do sistema internacional protagonizada pelos Estados Unidos (STUENKEL, 2017; THIES, NIEMAN, 2017). Em outro aspecto, o regime político emerge como um ponto de inflexão, pois esses países não compartilham homogeneidade democrática entre si, especialmente quando vis-a-vis aos governos autoritários da China e da Rússia. (STUENKEL, 2017; THIES, NIEMAN, 2017).

Em contraste com a visão de que os BRICS representam uma união sem sentido entre países, algumas perspectivas consideram essa coalizão não apenas como simbólica, mas também como uma ameaça significativa à configuração do sistema internacional e ao Ocidente. De fato, Laïdi (2011) argumenta que esse arranjo consiste em uma coalizão heterogênea e até mesmo divergente entre si, mas que buscam erodir a hegemonia Ocidental em defesa da soberania nacional. O autor destaca a centralidade da coalizão no sistema internacional, defendendo que sua análise deve considerá-la como um elemento crucial. Ele argumenta que estudos sobre o impacto e a influência dos BRICS devem aprofundar a investigação em seu nível de coerência política interna (*ibid*).

Quanto à influência, o estudo de Montenegro e Mesquita (2017) lança luz sobre a influência regional de cada país do BRICS, investigando o alinhamento dos países vizinhos em relação às potências regionais. Dado que os poderes regionais desempenham um papel crucial na governança global, os autores buscam determinar se os países do bloco são verdadeiramente líderes em suas regiões, analisando a coesão regional em votos multilaterais nas resoluções da Assembleia Geral da ONU, por meio de um indicador de liderança derivado da convergência. Seus achados demonstram que os BRICS, de modo geral, têm alta coesão com seus vizinhos, no entanto, os níveis de coesão não são os mesmos. África do Sul, Brasil e China estão acima da média, ao passo que Índia e Rússia não.

Em relação à coerência política interna, Stuenkel (2017) explora um aspecto frequentemente desconsiderado pela literatura: a cooperação intra-BRICS. Em detrimento das expectativas de que esses países enfrentam dificuldades para cooperar em função das diferenças que ofuscam o que eles têm em comum, o autor encontra uma diversidade expressiva nos ciclos de cooperação, passando pelas agendas sanitárias, de segurança internacional e financeiras. Stuenkel (2017) argumenta que apesar de limitadas, os cinco governos canalizam esforços cooperativos para aproximar suas administrações, sociedades e economias.

Diante disso, esta pesquisa busca complementar as descobertas da literatura sobre elementos essenciais de uma coalizão, em particular, a coerência política interna. Nesse sentido, o estudo tem o potencial de enriquecer o debate acadêmico sobre os BRICS ao fornecer achados importantes. Além disso, considerando que a literatura destaca a correspondência de ideias internas como um dos principais pilares para a sustentabilidade de

uma coalizão, a expansão dos BRICS com a inclusão de novos membros prevista para 2024⁴ reforça ainda mais a importância de compreender como os países se articulam.

Para examinar a convergência política dos países, a pesquisa trabalha com as votações de resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2012 a 2022. A escolha desse foro se dá em razão da sua estrutura, qual seja, na qualidade de um órgão deliberativo equivalente a arenas legislativas parlamentares em organismos democráticos (PETERSON, 2006, LOPES; CASARÕES, 2019). Uma vez que neste âmbito as assimetrias da economia política internacional são reduzidas pelas condições de igualdade de associação e votação, o exame de possíveis alinhamentos pode informar sobre a coesão das preferências daqueles que compõem outras organizações multilaterais (MESQUITA; PIRES, 2023).

Embora não possuam caráter automaticamente vinculante, o debate a respeito das resoluções e a aprovação por maioria servem como incentivo para que os países as implementem em nível doméstico (UNITED NATIONS, 2022). Assim sendo, a compreensão a respeito das posições dos países nesse foro são relevantes em uma dimensão estratégica, isto é, no âmbito das negociações, e em uma dimensão prática da adoção de compromissos. São exemplos da última a Declaração Universal de Direitos Humanos, a resolução que iguala o sionismo ao racismo e a Independência das Colônias e dos Povos (MESQUITA; PIRES, 2023).

Dessa maneira, a pesquisa se justifica pelo potencial de contribuir para o debate científico com informações relevantes sobre a coerência interna e externa dos BRICS, tornando-se especialmente pertinente diante das mudanças que a coalizão deverá enfrentar a partir de 2024. Além disso, considerando que as articulações no interior da Assembleia Geral da ONU possuem natureza política, destaca-se a importância de explorar elementos que incentivam e constroem as ações nesse espaço. De fato, a natureza das questões debatidas é relevante no âmbito social, uma vez que as resoluções podem ter implicações domésticas, como o incentivo a garantia legal de direitos, em decorrência dos compromissos assumidos pelos países signatários dessas resoluções.

Desenho de Pesquisa

⁴ Declaração de Joanesburgo.

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/em-declaracao-conjunta-lider-es-do-brics-anunciam-a-entrada-de-seis-novos-paises>

A pesquisa consiste em um estudo de métodos mistos, combinando abordagens qualitativas e quantitativas de caráter descritivo a respeito da coordenação interna dos BRICS e da coesão extrabloco para mensurar o alinhamento político do grupo na AGNU. Em primeiro momento, a pesquisa fará um exame das declarações das reuniões de cúpula e dos *joint statements* dos BRICS de 2012 a 2022. Nesta etapa, o objetivo da análise documental é identificar possíveis indicativos de coordenação extrabloco advindas dos documentos adquiridos através do Ministério das Relações Exteriores em cada uma das reuniões de cúpula, além de mapear as principais agendas de cooperação intra-BRICS.

Posteriormente, mediante a operacionalização do voto dos países membros nas resoluções, o intuito é verificar se há um agrupamento no interior da AGNU entre os BRICS no período de 2012 a 2022, inicialmente para 2012 a 2020, e posteriormente para 2021 e 2022 separadamente. Para tanto, o trabalho envolve o exame de dados secundários da *United Nations General Assembly Voting Data* de Erik Voeten para *Harvard Dataverse*, com dados das votações disponíveis de 1946 a 2022. O trabalho consistirá na coleta e armazenamento dos dados da pesquisa no computador e na nuvem, com uso do *software* estatístico RStudio.

Conforme o dicionário das variáveis da base de dados, o voto nas resoluções adquire os seguintes valores:

Código dos Votos

Sim	1
Abstenção	2
Não	3
Ausente	8
Não-Membro	9

Tabela 1 - Fonte: Harvard Dataverse

Uma vez que o objetivo é verificar a convergência, a pesquisa não trabalhou com a categoria “não-membro”. Nesta abordagem quantitativa, o intuito é realizar uma análise descritiva da votação. Por se tratar de dados categóricos, o trabalho apresenta a frequência geral dos votos em uma tabela de contingência para a distribuição geral e para os BRICS de forma agregada, a fim de ilustrar o posicionamento geral do grupo no interior do foro. Assim,

para mensurar os possíveis padrões de agrupamento, o trabalho realizou uma clusterização que visa explorar grupos semelhantes e grupos díspares no conjunto da votação. Por meio da aplicação do algoritmo de clusterização *k-means* em linguagem R com base no *agreement score* entre os países, essa ferramenta permitiu avaliar a existência e a evolução dos clusters na assembleia, de modo a perceber quantas são as alianças e seu grau de alinhamento.

Na sequência, a pesquisa demonstra o comportamento dos BRICS a partir dos níveis de convergência do grupo desagregado nas 6 agendas temáticas da AGNU, quais sejam: 1) votos sobre o conflito da palestina, 2) votos sobre material nuclear, 3) voto sobre controle de armas e desarmamento, 4) votos sobre colonialismo, 5) votos sobre direitos humanos e 6) votos sobre desenvolvimento econômico (HARVARD DATAVERSE, 2022). Especialmente para os anos 2021 e 2022, a categorização das agendas apresenta um *overlapping* entre as categorias 3, 4 e 6, por isso, para mantê-las desagregadas, o tratamento dos dados para o biênio incluiu a filtragem das resoluções por meio de palavras-chave de cada agenda, quais sejam: *disarmement* para a 3, *colonial* para a 4 e *economic* para a 6, sem comprometer o conteúdo destas.

A fim de verificar as hipóteses apresentadas, o voto foi analisado da seguinte forma:

Análise dos Resultados

Dimensão	Operação
Há convergência?	Sim, se os países membros dos BRICS formam um <i>cluster</i> e têm a frequência de votos juntos superior à frequência geral, há indicativo de alinhamento.
É maior nas agendas de economia e apoio à Palestina?	Sim, se o <i>agreement score</i> dos BRICS nessas agendas é superior à frequência geral, há indicativo de convergência.

Quadro 2 - Elaboração Própria

Limitações

Diante do delineamento da pesquisa, é possível identificar algumas limitações. Inicialmente, a análise de votos está circunscrita a um fórum específico, o que implica uma das principais limitações relacionadas à validade externa – isto é, em que medida os resultados podem ser generalizáveis? Certamente, a generalização é uma faceta crucial na pesquisa científica; no entanto, esse reconhecimento não diminui a relevância dos achados particulares. Ainda que esta seja uma pesquisa com um grande número de observações, o que confere maior capacidade generalizante, ela consiste em um estudo de caso exploratório a respeito do comportamento de um grupo no interior de uma organização, por isso, não se pode ignorar a presença de incertezas.

Rueschemeyer (2014) levanta uma série de questões importantes relativas a essa constatação. O autor está interessado em discorrer sobre como um ou poucos casos podem contribuir para a construção de teorias para além da produção de insights e novas hipóteses, mas sem desqualificar esses elementos como etapas importantes da descoberta científica, sem as quais não se avança na investigação de fenômenos. Nesse sentido, entende-se que esta pesquisa avança na construção de teorias ao contribuir com achados que, somatizados, levam a um maior entendimento sobre coalizões e seu comportamento na arena internacional e, mais especificamente, sobre como o modelo de cooperação dos BRICS pode sinalizar um arranjo particular nesse esquema analítico.

Em outro aspecto, a parte quantitativa desta pesquisa não aprofunda a análise no mérito das resoluções debatidas na Assembleia Geral, em vez disso, concentra-se no volume final e na agenda temática de maneira macro. Não se discute, por exemplo, o posicionamento específico em relação a cada tema, mas identifica as agendas que provocam maior ou menor alinhamento entre os países dos BRICS. Essa abordagem impede afirmar se um país adota uma posição mais desafiadora ou menos desafiadora em relação a determinados princípios e/ou normas internacionais, ou se posiciona especificamente para defender ou criticar áreas específicas.

É justamente devido a essa limitação que a pesquisa adota uma abordagem de métodos mistos. Isso significa complementar o estudo *large-n* das resoluções com o conteúdo das reuniões de cúpula do grupo, buscando produzir evidências que permitam apontar, de forma conjunta, as agendas mais proeminentes e a direção dessas preferências. Mesmo os desenhos de pesquisa multi-métodos mais robustos apresentam limitações inferenciais (SEAWRIGHT, 2016). Contudo, quando realizados de maneira transparente, transformando problemas descritivos e inferenciais especulativos em pontos de debate empírico, esses desenhos possuem vantagens significativas em comparação com métodos unitários (*ibid*).

Nesse sentido, a pesquisa reconhece suas limitações, mas encara o esforço como uma valiosa oportunidade para enriquecer o debate na área e promover o avanço na pesquisa, em vez de encerrar a discussão. De uma perspectiva positivista, compreende-se que este estudo constitui uma etapa da investigação, e seus resultados abrirão o caminho para a formulação de diversas questões de pesquisa frutíferas que podem orientar futuras investigações na área, a respeito dos BRICS e, de forma mais ampla, de coalizões internacionais.

2. UMA ALIANÇA INOVADORA: O Caso dos BRICS

Este estudo se concentra no comportamento externo dos BRICS como uma coalizão internacional. Para tanto, é essencial compreender o que são, como se deu sua formação e a relação de cada país com o grupo. Nesse sentido, este capítulo percorrerá a trajetória dos BRICS, analisará sua articulação no cenário mundial e examinará seus cinco componentes enquanto potências regionais, que o caracterizam como uma aliança inovadora no sistema internacional.

2.1 Surgimento e Identidade

Desde a sua formação, os BRICS têm se destacado pela sua expressividade socioeconômica no cenário internacional. Em conjunto, esses países abrigam uma população de 3,24 bilhões de pessoas, o que representa aproximadamente 40% da população mundial (STATISTA, 2023). Além disso, seus respectivos Produtos Internos Brutos totalizam 25,85 trilhões de dólares, correspondendo a cerca de 32% do PIB global em 2023 (*ibid*). Esse arranjo assume contornos ainda mais significativos devido à sua grandeza e posição internacional, destacando-se o fato de que quatro dos cinco membros integram as 12 maiores economias do mundo. A exceção é a África do Sul, que, embora não esteja entre as 40 maiores economias, é o país mais economicamente desenvolvido da África Subsaariana (*ibid*).

Nos anos 2000, o mundo vivenciava uma efervescência em relação aos rumos da globalização. Agravados pelos atentados terroristas nos Estados Unidos, alguns buscaram direcionar o olhar para outras direções a fim de compreender a posição dos países na arena internacional em função de suas características. Nessa esteira, um relatório produzido por Jim O'Neill do banco de investimento Goldman Sachs ilustrou o que viria a ser o entusiasmo de uma década (STUENKEL, 2017). Com o título "*Building Better Global Economic BRICs*", em 2001, O'Neill apresentou a sugestão de que o mundo deveria direcionar sua atenção para o

Brasil, Rússia, Índia e China, brincando com a palavra "*brick*" e concebendo o acrônimo BRICs. Ele indicou que esse grupo de países tinha o potencial de se tornar mais relevante do que o G-7, destacando o tamanho populacional e notável crescimento do PIB da China, seguido pelo Brasil e pela Índia, somado à sustentação do PIB da Rússia.

Esta constatação teve um impacto significativo no mundo financeiro e além dessa perspectiva, transformando os BRICs em um jargão relevante da política internacional (STUENKEL, 2017). Contudo, essa previsão de mercado, embora influente, revelou-se modesta em sua abordagem e não antecipou o surgimento de uma das colaborações mais significativas da década (DAMICO, 2017). Na realidade, a análise de acrônimos em grupos de países, tão comum entre os analistas de mercado, não foi apenas incapaz de prever tal cenário, mas também não desempenhou um papel central na construção dessa cooperação. Isso se deve, principalmente, à elaboração de uma agenda cooperativa entre esses países, impulsionada pelo interesse político de seus respectivos governantes em estabelecer uma coordenação em diversos regimes internacionais, extrapolando o ambiente do mercado financeiro (*ibid*).

A partir de 2001, esses países passaram a se reunir em eventos como as Assembleias Gerais das Nações Unidas ou encontros privados. China, Rússia e Índia já mantinham reuniões de nível ministerial de relações exteriores quando, em 2006, a Rússia tomou a iniciativa de convidar o Brasil para participar informalmente desses encontros, discutindo os acontecimentos da época e centrando-se no que seria o cerne das afinidades do grupo: a disposição de poder em instituições internacionais que negligenciaram as potências emergentes (STUENKEL, 2017). Desde então, os ministros das relações exteriores de cada país se reúnem anualmente às margens da assembleia, dessas iniciativas surge o mecanismo político de coordenação que formou os BRICs à época (DAMICO, 2017).

Em 2007, o Brasil sinalizou maior interesse na cooperação do grupo, sugerindo uma cúpula externa para organizar as possibilidades de cooperação (STUENKEL, 2017). Essa iniciativa foi bem recebida pela Rússia que, em 2008, organizou uma reunião entre os primeiros ministros de cada país, culminando na primeira reunião ministerial dos BRICs em Ecatimburgo, na Rússia (*ibid*). A data desse encontro, a cooperação entre os países adquiriu novos contornos, marcando a transição entre uma associação advinda de indicadores de mercado, para um arranjo político orquestrado pelos respectivos governos (*ibid*). Neste encontro, foram estabelecidas as principais agendas de cooperação entre os BRICs, focalizando especialmente no desenvolvimento econômico global, com ênfase nas finanças internacionais. Além disso, reforçou-se o apelo por mudanças no sistema internacional,

defendendo o multilateralismo, e acordou-se a realização de encontros anuais específicos para aprofundar essas discussões (Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, 2008).

A primeira cúpula exclusiva dos BRICs ocorreu em 16 de junho de 2009, em Ecaterimburgo, na Rússia. Na ocasião, os países defenderam que a solução para a crise financeira deveria levar em conta que os países mais pobres eram os mais impactados por essa crise, advogando pela necessidade de conferir uma importância central a esses nas decisões tomadas para mitigar seus efeitos adversos (BRIC. I Cúpula, 2009). Ainda, o grupo enfatizou a importância de os Estados do sistema internacional implementarem as decisões previamente acordadas na cúpula do G20, destacando o papel fundamental do grupo na abordagem da crise financeira mundial. Essa reunião revela o intento de externalizar a convergência de agendas combinadas entre países internamente, de modo a promover esses interesses em outras instituições internacionais, demonstrando uma busca ativa por influência além do âmbito do grupo.

Dessa reunião, emerge a perspectiva de uma ampliação das agendas de interesse. Embora a dimensão financeira mantenha-se como prioridade, a cúpula também destaca a importância da defesa do desenvolvimento sustentável, promovendo a eficiência energética em esforços de cooperação internacional. Além disso, condena veementemente atos de terrorismo e sinaliza apoio à convenção internacional contra o terrorismo na Assembleia Geral das Nações Unidas. Esses posicionamentos indicam, mais uma vez, a coordenação do grupo para ação externa, reforçando a defesa decidida de um sistema internacional multilateral. Nessa esteira, os BRICs se comprometem a apoiar os países emergentes, que eles se comprometem a apoiar, mas também advoga pela plena harmonia internacional.

O encontro evidenciou o desejo do grupo de ocupar o que então era percebido como um vazio de liderança internacional, decorrente do caos econômico global da época. Isso foi especialmente impulsionado pelo notável crescimento econômico dos países do grupo, refletindo a aspiração de estabelecer uma ordem internacional mais autônoma, diminuindo a dependência do dólar e buscando uma maior independência em relação aos Estados Unidos (STUENKEL, 2017). Nesse sentido, o grupo se tornou uma marca que indica a visão dos países sobre oportunidades de ação conjunta e seus lugares na arena internacional, indo além de seu conceito original (DAMICO, 2017). Ainda que à época a cobertura internacional sobre os BRICs tenha sido recebida com apatia e ceticismo, a cúpula foi bem-sucedida, marcando o início dos encontros anuais das cúpulas presidenciais do grupo, os quais têm ocorrido regularmente desde então (DAMICO 2017; STUENKEL, 2017). Conforme destacado por Stuenkel (2017), essa iniciativa moldou a cooperação Sul-Sul no início do século 21.

A primeira cúpula ilustrou os princípios compartilhados entre os países, sobre os quais há correspondência de preferências, sem delinear mecanismos efetivos de cooperação intra-BRIC em termos de planos de ação. Por outro lado, o comunicado conjunto da Cúpula de Brasília em 2010 esboça os esforços de cooperação nas agendas salientes e registra os passos concretos para a cooperação e a coordenação interna (BRIC. II Cúpula, 2010). As duas primeiras seções do documento reforçam a agenda de cooperação prioritária para economia internacional na agenda financeira em favor do multilateralismo na governança global, atribuindo às Nações Unidas a centralidade na condução dos desafios globais. É importante notar que o item 9 do documento destaca a significativa contribuição dos BRICs no âmbito do G-20, a fim de ampliar os recursos disponíveis no Fundo Monetário Internacional (FMI), favorecendo as economias em desenvolvimento.

Ampliando as áreas de cooperação, nesta reunião, o grupo ressaltou a importância da agricultura familiar como um pilar para assegurar a segurança alimentar e mitigar os impactos adversos no meio ambiente, especialmente apoiando ao Haiti no seu plano de reconstrução nacional em função dos desastres causados pelo terremoto no país. Além disso, foi enfatizada a dedicação à luta contra a pobreza e a promoção da diversificação energética em prol de fontes renováveis. Mais uma vez, nesta cúpula, os países reafirmaram seu compromisso de impulsionar uma agenda proativa no combate ao terrorismo e às mudanças climáticas na 16ª Conferência das Partes das Nações Unidas (COP).

No que diz respeito a medidas tangíveis, os países convocaram seus ministros da economia e líderes dos bancos centrais para explorar acordos monetários que visem a facilitar o comércio e o investimento entre eles. Isso inclui a promoção de trocas comerciais em moedas nacionais, reafirmando a determinação do grupo em reduzir a dependência do dólar e fortalecer sua autonomia nas transações. A colaboração interna é central nesta reunião, onde os países enfatizam iniciativas para fortalecer as relações entre eles. Isso inclui a organização de reuniões ministeriais abrangendo temas como agricultura, finanças, segurança e justiça. Além disso, destacam-se encontros para promover a cooperação nas áreas de ciência, cultura e esportes, destacando a discussão para a criação de uma instituição nacional de estatística, bem como a possibilidade de desenvolver uma enciclopédia dos BRICS.

Esses dois momentos sinalizam uma realidade importante de inserção dos BRICs no sistema internacional, de maneiras distintas, mas com importância igual para os quatro países. Com efeito, a janela de oportunidade gerada pelo centro global economicamente desfavorecido, combinado com uma percepção financeira de países emergentes, confiou aos BRICs uma credibilidade de influenciar o debate global sobre a crise, especialmente com as

reformas das cotas do FMI conquistadas pela influência do grupo (STUENKEL, 2017). Ming Liu (2016) observa que a institucionalização do grupo é incipiente em termos de organização internacional. Contudo, para Stuenkel (2017), sua cooperação progressiva, transformando-os em um ator político global institucionalizado foi um êxito significativo para a Rússia, que buscava recuperar seu status internacional, assim como para Brasil, Índia e China, que emergiram como potências em ascensão em todos os indicadores de desenvolvimento na época.

A Chegada da África do Sul

A Terceira Cúpula dos BRICS, realizada em 2011 em Sanya, China, foi notável pelo convite estendido aos membros fundadores para a adesão da África do Sul ao grupo. O evento destacou-se pela retórica dedicada à promoção da coordenação em questões internacionais e regionais, sublinhando a importância dos países emergentes nas relações internacionais (BRICS. III Cúpula, 2011). Nesta cúpula, os membros concordaram que o BRICS é uma plataforma para diálogo e cooperação, e expressaram interesse em uma cooperação pragmática e gradual, refletindo princípios relevantes do multilateralismo como abertura, solidariedade e assistência mútua. Além de reiterar o compromisso com a cooperação interna, os países manifestaram o interesse em cooperar com nações não-membros, especialmente países emergentes e em desenvolvimento, além de outras organizações internacionais e regionais.

A inclusão da África do Sul representa um marco significativo na afirmação do grupo como uma plataforma de cooperação sul-sul mais globalizada. A realização do encontro na China reitera o comprometimento do país com o grupo, evoluindo de um envolvimento econômico para um compromisso político com interesses e projeções próprios, deixando de ser meramente uma categoria de investimentos⁵. Alden e Schoeman (2013) defendem que a adesão do país ao grupo deve ser interpretada como parte dos esforços de sua política externa para obter reconhecimento internacional como líder regional. No entanto, essa busca pela adesão não se fundamentou na autopercepção como guardião regional; ao contrário, concentrou-se no impacto de sua economia no cenário africano.

Stuenkel (2017) reafirma que os esforços diplomáticos, que remontam à primeira cúpula dos BRICS, evidenciam o empenho sistemático do então presidente, Jacob Zuma, em integrar-se a esse grupo, constituindo uma conquista notável para a política externa do país.

⁵ “O próprio Jim O’Neill discordou desse gesto, escrevendo que “(...) não tem cabimento. A África do Sul não tem lugar entre os BRICs.” (STUENKEL, p.67, 2017).

Em primeiro momento, a adesão da África do Sul parece paradoxal devido aos seus indicadores econômicos e demográficos que a diferenciam notavelmente dos demais países do grupo (ALDEN, SCHOEMAN, 2013; STUENKEL, 2017). Essa disparidade indicada na tabela 2 tensiona a noção do grupo de se posicionar em pé de igualdade com as potências mundiais nas negociações por mudanças no sistema internacional (STUENKEL, 2017). No entanto, a relevância da inclusão da África do Sul não reside em seu valor de face, mas sim no contexto dos BRICS como um fórum político (ALDEN, SCHOEMAN, 2013).

África do Sul em Comparação aos Países dos BRICs em 2013

País	População		Tamanho da Economia		Crescimento Econômico
	Nº em Milhões	% BRICS	PIB USD Bilhões	% BRICS	Crescimento Médio do PIB 2009-2013
Brasil	193	6,6	2.252	15,4	2,5
Rússia	143	4,9	2.007	13,8	1,3
Índia	1.210	41,0	1.743	11,9	5,0
China	1.351	45,8	8.227	56,3	7,7
África do Sul	51	1,7	384	2,6	1,9
Total	2.948	100	14.613	100	-

Tabela 2 - Elaboração e Tradução de Harrison (2014)

Na época, o fato de os cinco países serem membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas não apenas destaca a importância simbólica das aspirações globais dos BRICS, mas também indica uma convergência política significativa (BRICS. III Cúpula, 2011). Isso está em consonância com os objetivos geopolíticos de Brasil, Rússia, Índia e China de expandirem sua presença no continente africano, com destaque para a China (STUENKEL, 2017). Adicionalmente, as características específicas da África do Sul a qualificam como uma potência regional, reforçando a ideia de que ela serve como uma porta de entrada no continente. Isso é evidenciado pelo desejo do país de representar seus vizinhos africanos tanto nas cúpulas dos BRICS quanto do G-20 (*ibid*). Nesse sentido,

South Africa's inclusion in the BRICS, its leadership positions in a range of other international and continental forums, its pertinent role in peacekeeping and peacemaking on the African continent, and its levels of development and wealth compared to its African peers, together with its own domestic needs and objectives, have combined to re-energize its foreign policy community since late 2009. This revitalization has not altered the country's core foreign policy principles and objectives; rather, the search has been for ways in which to operationalize its enhanced standing in an internationally recognized leadership role. In other words, its conception of its own role is as a global player (which includes elements of mediator-integrator, bridge, anti-imperialist agent, developer, and regional leader and protector). (ALDEN, SCHOEMAN, 2013, p.6)

As interações dos países com a África do Sul em outros contextos foram igualmente cruciais para considerá-la como um novo membro dos BRICS. No âmbito do grupo BASIC, por exemplo, Brasil, África do Sul, Índia e China reconheceram o potencial de sua cooperação conjunta, reafirmando a viabilidade da adesão do país africano como um ingresso natural (STUENKEL, 2017). De fato, a ascensão chinesa foi um ponto importante de inflexão para apreciar a inclusão da África do Sul, sendo considerada uma pauta mais saliente para a China, ainda que apoiada por todos os países do grupo (*ibid*). Além disso, a interação no âmbito do IBAS desempenhou um papel decisivo no fortalecimento das relações de confiança entre esses países. Nesse sentido, essa adesão fortalece ainda mais a identidade dos BRICS ao buscar um denominador comum em termos de preferências compartilhadas. À época, a análise da inclusão refletiu uma preocupação com os posicionamentos e ideias, considerando as possíveis compatibilidades internas entre os países (*ibid*).

Por outro lado, a adesão da África do Sul traz consigo uma questão relacionada ao seu posicionamento no continente. De fato, seu ingresso nos BRICS está alinhado com as perspectivas delineadas, especialmente devido à sua relevância geopolítica e estratégica. Contudo, a assertividade de sua liderança e sua capacidade de representação regional, destacadas como ativos relevantes, são controversos, haja vista que o continente não delegou ao país essa posição de representação (*formal mandate*), tensionando o fato do país ser um mecanismo instrumental para a inserção global da região (HARRISON, 2014). Esse dilema é comparável ao enfrentado pelo Brasil na América Latina, bem como pela Índia e China em suas respectivas regiões asiáticas, e será explorado na próxima seção deste capítulo.

Internamente, a adesão da África do Sul não implicou mudanças nas correspondências de preferências do grupo. De fato, um estudo indica que os BRICS mantiveram um *compliance score* de 74 pontos percentuais entre 15 de abril de 2011 e 12 de março de 2012 (STUENKEL, 2017). Essa inclusão não trouxe problemas para o avanço da cooperação; ao contrário, a Cúpula de Sanya ressaltou o interesse do grupo na institucionalização gradual para aprimorar as capacidades internas de coordenar decisões em agendas cada vez mais

amplas. Isso facilitou a qualidade do diálogo entre os membros, constituindo-se, portanto, como um avanço na cooperação intra-BRICS devido ao alinhamento convergente da África do Sul com os demais países (*ibid*).

Cooperação Interna e Institucionalização

A Cúpula de Sanya em 2011 marcou uma reformulação na agenda de cooperação dos BRICS, denominada "Plano de Ação," com o objetivo de fortalecer a coesão interna do grupo (BRICS. III Cúpula, 2011). Além de reiterar os encontros de alto escalão entre os respectivos governos, a cúpula reforçou a determinação de ampliar a agenda de reformas institucionais em organizações e fóruns internacionais, incluindo o G-20 e a ONU. A abordagem não se limitou apenas à esfera econômica, evidenciada pela intenção de aprofundar a cooperação em questões de segurança, especialmente em resposta às crises no Oriente Médio e na África naquela época (STUENKEL, 2017). Vale ressaltar a participação unificada de todos os membros do BRICS no Conselho de Segurança, destacando o compromisso do grupo com a estabilidade global e a resolução de conflitos (*ibid*).

Em 2012, A Cúpula de Nova Delhi marca um momento significativo para os BRICS, representando o primeiro passo tangível em direção à institucionalização do grupo. A conclusão do acordo que estabelece mecanismos para aprimorar a cooperação interna em resposta às questões de desenvolvimento doméstico se materializa na conclusão do *BRICS Interbank Cooperation Mechanism* e do *Multilateral Letter of Credit Confirmation Facility Agreement* entre os Bancos de Desenvolvimento domésticos (BRICS. IV Cúpula, 2012). Essas iniciativas visam fortalecer as relações de exportação e importação entre os países membros, reduzindo os custos das trocas comerciais e facilitando o investimento interno (BRICS. IV Cúpula, 2012; IPEA, 2015). Este avanço ressalta o compromisso do grupo com a cooperação econômica, e sinaliza uma evolução importante em direção à formalização e consolidação das relações dentro dos BRICS.

Nessa institucionalização, para além desses acordos e das cúpulas anuais, o grupo BRICS promoveu uma extensa série de encontros regulares de alto nível entre seus respectivos governos (STUEKEL, 2017). Além disso, foram estabelecidos diversos grupos de trabalho envolvendo autoridades nacionais, tais como embaixadores, presidentes dos bancos

centrais, institutos de pesquisa e outros stakeholders relevantes (*ibid*). Essa modalidade de cooperação é um reflexo do que Keohane e Nye denominam de "transgovernamentalismo". Nesse contexto, grupos de interesse nacionais mantêm interações com seus equivalentes de outros países, estabelecendo laços cooperativos e fortalecendo a perspectiva neofuncionalista de um processo político internacional plural, que responde aos interesses de diversos atores (BACHE et al, 2011).

Com efeito, esse formato de cooperação adquire um novo status durante esse encontro, em que há a primeira menção do grupo sobre a criação de um novo banco de desenvolvimento. Os países afirmaram que

We have considered the possibility of setting up a new Development Bank for mobilizing resources for infrastructure and sustainable development projects in BRICS and other emerging economies and developing countries, to supplement the existing efforts of multilateral and regional financial institutions for global growth and development. We direct our Finance Ministers to examine the feasibility and viability of such an initiative, set up a joint working group for further study, and report back to us by the next Summit. (BRICS. IV Cúpula, 2012).

O plano de ação resultante da Cúpula de Delhi reafirma o compromisso dos atores governamentais dos países, estabelecendo encontros específicos nas áreas de desenvolvimento econômico, segurança política, agricultura e questões climáticas. Além disso, reitera o comprometimento do grupo em realizar reuniões à margem de eventos multilaterais relevantes, com ênfase especial na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e no Fundo Monetário Internacional (FMI). Adicionalmente, destaca-se a realização de uma reunião de especialistas dedicada exclusivamente ao estudo das possibilidades de estabelecimento de um novo banco de desenvolvimento. Este conjunto de iniciativas demonstra o compromisso abrangente do grupo BRICS em abordar questões críticas em diversas áreas e buscar soluções conjuntas para desafios globais.

A V Cúpula dos BRICS, realizada em 27 de março em Thekwini, marca a conclusão do primeiro ciclo de encontros entre os cinco países do grupo, introduzindo um elemento crucial de integração regional. Esse aspecto é reforçado pelo convite para estabelecer contatos com os países da região, enfatizando a aspiração da África do Sul como líder regional (STUENKEL, 2017). A agenda do plano de ação nessa cúpula se destaca como a mais abrangente em comparação com as declarações anteriores, evidenciando maior comprometimento entre os atores governamentais e autoridades dos países. Chama a atenção a continuidade do compromisso com a criação de um banco de desenvolvimento, já afirmado

na cúpula anterior. Nesta ocasião, os países destacam que, com base em análises realizadas pelas autoridades, a criação de um novo banco de desenvolvimento é viável (BRICS. V Cúpula, 2013). Afirmam, ainda, que isso fortaleceria uma alocação mais produtiva dos recursos financeiros globais para enfrentar os desafios de desenvolvimento infraestrutural nos países em desenvolvimento.

No ano subsequente, a VI Cúpula de Fortaleza em 2014 marcou um avanço significativo na institucionalização dos BRICS, ao estabelecer dois mecanismos de cooperação de grande relevância. Estes foram o Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento e o Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas do BRICS, durante a presidência rotativa do grupo (BRICS. VI Cúpula, 2014). A criação da nova instituição teve como propósito primordial fornecer recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento nos países do grupo, assim como em economias emergentes e países em desenvolvimento. Com um capital inicial subscrito de US\$50 bilhões e um capital autorizado inicial de US\$100 bilhões, este esforço conjunto visou complementar outras instituições multilaterais e regionais, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento global (BRICS, 2014).

Os projetos financiados pelo banco foram concebidos para serem implementados por meio de parcerias público ou privadas, evidenciando a disposição do grupo para colaborar com organizações internacionais, como as Nações Unidas, e instituições financeiras, visando apoiar e fortalecer essas iniciativas (ibid). O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) é caracterizado como uma organização internacional de natureza financeira, uma vez que apresenta elementos que o qualificam como tal, incluindo um acordo fundacional multilateral, uma estrutura organizacional, um secretariado e princípios de cooperação fundamentados em regras de conduta. Os artigos 3º e 4º do acordo especificam a sede do banco em Shanghai, com um escritório de trabalho adicional em Joanesburgo. Quanto à sua estrutura e gestão interna, o NBD é composto por um Conselho de Gestores⁶, um Conselho de Diretores, um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos de forma rotativa pelos membros fundadores (BRICS, 2014).

O capítulo 3 do acordo discorre sobre a gestão do banco em cada uma dessas estruturas que dispõe de competências específicas. O Conselho de Gestores realiza reuniões anuais e é composto por um gestor de nível ministerial indicado por cada membro. Tem a responsabilidade de gerenciar a admissão e suspensão de membros, controlar o capital social do banco, autorizar acordos com outras organizações internacionais, definir a estratégia do

⁶ Board of Governors

banco para os cinco anos seguintes, aprovar o Conselho de Diretores e eleger a presidência da instituição (*ibid*). Na sequência, o Conselho de Diretores constitui o secretariado da organização e é responsável pelas operações gerais do banco, abrangendo desde decisões orçamentárias até operações de crédito e investimento. A Presidência, por sua vez, lidera todas as operações do banco sob a orientação dos diretores, com um mandato de cinco anos. O presidente deve ser um membro do Conselho de Diretores e suas responsabilidades incluem a organização da equipe do banco. Além disso, o presidente preside comitês sobre investimentos em conjunto com um ou mais vice-presidentes, sendo obrigatório que pelo menos um membro de cada país fundador faça parte desses comitês (*ibid*).

O artigo 6 do capítulo 2 refere-se às regras de conduta. No banco, os procedimentos de votação não são equitativos, isto é, são proporcionais aos ativos de cada país no banco. Nesse sentido, caso um membro esteja inadimplente e não cumpra suas obrigações financeiras junto à organização, ficará impedido de exercer seu percentual de poder de voto. Via de regra, a aprovação de decisões ocorre por maioria simples, requerendo o voto positivo de dois terços do poder total de voto dos membros. Em situações que exigem maioria qualificada, as quais serão deliberadas pelos membros, a aprovação depende do acordo de pelo menos quatro dos cinco membros fundadores, combinado com a aprovação por maioria simples do projeto em questão.

Além desse progresso institucional, a referida cúpula foi marcada pelo estabelecimento do Arranjo Contingente de Reserva dos BRICS (ACR), projetado para mitigar pressões nos balanços de pagamentos e fortalecer a estabilidade financeira das partes, através de um apoio mútuo (BRASIL, 2016). O propósito do acordo é proporcionar respaldo para questões relacionadas ao balanço de pagamentos, com as transações nesse âmbito sendo conduzidas entre os bancos centrais de cada país, estabelecendo as diretrizes e os procedimentos operacionais necessários (*ibid*). Este arranjo, que é presidido por um conselho de governadores e um comitê permanente, designados por cada parte, representa um mecanismo de precaução. Ele contribui para o fortalecimento da rede de segurança financeira global, complementando os acordos internacionais existentes com uma linha adicional de reforço de salvaguardas intra-BRICS (STUENKEL, 2017).

Esses avanços constituem um passo significativo no *status* do grupo, indo além de um fórum de consulta não vinculativo, representando uma afirmação dos países em direção à institucionalização de uma cooperação efetiva, fortalecendo o alinhamento interno nas questões financeiras e propondo mudanças tangíveis no sistema internacional. Destaca-se, especialmente, a postura do grupo em relação à não condicionalidade dos empréstimos do

banco, em contraposição às práticas do FMI, sustentando assim o princípio da soberania nacional (STUENKEL, 2017). Por outro lado, embora essa institucionalização seja notável, não é consensual e gera controvérsias, suscitando questionamentos sobre a efetividade das ações do grupo.

O progresso vultoso dessa iniciativa implica uma perspectiva renovada às declarações sobre as agendas econômicas e comerciais feitas nas cúpulas, especialmente com a ratificação desses acordos. Abdenur e Folly (2016) destacam que a cooperação para o desenvolvimento financeiro é a agenda com menor resistência nos BRICS; na verdade, na área financeira existem evidências mais concretas de iniciativas de cooperação a longo prazo. O estabelecimento do banco representa, portanto, um avanço significativo ao criar uma estrutura burocrática institucional, no entanto, para caracterizá-lo como uma coalizão multifacetada, o grupo não pode restringir-se apenas ao NBD e ao ACR (*ibid*). Com efeito, esses progressos não resultaram na transformação da estrutura de cooperação do grupo BRICS em uma organização internacional. Embora o banco tenha essa característica, a coalizão em si não dispõe de uma carta fundacional e ainda carece de uma secretaria física e secretariado (STUENKEL, 2017).

A institucionalização do grupo é relevante; no entanto, essa relevância não é uniforme em relação à própria natureza do grupo, tampouco é extensiva às diversas agendas de interesse. Larionova e Shelepov (2015) destacam que certas áreas de atuação carecem do mesmo nível de esforço de institucionalização observado em outras, como as esferas econômica, financeira e de comércio exterior, onde a estrutura cooperativa é mais institucionalizada e alinhada internamente, apresentando elevados níveis de compliance entre os países. As autoras afirmam que a capacidade dos BRICS em estabelecer uma plataforma de governança global com medidas efetivas é limitada às manifestações coletivas em defesa de outras organizações, e o grupo demonstra deficiências ao lidar com e solucionar conflitos regionais e outros aspectos relacionados à segurança (*ibid*). Por outro lado, a ausência de uma maior institucionalização não implica ineficiência na cooperação nas agendas climáticas e energéticas (*ibid*).

Essas perspectivas destacam um aspecto fundamental da estrutura de cooperação dos BRICS. Nota-se que o grupo avança institucionalmente em certas áreas de cooperação, ao mesmo tempo em que mantém um alinhamento propositivo em relação a questões de governança global, sem limitar ou unificar os interesses individuais de cada país dentro do grupo em outras agendas. Nesse contexto, compreende-se que os BRICS conseguem articular-se de maneira instrumental, introduzindo mecanismos de coordenação e cooperação

que buscam reforçar seus interesses internamente, além de criar oportunidades para os países em desenvolvimento e emergentes. Importante ressaltar que tais esforços não contradizem ou tensionam a ordem internacional, mas sim alinham preferências compatíveis entre os países em respeito às instituições vigentes, constituindo assim uma plataforma formal, pragmática e institucionalizada em áreas específicas.

De 2015 à Contemporaneidade

A VII Cúpula de Ufá celebra a instituição do NDB e do ACR, reforçando o respaldo aos mecanismos de cooperação interna em parcerias econômicas e às instituições multilaterais, especialmente agências da ONU (BRICS. VII Cúpula, 2015; STUENKEL, 2017). O debate acerca da ampliação do Conselho de Segurança da ONU evidencia a falta de consenso dentro do grupo nesta pauta. Embora haja uma sutil defesa para a consideração da Índia, Brasil e África do Sul como nações de status internacional relevante, o grupo não expressa um apoio contundente à adesão desses países com assentos permanentes (STUENKEL, 2017). Não apenas esse aspecto, mas também a dificuldade do grupo em condenar a anexação russa da Crimeia, revela que a agenda de segurança e conflitos internacionais é um ponto de baixo alinhamento interno (*ibid*).

Em 2016, a VIII Cúpula de Goa evidencia os esforços do grupo em avançar na cooperação institucional, destacando a prioridade dada à agenda relacionada à arquitetura financeira em prol da equidade e justiça. Além disso, o grupo estabelece outras instituições para fortalecer a cooperação interna, como o BRICS *Research and Innovation Initiative*, destinado à promoção da produção científica nos países (BRICS. VIII Cúpula, 2016). O Plano de Ação mantém encontros entre o alto escalão dos governos, a nível ministerial, em áreas como agricultura, educação, meio ambiente, saúde, ciência e trabalho, envolvendo também ministros da economia e bancos centrais, assim como ministros de comércio exterior. Os grupos de trabalho desempenham um papel expressivo em diversas agendas, juntamente com a realização de seminários e eventos sob a liderança da Índia (*ibid*).

Mais uma vez, esta cúpula reafirma que os BRICS evoluíram para um arranjo autônomo, superando as expectativas inicialmente delineadas nas projeções financeiras de 2001. Mesmo diante do crescimento aquém das projeções para alguns países, com exceção da China, o que gerou certa desconfiança entre alguns analistas (STUENKEL, 2017), a manutenção independente das cúpulas, consolidando-se como um compromisso oficial de todos os governos envolvidos, e a integração na agenda das altas cúpulas de governo, reforça

a noção de uma cooperação contínua dentro do grupo BRICS (*ibid*). Isso é reforçado na IV Cúpula de Xiamen em 2017, em que os países celebram suas conquistas cooperativas até o momento e reafirmam os compromissos em aprofundá-las. Destaca-se, em particular, a cooperação com outras instituições internacionais, exemplificada pelo estabelecimento do Sistema de Intercâmbio de Informações Macroeconômicas, destinado a fortalecer a capacidade do grupo em relação ao ACR e à colaboração com o FMI (BRICS. IX Cúpula, 2017). Além disso, o encontro evidencia o interesse em fortalecer a proximidade entre os países, buscando estratégias a fim de superar as distâncias geográficas, por meio do impulsionamento de intercâmbios interpessoais entre diplomatas e outros setores da sociedade, como cinema, partidos e think tanks, bem como a promoção do turismo (*ibid*).

A 10ª Cúpula dos BRICS em Joanesburgo celebra uma década de cooperação do grupo, reafirmando o compromisso com o multilateralismo na governança global, em paz e segurança. Similarmente para a 11ª Cúpula de Brasília, destaca-se especialmente o apoio ao maior reconhecimento do status internacional do Brasil, Índia e África do Sul nas reformas das Nações Unidas, inclusive no Conselho de Segurança (BRICS. X Cúpula, 2018; XI Cúpula, 2019). A cooperação contínua nas agendas climática, de sustentabilidade e tecnologia, além de expressar o potencial colaborativo na economia oceânica. Na área financeira, os países reforçam os apelos para coordenação e diálogo político em fóruns internacionais, como o G-20 e o FSB, com foco especialmente nos efeitos secundários das medidas macroeconômicas dos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento (BRICS. X Cúpula, 2018). O plano de ação mantém reuniões de alto escalão dos governos dos países, evidenciando a continuidade da atuação do grupo nessas áreas que são reiteradas a cada encontro (*ibid*).

A 12ª Cúpula dos BRICS ocorreu no primeiro ano da pandemia de COVID-19, adotando pela primeira vez o formato de videoconferência. O tema central da cúpula foi a pandemia, com ênfase em medidas de contenção da crise e desenvolvimento de vacinas, notadamente a Sputnik V (BRICS. XII Cúpula, 2020). O grupo reiterou a importância da cooperação, defendendo novamente a multipolaridade e apoiando reformas no Conselho de Segurança, com respaldo ao Brasil e à Índia. Além disso, expressou intenções de expansão, especialmente por parte da China, destacando o alargamento dos membros do NBD, apoiado pelo Brasil, como uma demonstração do desejo do grupo de reformar a arquitetura financeira internacional (*ibid*). Durante o encontro, foram abordados temas como o trabalho do Novo Banco de Desenvolvimento, e outros compromissos empresariais. O encontro ainda tratou de questões internacionais como terrorismo, democracia, direitos humanos, empreendedorismo e

transparência. Além disso, reforçou a cooperação em tecnologia e apontou para a necessidade de reforma da OMS (*ibid*).

Em 2021, o encontro foi marcado pela continuidade das discussões sobre a pandemia, com os países reforçando a cooperação ao assinarem uma série de acordos, incluindo o Acordo de Cooperação para a Constelação de Satélites de Sensoriamento Remoto do BRICS, a conclusão do Acordo de Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira do BRICS e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Regulação de Produtos Médicos para Uso Humano (BRICS. XIII Cúpula, 2021). Na agenda financeira, o grupo reiterou o apelo por reformas no FMI, destacando também a agenda de desenvolvimento sustentável, cooperação tecnológica intra-BRICS, agricultura, combate ao terrorismo e resolução de conflitos regionais, com especial atenção para Oriente Médio, Norte da África, questão palestino-israelense, Síria, Iêmen, Península Coreana, Irã, Mianmar e, de maneira destacada, o Afeganistão (*ibid*).

A 14ª Cúpula dos BRICS, presidida pela China, manteve discussões relacionadas à pandemia de COVID-19, reiterando o compromisso do grupo com a cobertura universal de vacinas, dando destaque à importância da COVAX e concedendo papel central à OMS na gestão da crise sanitária. Além disso, evidenciou a posição coletiva do grupo em relação a conflitos globais, com ênfase especial na Guerra da Ucrânia, reforçando o seguinte posicionamento.

Discutimos a situação na Ucrânia e recordamos nossas posições nacionais expressas nos fóruns apropriados, nomeadamente, o CSNU e a AGNU. Apoiamos as conversações entre a Rússia e a Ucrânia. Também discutimos nossas preocupações sobre a situação humanitária dentro e ao redor da Ucrânia e expressamos nosso apoio aos esforços do Secretário-Geral da ONU, das Agências da ONU e do CICV para fornecerem assistência humanitária de acordo com os princípios básicos de humanidade, neutralidade e imparcialidade estabelecidos na Resolução 46/182 da Assembleia Geral da ONU. (BRICS. XIV Cúpula, 2022).

O grupo celebrou seus avanços no desenvolvimento institucional, destacando que se configura como um arranjo de parceria estratégica, sinalizando expressamente a discussão sobre a expansão dos BRICS (*ibid*). No que diz respeito à cooperação interna, foram celebrados o Acordo entre os Governos dos Países do BRICS sobre Cooperação e Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira e o Acordo sobre Cooperação no Campo da Cultura. Adicionalmente, no âmbito do compromisso extra-institucional, houve ênfase na defesa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris (*ibid*).

Diante do exposto, verifica-se uma continuidade nas agendas centrais de cooperação intra-BRICS, com foco constante em questões financeiras e na promoção de acordos internos que incluem os compromissos dos países de maneira conjunta, como evidenciado pela

colaboração financeira e, mais recentemente, na resposta à pandemia de COVID-19, buscando estabelecer objetivos coletivos a serem expressos externamente pelo grupo (PAPA, VERMA, 2021). Nesse sentido, observa-se um mecanismo de cooperação que fortalece os laços internos de afinidade, sem ignorar as questões particulares e as divergências internas, dando menor destaque ao que os distancia, como no caso da Guerra da Ucrânia, que não resulta em constrangimentos à Rússia, mas enfatizando, sobretudo, o que lhes é comum. Esse enfoque fortalece as agendas, levando-as para outros fóruns internacionais e priorizando o princípio de defesa da multipolaridade e do multilateralismo como norte da governança global.

Marcada por momentos de pico na institucionalização, a cooperação dos BRICS continua sendo instrumental ao longo dos anos, destacando-se principalmente na defesa de reformas na estrutura financeira mundial em benefício dos países emergentes e subdesenvolvidos. Outras áreas de cooperação, embora constantes, não alcançam o mesmo grau de institucionalidade da financeira. Além disso, o caráter formal do grupo permanece evidente, refletido nas reuniões regulares das cúpulas, nos planos de ação e no compromisso contínuo de fortalecer a cooperação intra-BRICS em âmbito doméstico. No entanto, essa formalidade não resulta em uma aliança institucionalmente estruturada do grupo BRICS, o que reforça ainda mais a natureza de parceria estratégica entre esses países. A próxima seção abordará a atuação de cada potência do grupo em sua região e a relação de suas políticas externas com o próprio grupo.

2.2 Posição Global e Política Externa dos Países-Membros

O arranjo dos BRICS compreende diferenças entre os países, conforme destacado anteriormente. No entanto, para parte da literatura, o grupo consiste em uma configuração distinta, reunindo potências com classificações regionais e globais distintas, cooperando em agendas que os aproximam. Essa divergência no *status* global se relaciona com a percepção de interesses e objetivos entre os países, em outras palavras, as nações podem atribuir significados diferentes às suas participações nos BRICS, o que, por sua vez, implica interesses diversos na condução do grupo. Potências emergentes e potências regionais referem-se a países que, embora não sejam pequenos, também não detêm uma posição dominante em termos de poder internacional, capacidade e influência no sistema global (MALAMUD, 2011).

Conforme proposto por Keohane (1969), esses Estados possuem uma capacidade de influência sistêmica maior dentro de um grupo ou instituição internacional. Nolte (2010)

reforça essa concepção ao enfatizar que uma potência regional combina dimensões objetivas, em relação às capacidades materiais, e dimensões subjetivas, como o reconhecimento e a legitimação por demais atores. Dessa forma, essa dualidade destaca que essa categorização depende da capacidade estrutural, da validação por pares e do exercício efetivo da influência (MALAMUD, 2011). Nesse sentido, esta seção analisará o status de cada país no sistema internacional na ordem do acrônimo, e apresentará as interpretações gerais de política externa de cada um em relação aos BRICS, elucidando suas visões sobre o significado do pertencimento ao grupo.

Brasil

A concepção do Brasil como potência regional suscita diversos debates na literatura. Por um lado, há um destaque expressivo em termos econômicos, demográficos e territoriais, situando o país de maneira proeminente na América do Sul. No entanto, a questão da liderança regional é objeto de controvérsias, uma vez que a ideia de o Brasil ser a principal liderança na América Latina não é consensual, sobretudo em função da ausência de uma relação de liderados entre os demais países da região. Com efeito, o Brasil se destaca como a maior economia da região, representando cerca de 50% do PIB sul-americano, conforme dados do Banco Mundial (2022). Além disso, o país detém a maior extensão territorial e densidade populacional na América do Sul, somando-se à abundância de recursos naturais (CIA, 2024). Essas características estruturais posicionam o Brasil como uma potência expressiva na região.

Essa posição confere ao Brasil o status de motor político e estratégico do Cone Sul. No entanto, essa influência é confrontada por diversas vulnerabilidades internas, conforme destacado por Pecequillo e do Carmo (2015). A capacidade efetiva de projeção do Brasil sobre o continente não corresponde ao exercício de uma liderança. A inserção internacional brasileira é percebida na região como representante do sistema sul-americano alinhado aos Estados Unidos, gerando apreensões acerca de um possível subimperialismo brasileiro em detrimento de esforços diplomáticos colaborativos e pacifistas (*ibid*). Os autores destacam que, no período de 1902 a 1985, a relação do Brasil com a América Latina foi caracterizada por uma abordagem instrumental e pragmática, alternando entre momentos de aproximação e distanciamento. A promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 é apontada como um marco significativo nas relações internacionais do país,

especialmente no contexto da América Latina (PECEQUILO, DO CARMO, 2015; LOPES, VALENTE, 2016).

Com efeito, o artigo 4º da Constituição inova ao estabelecer princípios obrigatórios para o Executivo na condução da política externa. Este artigo aborda

Art. 4o – A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I – independência nacional; II – prevalência dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos; IV – não intervenção; V – igualdade entre os Estados; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos; VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X – concessão de asilo político. Parágrafo único – A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, 1998).

A inclusão dessa norma surge em meio à formação de blocos regionais e à promoção da integração e de políticas comuns com os demais países da região (LOPES, VALENTE, 2016). De fato, o século XXI se revela como um período crucial devido à centralidade da agenda sul-americana na política externa brasileira, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da cooperação e da integração regional. Destacam-se o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) como projetos relevantes, embora enfrentem as repercussões das crises socioeconômicas e políticas na região, agravadas por desafios tanto intra como extrabloco (PECEQUILO, DO CARMO, 2015).

No contexto do Mercosul, a reaproximação bilateral entre Brasil e Argentina tem sido um impulsionador na construção do bloco regional desde 1985 (VIGEVANI, RAMANZINI JR., 2014). A formação gradual do bloco, com a inclusão progressiva de Paraguai e Uruguai, reflete a busca por validar o conceito de regionalismo aberto, caracterizado por uma integração mais pragmática e menos ambiciosa (PECEQUILO, DO CARMO, 2015). O percurso desde a criação do Mercosul em 1991, através do Tratado de Assunção, até o estabelecimento do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas em 2008, abrange mudanças no papel da integração regional em relação à política externa brasileira (VIGEVANI, RAMANZINI JR., 2014). Por um lado, o Mercosul atua como uma organização de natureza econômica, promovendo acordos sobre tarifas intergovernamentais em prol do livre comércio. Por outro lado, a Unasul representa uma iniciativa política que busca fortalecer a soberania e a autonomia dos países-membros, ilustrando a lógica brasileira alinhada aos objetivos da cooperação (*ibid*).

Desde 1991, o Brasil tem desempenhado o papel de condutor da integração regional; no entanto, a dualidade entre o enfoque regional e global o caracteriza como um líder

ambivalente (THIES, NIEMAN, 2017). A dissolução da UNASUL, com a posterior retirada e retomada ao grupo⁷, junto com os desafios para aprofundar a cooperação no Mercosul, destacam deficiências na liderança da integração no Cone Sul. Embora o Mercosul seja a principal organização de integração na região, a construção da cooperação diminuiu, resultando no aumento da desconfiança entre os membros e no aprofundamento dos obstáculos à institucionalização (MALAMUD, 2011). Segundo Malamud (2011), as condições para o aprofundamento da integração regional, como a demanda por ganhos potenciais, liderança eficaz e um aparato institucional sólido, são limitadas na região, o que explica o desempenho subótimo das iniciativas de cooperação regional sul-americana.

De fato, a qualidade do Brasil como líder na região emerge como um componente tensionado de seu status como potência. Nesse contexto, Montenegro e Mesquita (2017) investigaram a liderança dos países dos BRICS em suas respectivas localidades através de uma análise de convergência nas votações na AGNU, comparando os países do grupo com os demais Estados de suas zonas de influência. Os autores constataram que deter o status de potência regional não implica em níveis uniformes de alinhamento em votações multilaterais. Em outras palavras, embora haja, em geral, uma alta coesão entre os países e seus vizinhos, as disparidades são evidentes, destacando-se a África do Sul, o Brasil e a China. No que tange ao Brasil, o estudo encontrou um alinhamento acima da média do país com os Estados membros da UNASUL, incluindo Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela (*ibid*).

Entretanto, mesmo diante desse alinhamento, outras evidências tensionam essa liderança. Malamud (2011) enfatiza a ausência de apoio regional para as aspirações globais do Brasil. A respeito da busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, uma das principais ambições de política externa, o país carece de apoio substantivo na região, e enfrenta oposição explícita da Argentina e do México, sinalizando uma derrota significativa para sua pretensão de líder regional (*ibid*). A falta de coordenação política no Mercosul para representação em organizações internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o FMI, amplifica esse cenário. Em verdade, a posição de liderança do continente é controversa, sendo alvo de disputa por parte da Argentina e do México, introduzindo dualidades nas alianças regionais além de impor desafios à liderança brasileira (*ibid*).

⁷ Governo Federal anuncia retorno do Brasil à Unasul.

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/04/governo-federal-anuncia-retorno-do-brasil-a-unasul>

Nesse sentido, Thies e Nieman (2017) reforçam que a política externa brasileira visa manter relações com seus vizinhos, reforçando atributos que o qualificam como líder regional, enquanto engaja em relações com demais nações emergentes a fim de elevar seu status internacional. Mesmo diante das contestações à sua liderança, esse engajamento é respaldado pelo objetivo de inserção global, fundamentada na aspiração de obter reconhecimento internacional enquanto *major player* por meio da sua afirmação como líder regional (LIMA, HIRST, 2006). Paradoxalmente, o uso desse mecanismo de afirmação levou ao reconhecimento do Brasil como um player global em ascensão, reconhecido por membros do G-8 e da União Europeia (MALAMUD, 2011). Com efeito, Malamud (2011) ressalta a possibilidade de que essa inserção global efetiva como uma potência média ocorra antes de se tornar um líder regional.

É nesse contexto em que a participação do Brasil nos BRICS emerge como um ativo importante para seus objetivos de inserção global. Conforme argumentado por Malamud (2011), a promoção do Brasil como membro dos BRICS desempenhou um papel fundamental no reconhecimento internacional do país. A estratégia de participar de agrupamentos que desempenhem papéis relevantes na governança global baliza a participação do Brasil em fóruns como IBAS e BRICS (MEZA, 2015). Stuenkel (2017) destaca que os BRICS se tornaram uma plataforma importante para manifestar as demandas de política externa brasileira em favor de reformas no sistema internacional que o incluem como um ator relevante. Nesse sentido, desde os anos 2000, essa aproximação com polos emergentes construída na política externa brasileira sinaliza o esforço da cooperação Sul-Sul, lançando luz às possibilidades não ocidentais, indo além da tradição Ocidental (LOPES, 2020).

Em face ao demonstrado, a posição regional e internacional do Brasil revela uma dualidade que converge para seus objetivos de forma amplificada. Por um lado, suas características materiais o qualificam como potência regional; por outro, a liderança é contestada por diversos fatores internos ao continente. Ainda assim, a promoção do país enquanto uma potência regional alavancou seu *status* internacional, sobretudo por meio da ampliação de sua participação em fóruns internacionais relevantes. Nesse sentido, a integração do Brasil nos BRICS configura como uma iniciativa de potencializar seus objetivos globais, visando a amplificação de sua posição no sistema internacional, concebendo a cooperação Sul-Sul como um fio condutor para a promoção dos interesses nacionais do país (DIKO, SEMPIJJA, 2019; MILANI, KLEIN, 2021).

Rússia

Do Império Russo, passando pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ao Commonwealth of Independent States (CIS), a Rússia objetiva fortalecer os laços com seus vizinhos sob sua liderança (TRENIN, 2009). Thies e Nieman (2017) apontam que os determinantes da política externa russa se mantiveram relativamente constantes de Stalin e Khrushchev à Medvedev e Putin. Essa política se manifesta, sobretudo, como um agente anti-imperialista, defensor da paz e da liberdade na região, intervindo nos governos ao seu redor como parte do exercício de seu papel em relação aos seus satélites na Europa Oriental (*ibid*). Nos anos que se aproximaram da queda do regime socialista, a política externa do que viria a se tornar a Federação Russa estava orientada para sua inserção na comunidade internacional como um *great power* (*ibid*).

Com problemas crônicos de fragilidade econômica, a crise doméstica enfrentada pela URSS culminou na sua dissolução na década de 90, encerrando a disputa sistêmica entre duas superpotências e estabelecendo a hegemonia Americana no período pós-Guerra Fria (PECEQUILO, LUQUE, 2016). Em função da sua capacidade nuclear, algumas reservas de petróleo e gás natural, e abrangendo dois terços do território da antiga URSS, a Rússia naturalmente manteve o status de potência regional à luz desses atributos materiais (MAZAT, SERRANO, 2012). Com o compromisso de se inserir no sistema internacional, a atenção ao espaço pós-soviético é fundamental para proteger sua zona de influência (SILVA, 2022). Nessa perspectiva, os limites de fronteira da antiga Rússia imperial são elementos centrais desse poder, simultaneamente atuando como uma cortina de proteção russa contra os demais poderes (TRENIN, 2009).

A extinção da União Soviética em 1991 desencadeou uma série de medidas para gerir o colapso do regime. Em primeiro momento, o estabelecimento da Comunidade de Estados Independentes (CEI), uma organização regional intergovernamental dedicada à cooperação entre as antigas Repúblicas Soviéticas, foi originalmente estabelecida entre a Bielorrússia, a Federação Russa e a Ucrânia, com o objetivo de preservação e desenvolvimento econômico, social e cultural dos Estados Membros (CIS, 1991). Além disso, diante do enfraquecimento geopolítico e militar, entre 1991 e 1998, a Rússia firmou parcerias pró-ocidentais com os Estados Unidos e a União Européia, visando restabelecer suas bases do sistema econômico e social (MAZAT, SERRANO, 2012).

No entanto, Pecequilo e Luque (2016) afirmam que essa aproximação foi uma subordinação motivada pela necessidade interna de reestruturação, mas não resultou no encerramento das atividades das instituições originadas da Guerra Fria, especialmente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Pelo contrário, elas se reformularam e continuam existindo, expandindo-se em direção às fronteiras russas e o espaço pós-soviético no Leste Europeu (SILVA, 2022). Esse movimento objetivava a restrição do domínio russo na região, criar instabilidade política, controlar o acesso a recursos como gás e petróleo e preencher os vácuos de poder (PECEQUILO, LUQUE, 2016). Com efeito, no âmbito externo, seu encolhimento implicou perda de influência no antigo espaço soviético, tornando a região atrativa para o Ocidente (*ibid*).

Desse modo, embora essa aliança estratégica tenha sido fundamentada na perspectiva de uma reforma estrutural da Rússia, ela tinha um limite evidente para ambos os países (*ibid*). A ausência de concessões no campo econômico e político combinadas com ensaios de expansão da OTAN resultaram numa mudança de direção da política externa russa no período pós-Guerra Fria, afastando-se do discurso pró-Ocidente do período da *perestroika* liderada por Ieltsin e a alta cúpula do governo russo, e manifestando apoio à multipolaridade e o equilíbrio de poderes no sistema internacional (*ibid*). Não surpreende, portanto, que a identidade russa no início dos anos 2000 tenha retornado à narrativa de rivalidade com os Estados Unidos enquanto um país excluído por certas instituições ocidentais (THIES, NIEMAN, 2017).

À luz das iniciativas concretas de projetos anglo-americanos que ameaçavam as nações eurásianas, destacam-se a aproximação com países da antiga zona soviética visando diminuir o controle russo sobre o petróleo e o gás da região (PECEQUILO, LUQUE, 2016). Além disso, a Guerra do Kosovo em 1999, na qual a OTAN, liderada pelos Estados Unidos, apoiou intentos separatistas da Sérvia, seguida da primeira onda efetiva de expansão da OTAN ao incorporar membros da antiga União Soviética, quais sejam: Hungria, República Tcheca e Polônia, pressionam por uma mudança de postura no governo Russo (*ibid*). A chegada de Putin ao poder em 1999 sinaliza a mudança de postura do Estado em favor da repressão a movimentos separatistas e recuperação do espaço soviético (MAZAT, SERRANO 2012; PECEQUILO, LUQUE, 2016).

Para conter ameaças geopolíticas, a Rússia mantém um efetivo controle doméstico e estabelece zonas de proteção contra ameaças externas (GRAHAM, 2019). De fato, ameaças constantes de contenção da influência e do domínio russo na região foram respondidas com a invasão da Geórgia em 2008 e a anexação da Crimeia em 2014 em função de uma série de iniciativas Ocidentais da OTAN e dos Estados Unidos, especialmente as chamadas

Revoluções Coloridas, incluindo o apoio à Revolução Laranja na Ucrânia em 2004 (MEARSHEIMER, 2014; GRAHAM, 2019). Enquanto o Ocidente interpreta a invasão russa como uma flagrante violação do direito internacional, o Kremlin a enquadra como uma estratégia de autodefesa (GRAHAM, 2019).

A militarização para resolução de conflitos em sua zona de influência é uma variável ativa e constante para lidar com disputas, frequentemente envolvendo-se em confrontos militares em sua região (THIES, NIEMAN, 2017). Essas alternativas militares representam um dos principais vínculos de influência Russa sobre os Estados do espaço pós-soviético. De acordo com Cameron e Orenstein (2013), o país mantém bases militares em quase todos os países da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), uma aliança formada em 1992 para cooperação em segurança entre a Rússia e países da Eurásia como Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão. Nota-se que Azerbaijão, Geórgia e Uzbequistão retiraram sua membresia da organização (CSTO, 2023).

Outros vínculos com as nações dessa região são estrategicamente mobilizados para garantir a influência da Rússia, destacando-se a fundamentação dos laços étnicos na lógica de intervenção russa, principalmente em defesa da cidadania e nacionalidade (CAMERON, ORENSTEIN, 2013). Além disso, os vínculos econômicos desses estados com a Rússia são expressivos, tanto em termos de recursos como óleo e gás, quanto em aspectos mais amplos das trocas comerciais desses países (*ibid*). De fato, Thies e Nieman (2017) avaliam que a criação da Eurasian Economic Union (EEU) representa, em certa medida, o modelo soviético de política externa econômica, no qual a Rússia subsidia as trocas comerciais entre os membros como um esforço para manter a união.

Em face ao apresentado, a liderança russa em sua zona de influência possui uma característica singular, resultante da origem comum desses Estados que emergiram com o fim da União Soviética. Em essência, trata-se de um domínio estrutural e material fundacional. Com efeito, Montenegro e Mesquita (2017) argumentam que a Rússia busca estabelecer-se regionalmente de modo similar à época de superpotência durante a Guerra Fria, especialmente em relação aos países da CEI, onde se configura como um líder natural da integração na região de forma pouco contestada. Entretanto, o Commonwealth não se estabelece como uma organização de integração efetiva, sendo institucionalmente fraco haja vista que não apenas os países não participam ativamente de projetos conjuntos de cooperação, como a Rússia, seu principal Estado dominante, favorece relações bilaterais (KUBICEK, 2009).

O alinhamento dos países da CEI com a Rússia é inferior ao alinhamento observado entre todos os países dos BRICS em suas respectivas regiões (MONTENEGRO,

MESQUISTA, 2017). Essa baixa afinidade revela uma fragilidade na liderança russa em termos de reconhecimento, especialmente expressiva em 2014, quando recebeu o apoio de apenas 10 países em uma resolução da Assembleia Geral sobre a integridade do território Ucrâniano (*ibid*). Mindaugas Jurkynas, pesquisador lituano, destaca uma orientação de identidade negativa dos países dos Bálcãs em assuntos internacionais, fundamentada por questões de segurança derivadas da influência russa (JURKYNAS, 2023). Considerando a perspectiva de uma identidade partidária negativa, é possível analisar a formação da inserção internacional desses países nesses termos, ou seja, sua atuação estratégica moldada pela rejeição, neste caso, à Rússia e seu domínio na região (PAIVA, 2016).

Se, por um lado, o envolvimento institucional reduzido da Rússia com a CIS sugere uma integração mais frágil (MONTENEGRO, MESQUITA, 2017), por outro lado, a Rússia demonstra um interesse substancial em maximizar o potencial institucional dos BRICS, defendendo a transição de um fórum de diálogo para uma organização de cooperação que coordene posições em determinadas agendas internacionais (LO, 2016). Essa postura está ancorada na visão de que os BRICS representam um órgão global não dominado pelo Ocidente, ancorada na sua própria *raison d'être* (*ibid*). Adicionalmente, a Rússia percebe sua capacidade de influenciar o grupo como superior em comparação a outros órgãos, uma vez que tem a habilidade de influenciar a agenda e procedimentos operacionais. Nesse contexto, os BRICS se tornam uma plataforma geopolítica para demonstrar que o país é um player global relevante e não está isolado na arena internacional (*ibid*).

Diante disso, os BRICS se configuram como uma plataforma concreta para a materialização das ambições geopolíticas globais da Rússia, desempenhando um papel positivo na restauração de seu *status* como potência global, ao mesmo tempo em que apresentam-se, sob essa perspectiva, como uma alternativa à ordem internacional estabelecida. Apesar de exercer uma liderança regional dificilmente contestada, o domínio da Rússia sobre os países de sua zona de influência, notadamente o espaço pós-Soviético, é complexo, entrelaçando-se em dimensões político-sociais, econômicas e militares. É importante destacar que essa presença não se traduz, necessariamente, em alinhamento automático e expressivo desses países com a Rússia; na verdade, algumas regiões específicas manifestam uma espécie de identidade negativa, originada das preocupações com segurança relacionadas aos conflitos militares passados e em curso na região.

Índia

A Índia tem sido considerada uma potência regional no Sul da Ásia, especialmente em função da sua performance de crescimento econômico nos últimos anos (BREWSTER, 2012; THIES, NIEMAN, 2017; WORLD BANK, 2023). Thies e Nieman (2017) avaliam que o pan-asiatismo é uma tradição no pensamento político indiano, especialmente em sua defesa de movimentos liberacionistas e anticoloniais que a naturalizaram como um líder regional, tornando-se uma potência que balanceia a influência de grandes potências no Sul Asiático. Essa abordagem foi fundamentada em uma vertente essencial da política externa indiana: o não alinhamento, no entanto, essa postura tem sido desafiada em diversos momentos pela crescente presença dos Estados Unidos na região, gerando uma recepção desconfiada do crescimento indiano por parte do Paquistão (*ibid*).

Com o término da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, a Índia se viu privada de um parceiro significativo, o que também desafiou a viabilidade de manter a ideologia do movimento de não alinhamento em um mundo que já não era mais bipolar (BREWSTER, 2012). Isso conduziu a uma reorientação da política externa indiana, resultando na expansão estratégica tanto política quanto economicamente, estabelecendo parcerias relevantes tanto na Ásia quanto globalmente (*ibid*). A Índia demonstra uma preocupação considerável em impedir a presença de superpotências na região, sobretudo à luz da ocupação do Afeganistão pelos Estados Unidos e pela OTAN, fator que atribui uma dimensão significativa à região na política externa indiana (MONTENEGRO, MESQUITA, 2017).

Por outro lado, a fundação da Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (ASACR) em 1985 foi introduzida por Bangladesh, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social dos países membros, incluindo Índia, Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, Nepal, Butão e Maldivas, com a admissão tardia do Afeganistão (EBRAHIMKHANI, 2021). Em consonância com esse movimento na região, a tradição da política externa de não alinhamento foi substituída pela promoção da autonomia e da multipolaridade, visando equilibrar o poder na região Ásia-Pacífico (BREWSTER, 2012). Essa estratégia incluiu a busca pelo equilíbrio nas relações com a China no contexto de rivalidade regional em função da hegemonia contestada (BREWSTER, 2012; THIES, NIEMAN, 2017).

Ainda assim, a instabilidade geopolítica na região explica a relutância por parte de Nova Deli em assumir um papel de liderança efetiva, o que coloca em tensão seus atributos como líder regional (MONTENEGRO, MESQUITA, 2017). Com efeito, Brewster (2012) reforça a complexidade do engajamento indiano em sua zona de influência, especialmente

considerando que o término da Guerra Fria impôs desafios significativos à posição do país. Mesmo que a Índia busque promover a integração econômica e equilibrar as ameaças representadas por atores como a China e os Estados Unidos na região, visando o reconhecimento de seu status na Ásia-Pacífico, essas iniciativas não são respaldadas por uma estratégia ampla de engajamento regional haja vista que o crescimento econômico expressivo da Índia não garante automaticamente sua liderança na região.

Parte da literatura destaca que, embora a Índia detenha uma posição hegemônica no que diz respeito ao complexo de segurança regional, sua caracterização como líder regional é questionada devido às rivalidades com a China e o próprio Paquistão, que também possui armas nucleares (THIES, NIEMAN, 2017). Apesar de incorporar a noção de liderança regional em sua política externa, os autores observam que o país atribui maior importância à promoção de suas aspirações globais do que ao seu papel na região. Nesse sentido, a Índia se apresenta como um protetor regional, atuando como uma espécie de guardião da Ásia-Pacífico, como parte de sua estratégia global enquanto grande potência (*ibid*).

Em outro aspecto, os achados de Montenegro e Mesquita (2017) tensionam o debate sobre a liderança e o reconhecimento regional ao constatar que, embora a Índia indique baixos níveis de alinhamento com seus vizinhos na ASACR, ela é percebida como hegemônica pelos seus membros e sua liderança é amplamente reconhecida. Isso não implica, porém, um comando permanente na região, carecendo de uma conduta mais proativa na ASACR, mesmo com intervenções em crises como a do Sri Lanka e no Golpe de Estado nas Maldivas, a liderança efetiva demanda uma abordagem mais robusta do governo indiano na construção de parcerias, priorizando a segurança em países-chave na Ásia-Pacífico (BREWSTER, 2012; MONTENEGRO, MESQUITA, 2017).

Nesse contexto, a complexidade e divergência em relação ao papel regional da Índia advém, em parte, da configuração geopolítica local. O Japão, por exemplo, concentra sua atenção no Nordeste da Ásia, enquanto a Índia e a China enfrentam tensões na região da Ásia-Pacífico (BREWSTER, 2012). Essa disposição geográfica impõe uma série de limitações à atuação indiana. Mesmo considerando a influência econômica substancial e o crescimento na região, essas restrições são particularmente evidentes na dimensão estratégica de sua presença. No entanto, ao dividir a região entre Ásia-Pacífico e Oceano Índico, a proeminência regional da Índia torna-se mais acentuada (*ibid*).

As aspirações globais da Índia avançam por meio de seu engajamento nos BRICS. Nicolini e Carvalho (2015) afirmam que a busca por ampliar sua inserção internacional, através da participação em organizações influentes na ordem mundial, guia a presença do país

no grupo. Ao representar os interesses de nações emergentes no cenário internacional de forma crítica, a Índia percebe a participação nos BRICS como uma oportunidade para avançar seus próprios interesses e contribuir de forma positiva e propositiva em agendas internacionais (*ibid*). Além disso, destacam-se dois objetivos fundamentais: o interesse em atrair investimentos externos e a manutenção das relações com a China. No que diz respeito ao primeiro objetivo, a Índia reconhece nos BRICS, e em seus mecanismos de cooperação, especialmente no Arranjo Contingente de Reserva, um fundo relevante para lidar com os impactos da crise financeira, consolidando-se como um agente significativo (*ibid*).

A fim de equilibrar suas relações com a China, a participação nos BRICS proporciona à Índia a oportunidade de fortalecer as parcerias com o país, que cresceram substancialmente, transformando-a em um parceiro comercial significativo (*ibid*). Além disso, a Índia vê nos BRICS um mecanismo para moderar as ambições chinesas de se tornar uma superpotência, buscando acomodá-las de acordo com as normas internacionais (CHAULIA, 2021). Este movimento, de maneira ampla, representa um processo de redefinição do papel da Índia na arena internacional, almejando uma participação ativa em organizações e arranjos internacionais, consolidando-se como referência em diversos temas, especialmente em tecnologia e indústria farmacêutica (NICOLINI, CARVALHO, 2015).

Isto posto, as considerações acerca do status de potência regional da Índia suscitam diversas ponderações, sinalizando a ausência de consenso nesse debate. Em linhas gerais, o notável processo de crescimento econômico da Índia não se converte automaticamente em liderança na região, embora a nação seja uma potência proeminente. Essa falta de liderança efetiva e uma abordagem direcionada de política externa para a região, que promova a integração, contribui para a ausência de uma hegemonia consolidada, mesmo considerando a atuação relevante no âmbito da segurança. Além disso, os conflitos com outros atores relevantes na região, sobretudo a China, com a qual a Índia já teve confrontos, e o Paquistão, que questiona a relevância indiana na região, também desempenham um papel significativo nesse cenário.

A plataforma dos BRICS surge como uma oportunidade para a Índia intensificar seu papel na construção de novos mecanismos de cooperação internacional que reflitam a realidade dos países emergentes. Para a política externa indiana, o grupo representa a concretização da possibilidade de avançar os interesses nacionais por meio de uma plataforma expandida de governança global. De fato, o país busca estabelecer estratégias institucionais efetivas de cooperação, com foco na agenda financeira, criando condições propícias para o desenvolvimento interno por meio da cooperação intra-BRICS. Nesse sentido, a participação

no grupo assume duas frentes relevantes: posicionar-se como um protagonista no cenário global e impulsionar seu desenvolvimento no âmbito doméstico por meio da colaboração interna ao grupo.

China

Destacando-se como a segunda maior economia global, o segundo país mais populoso do mundo e o quarto maior em extensão territorial (STATISTA, 2022; WORLD BANK, 2022), a posição internacional da China assume características singulares dentro do contexto dos BRICS, diferenciando-se das razões dispostas sobre o *status* russo. Joseph Nye (2023) argumenta que uma análise mais aprofundada sobre a posição do país na arena internacional deve qualificá-la como uma "reemergência", uma vez que a China desempenhou o papel de grande potência na região da Ásia-Pacífico, sendo dominante em termos tecnológicos e econômicos entre os anos 500 e 1500. Após enfrentar desafios internos e mudanças globais com o surgimento de novas forças econômicas, como a Europa e a América, e o Japão ascendendo como líder asiático, é a partir de 1979 que a China recupera sua proeminência (*ibid*).

À época, a abertura promovida por Deng Xiaoping, rompendo com o isolamento do período maoísta e estabelecendo alianças com países capitalistas em busca de estratégias para a modernização econômica, abriu caminho para que a China ganhasse maior relevância no comércio internacional (LEÃO et al., 2011). De fato, a liderança pós-Mao Tsé-Tung concentrou esforços na região costeira, transformando-a no motor de crescimento para o desenvolvimento econômico do país, incentivando o investimento externo, a interação internacional e o avanço tecnológico (YANG, 1990). Com a prioridade de se inserir internacionalmente, a diplomacia chinesa focalizou a participação do país em instituições internacionais, particularmente no sistema ONU, visando garantir sua independência e demonstrar sua estabilidade (MONTENEGRO, MESQUITA, 2017).

Indo além das disputas territoriais e os conflitos militares desencadeados após a Revolução de 1991, quando a política externa era principalmente voltada para a proteção das fronteiras e o restabelecimento da soberania e independência, a China assumiu o papel de defensora de uma nova ordem internacional como um ator independente (THIES, NIEMAN, 2017). Sua política externa adotou uma perspectiva ativa e propositiva, incluindo a participação em projetos regionais ao ingressar na ASEAN em 1991 como parceiro de diálogo e, posteriormente, em 2003, como parceiro estratégico (CIL, 2018). Se anteriormente a

relação do país com a principal organização do processo de integração asiático era turbulenta, marcada por críticas à sua fundação enquanto uma promoção dos Estados Unidos na região, isso mudou com a nova administração, configurando uma política de boa vizinhança entre 1978 e 2008, culminando em um acordo de livre comércio entre a China e a organização em 2001 (MONTENEGRO, MESQUITA, 2017; CIL, 2018).

A estratégia chinesa de aprofundar a cooperação no leste asiático, revestida no papel de líder do “terceiro-mundo”, objetiva consolidar esses países por meio de um esquema de produção verticalizado, resultando no estabelecimento de uma rede na região e no fortalecimento das relações econômicas entre os países asiáticos semi-periféricos e o resto do mundo (NOGUEIRA, 2008; THIES, NIEMAN, 2017). Desde o início do século XXI, a China expandiu sua cooperação multilateral com a ASEAN, substituindo a preferência por relações bilaterais e abrangendo áreas como finanças, desenvolvimento humano, saúde, justiça e segurança (WONG, 2007). Essa região e a organização desempenham um papel central na rivalidade entre a China e o Japão pela liderança no entorno. Embora as relações econômicas da China com a ASEAN sejam substancialmente superiores às do Japão, a China ainda não se configura como um líder regional no Sudeste Asiático (WONG, 2007; MONTENEGRO, MESQUITA, 2017).

No que diz respeito à liderança regional, a China enfrenta desafios significativos, encontrando-se cercada por países de destaque, como Rússia, Japão e Índia. Além disso, o país enfrenta conflitos internos, sendo o mais proeminente o desacordo entre Pequim e Taipei, a capital da província independente de Taiwan, localizada em território chinês (ALBERT, 2016). As divergências sobre o status de Taiwan são evidentes, com a República Popular da China sustentando a unidade do território sob o princípio de "*One China*", enquanto Taiwan, com o respaldo dos Estados Unidos, busca sua independência de jure (*ibid*). Thies e Nieman (2017) abordam esse conflito como um obstáculo à transição da China para se tornar uma grande potência, mantendo-a em sua condição de potência ascendente. Soma-se a isso as preocupações relacionadas ao Mar do Sul da China, que ocupam um papel central nas estratégias político-militares do país para lidar com pressões internas no controle da segurança nacional (POLLACK, 1998).

Essa dinâmica tem implicações significativas na região, especialmente devido à ausência de normas de segurança compartilhadas, o que cria espaço para potenciais rivalidades exacerbadas pela disparidade de capacidades entre a China e os demais países da ASEAN (*ibid*). Por outro lado, Sakura (2009) não prevê que a rivalidade Sino-Japonesa escale para um conflito, haja vista que a China não impõe uma ameaça iminente na desestabilização

da região. Além disso, demais membros da organização mantêm relações com os Estados Unidos em vínculos de segurança a fim de torná-los suficientemente expressivos para conter possíveis intentos político-militares por parte de Beijing (POLLACK, 1998). Mesmo em face dessa configuração, Womack (2004) compreende que os esforços diplomáticos do país normalizaram as relações da China com o Vietnã, pondo fim às hostilidades, e considerando a natureza de organização regional da ASEAN, criando uma nova plataforma para cooperação econômica em 2002.

Ao realinhar suas relações com o Sudeste Asiático, a China adquiriu novas configurações na interação regional, e essa dinâmica continua a evoluir, pautada no princípio da boa vizinhança, uma estratégia fundamental na condução da política externa chinesa (WOMACK, 2004). Parte da literatura sugere que essa mudança posiciona a China como uma potência regional expressiva, embora não exerça uma liderança efetiva (MONTENEGRO, MESQUITA, 2017). A análise do alinhamento entre a China e a ASEAN na Assembleia Geral aponta na direção contrária, e aponta a relevância em termos de liderança do país, mantendo níveis significativos de alinhamento e superando seu rival regional, o Japão (*ibid*). Dessa forma, as conclusões dos autores endossam a percepção de que a reorientação da política externa chinesa para a região tem sido positiva, transformando-a no principal parceiro comercial da ASEAN e aproximando ainda mais as partes por meio da estratégia de reconstrução da Rota da Seda (*ibid*).

Com a ascensão de Xi Jinping ao poder em 2013, a administração chinesa lançou um ambicioso plano de integração da Eurásia, estendendo-se da China à Europa, com abrangência no Sudeste Asiático e Leste Africano (NYE, 2017). A "*China's Belt and Road Initiative*" representa o mais ambicioso projeto da política externa chinesa em termos de uma iniciativa econômica destinada a construir infraestrutura que conecte o país aos menos desenvolvidos em sua vizinhança (ABDENUR, MUGGAH, 2017; CAI, 2017). Caso concretizado, o projeto englobaria aproximadamente 70 países, contribuindo com um terço do PIB mundial e abrangendo 65% da população global (ABDENUR, MUGGAH, 2017). O expressivo crescimento chinês despertou o interesse de países em desenvolvimento, promovendo relações econômicas e políticas mais estreitas (NYE, 2023). A despeito de sua concretização, essa iniciativa é alicerçada em instituições financeiras de desenvolvimento no país, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e o Novo Banco dos BRICS, que se destacam como fontes promissoras de financiamento para esse ambicioso projeto (ABDENUR, MUGGAH, 2017).

No âmbito dos BRICS, especialmente sob a liderança do Presidente Xi Jinping, a China tem apoiado ativamente o grupo, posicionando-se estrategicamente para manter colaborações em estruturas multilaterais. Essa abordagem visa minimizar percepções ameaçadoras regionalmente, ao mesmo tempo em que amplia sua influência geoestratégica, participando de iniciativas conjuntas na coalizão que servem a ambos os objetivos (HOOIJMAAIJERS, 2021). Além de complementar suas próprias propostas nacionais para a reforma de instituições de cooperação financeira, a China também apoia iniciativas no âmbito dos BRICS, destacando-se como o principal contribuidor para o NBD (*ibid*). Essa posição, entretanto, gerou tensões com a Índia devido à proeminência chinesa como maior acionista e poder de veto no NBD (*ibid*). A China figura como líder dentro do bloco, promovendo a iniciativa como um impulso chinês para o desenvolvimento em outros países, principalmente devido ao tamanho expressivo de sua economia em comparação com os demais membros (*ibid*).

Além de os BRICS servirem como uma estratégia para posicionar o compromisso multilateral da China e integrar um mecanismo estratégico de conexão em sua projeção global, o país também defende a expansão do grupo, especialmente para cultivar boas relações com países menores, ampliando assim sua capacidade de atuação em termos de *soft power* (*ibid*). Embora a China não dependa exclusivamente do grupo para sua projeção internacional, dada a robustez de seu status de potência na arena global e a participação em várias instituições multilaterais relevantes (LO, 2016), a liderança chinesa no BRICS é vista por Hooijmaaijers (2021) como crucial para a projeção de sua superpotência. Para o autor, a liderança no grupo é significativa para avançar os objetivos chineses de influenciar a comunidade internacional, explorando o BRICS como um mecanismo substantivo para reformar a governança econômica global.

Em resumo, o crescimento econômico da China, marcado por uma abertura de mercado, aprofundamento das relações regionais e uma participação mais ampla nas relações internacionais, dificulta o questionamento quanto ao seu *status* como potência, especificamente como potência regional. Quanto à liderança regional, alguns pesquisadores apontam divergências em relação à literatura, destacando que, além de ter uma presença material significativa na região, o país engaja outras nações em sua zona de influência em organizações internacionais de maneira mais efetiva do que seu rival regional, o Japão. No contexto dos BRICS, a expansão estratégica da política externa chinesa em projetos de desenvolvimento, tanto em sua zona de influência quanto em outras regiões do mundo, explica seu envolvimento no BRICS de maneira estratégica, alinhada aos seus objetivos de

projeção internacional como superpotência. A China figura como o principal investidor nas instituições do grupo, especialmente na agenda econômica, que é o pilar fundamental dos BRICS. Dessa forma, a China é uma potência regional, evidenciada por elementos como seu alinhamento internacional, apesar das rivalidades e preocupações regionais, e também desempenha um papel de liderança significativo nos BRICS, sendo o principal impulsionador da agenda econômica do grupo.

África do Sul

A hegemonia regional da África do Sul é uma questão controversa. Em primeiro momento, o país figura como a segunda maior economia do continente, atrás da Argélia levantando questionamentos sobre suas capacidades materiais como potência (FMI, 2023). Por outro lado, a África do Sul é reconhecida internacionalmente como uma das nações mais poderosas no continente africano, dentro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), o país pode ser considerado uma superpotência, contribuindo significativamente para o PIB da organização (GELDENHUYS, 2010; THIES, NIEMAN, 2017). Além disso, embora essa relevância regional seja notável, ela não é amplamente reconhecida, pois a Nigéria, ao posicionar-se como uma potência regional no Oeste Africano, também disputa a liderança no continente (GELDENHUYS, 2010; MONTENEGRO, MESQUITA, 2017).

Devido ao *apartheid*, um regime segregacionista baseado na supremacia branca, e ao apoio à colonização portuguesa em Angola e Moçambique, juntamente com uma série de conflitos internos, a África do Sul tornou-se um pária internacional, adotando uma diplomacia de isolamento nos anos 70 e 80 (THIES, NIEMAN, 2017). A vitória sobre o *apartheid* gerou um senso de responsabilidade para o país, devido ao apoio recebido no continente para o fim desse regime, levando a uma reorientação de sua política externa para a região. Em função disso, a África do Sul assumiu a responsabilidade e o compromisso, em uma perspectiva particular, de contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da paz no continente africano (GELDENHUYS, 2010). A nova diplomacia pós-*apartheid*, a partir da década de 90, caracterizou-se por um posicionamento interno, concebendo o país como uma nação africana, cujos desafios deveriam ser enfrentados pelos próprios africanos. Esse movimento gradualmente desfez a percepção de pária, permitindo à África do Sul reintegrar-se nas Nações Unidas, no Commonwealth e na SADC (THIES, NIEMAN, 2017).

A atenção à região fomentou a criação da União Africana em 2001, e iniciativas de expandir as agendas de cooperação e, inclusive, integração, em comércio e segurança, comprometida com a prosperidade na região (MONTENEGRO, MESQUITA, 2017). A democratização do país sob Nelson Mandela, posicionou a África do Sul como uma democracia estável em um continente instável, e isso possibilitou seu reconhecimento externo enquanto potência regional com papel de liderança, reiterado pelas parcerias com a União Europeia que fortalecem esse reconhecimento (GELDENHUYS, 2010). Esse movimento foi construído sob a campanha de um Renascimento Africano, objetivando a reconstrução institucional no continente em acordo com seus interesses, expandindo sua atuação econômica na região (ALDEN, SCHOEMAN, 2015).

Certamente, a participação da África do Sul nos BRICS e no G-10 assinala sua proeminência na região e sua valorização internacional, consolidando-a como uma ponte de comunicação entre a África e o mundo (*ibid*). No entanto, essa inserção enfrenta diversos problemas estruturais na região, que tensionam seu status internacionalmente reconhecido de liderança regional, criando um paradoxo. A África do Sul carece de bases materiais de poder sólidas no continente, além de não conseguir converter sua preponderância (comparativa) em projetos de política externa que realmente se traduz em avanços significativos no continente, especialmente em relação à República Democrática do Congo e à República Centro-Africana (*ibid*). Segundo Andel e Schoeman (2015), os desafios também abrangem a dimensão política, uma vez que o país não exerce influência sobre outros regimes no continente. Acrescenta-se a essa percepção o desconforto com o aspecto étnico em relação à posição da África do Sul como líder natural africano, especialmente considerando seu histórico favorável ao ocidente (MONTENEGRO, MESQUITA, 2017).

Nesse contexto, Andel e Schoeman (2015) apontam que a hegemonia regional da África do Sul, com exceção de pequenos estados em seu entorno, não é completa nem em sua dimensão material, nem em sua dimensão de liderança. Da mesma forma, Montenegro e Mesquita (2017) identificam que a coesão dos países da SADC com a Nigéria é maior do que com a África do Sul, evidenciando a fragilidade do alinhamento em termos de liderança. Segundo Andel e Schoeman (2015), à luz desses elementos, entende-se que essa identidade surge da necessidade do mundo de encontrar uma representação africana na arena internacional, sendo essa posição incentivada pelo Norte global, especialmente pelo G-20, com iniciativas do Sul global na mesma direção, incluindo a admissão do país no BRICS (*ibid*).

A participação em tais espaços gera a expectativa no continente de que a África do Sul leve a agenda pan-Africana para o palco global por meio de sua atuação (UZODIKE, 2016). Uzodike define a política externa pós-*apartheid* como regionalista e globalista, e é nessa dualidade que a participação do país nos BRICS está inserida. O país buscou ativamente sua participação no grupo através da ideia de que o país é uma porta de entrada para o continente africano, em dimensões econômicas, na defesa de que a África do Sul possui a economia mais funcional e vibrante do continente, e na dimensão política, haja vista que o país seria o promotor dos interesses do continente na esfera regional e global (ibid). Nesse movimento, o país busca reforçar seus laços internacionais ao aproximar-se dos poderes do Sul global para reduzir a dependência ocidental do continente e para angariar recursos advindos de economias crescentes, especialmente a China (ALDEN, SCHOEMAN, 2015).

Conforme exposto por Tella (2017), a África do Sul demonstra sucesso ao empregar *soft power* para sutilmente conter a influência dos Estados Unidos no continente, de maneira semelhante ao que é feito pelos demais membros dos BRICS. Ribeiro e Moraes (2015) concordam que o país possui elementos distintivos de *soft power*, justificando sua posição de liderança na região. Apesar de não estar isenta de críticas e tensões, os autores argumentam que a transição do regime de *apartheid* colocou a África do Sul como um país estável perante o mundo. Além disso, o *New Partnership for Africa's Development* foi uma iniciativa da administração sul-africana que buscou desenvolver um arcabouço socioeconômico integrado, com foco na erradicação da pobreza e na retirada do continente da marginalização em relação à globalização.

Em síntese, a África do Sul é um país cujo *status* regional é mais tensionado internamente do que globalmente, o que coloca em foco questões sobre sua capacidade material, representação continental e liderança efetiva. Embora sua economia não seja mais a mais expressiva entre as nações africanas, ainda é a maior da SADC, conferindo-lhe uma posição de destaque dentro da organização. No entanto, a recepção internacional sobre seu papel como potência regional e intermediária entre a região e o mundo é mais significativa para outros atores, como a UE, o G-20 e os BRICS, do que para os demais países do continente. Isso é evidente no maior alinhamento dos países da região com a Nigéria, uma contestadora ativa da hegemonia sul-africana, em comparação com a África do Sul, destacando a fragilidade dessa representação. Ainda assim, a África do Sul busca afirmar sua posição internacionalmente, e os BRICS representam uma oportunidade não apenas para o reconhecimento internacional e a elevação de sua posição global, mas principalmente como

um meio de reafirmar sua importância regional e servir como ponte para o desenvolvimento da região como um todo.

Nessa análise, os países do BRICS emergem como potências regionais, embora essa qualificação não seja uniforme e seja contestada em alguns casos. O Brasil, caracterizado por suas dimensões materiais, apresenta uma dualidade em sua posição regional, com reconhecimento na América do Sul, mas liderança contestada internamente. A Rússia, por sua vez, exerce uma complexa dominação sobre os países de sua zona de influência, embora sua liderança enfrente desafios de alinhamento regional. A Índia, apesar de ser uma potência proeminente, carece de iniciativas mais incisivas para traduzir seu crescimento econômico em liderança automática. A China, com seu sólido crescimento econômico e envolvimento global, consolidou-se como potência regional, mantendo certo alinhamento na região, especialmente em relação ao Japão, e exercendo relativa influência econômica na ASEAN. Por fim, a África do Sul enfrenta desafios internos relacionados à capacidade material e liderança regional, com sua posição sendo contestada em âmbito doméstico.

No que se refere aos interesses dos países do BRICS, cada nação busca a elevação de seu status em dimensões regionais ou globais. O Brasil, ao integrar os BRICS, amplia seus objetivos globais, utilizando a cooperação Sul-Sul para promover seus interesses nacionais. Para a Rússia, o grupo serve como plataforma para concretizar ambições geopolíticas globais, representando uma alternativa à ordem internacional estabelecida. Semelhantemente, os BRICS oferecem à Índia uma oportunidade de intensificar seu papel na cooperação internacional, avançando seus interesses nacionais. A China, por sua vez, enxerga nos BRICS a possibilidade de expandir sua política externa em projetos de desenvolvimento, consolidando sua liderança na agenda econômica do grupo e buscando avançar seu status como superpotência. Contrariamente aos demais, a África do Sul busca afirmar sua posição regional ao ingressar nos BRICS, utilizando o grupo como meio de validar sua posição como ponte para o desenvolvimento na região.

3. COORDENAÇÃO INTERNA E COESÃO EXTRABLOCO

Este capítulo realiza uma avaliação abrangente dos BRICS enquanto coalizão, empregando duas abordagens analíticas. Inicialmente, é conduzida uma análise documental que contempla as 11 reuniões de cúpula dos BRICS no período de 2012 a 2022. O objetivo é determinar a relevância da Assembleia Geral das Nações Unidas para o grupo, com base nas declarações de cúpula. Em seguida, busca-se identificar quais agendas desse foro são

consideradas mais significativas pelos BRICS a partir da classificação das resoluções. A segunda parte adota uma abordagem qualitativa, examinando a convergência nas votações do grupo ao longo do intervalo de tempo mencionado. O intuito é identificar padrões de alinhamento e avaliar a coerência entre esse alinhamento e os resultados obtidos na pesquisa quantitativa. Por fim, os achados serão discutidos à luz das contribuições teóricas, proporcionando uma análise aprofundada das dinâmicas internas dos BRICS como uma coalizão em fóruns internacionais.

3.1 Articulação Interna: Agendas e Instituições

Interesse na Assembleia Geral das Nações Unidas

Em cada encontro, os BRICS afirmam seu compromisso com organizações internacionais relevantes, como a OMC, o FMI e a ONU, evidenciando seus interesses para além do grupo. Em particular, reconhecendo a legitimidade desse fórum e reafirmando seu compromisso com as instituições multilaterais no âmbito internacional, a Assembleia Geral é referenciada de forma consistente em todas as reuniões da Cúpula dos BRICS ocorridas no período de 2012 a 2022. O número de menções oscilou entre 2 e 6 ao longo desse intervalo, estando mais constantemente entre 3 e 5 menções, destacando a importância atribuída pelos BRICS a esse espaço.

Menções à Assembleia Geral das Nações Unidas nas Cúpulas dos BRICS

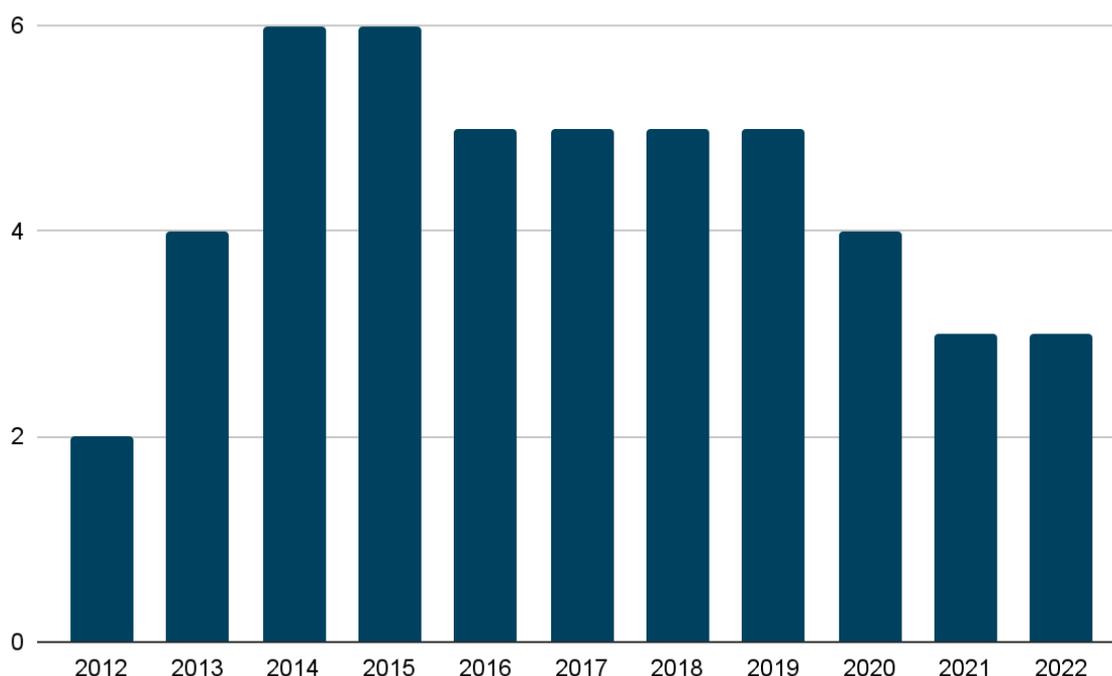


Gráfico 1 - Declarações das Reuniões de Cúpula do Ministério das Relações Exteriores.

As referências mais frequentes dizem respeito às reuniões de alto nível ministerial dos respectivos governos, ora com os Ministros das Relações Exteriores, ora os Ministros de Economia e Finanças, realizadas à margem das sessões da Assembleia. Em 7 das 11 declarações avaliadas, tais menções celebram os encontros ocorridos e reiteram o compromisso de mantê-los nos anos subsequentes. Esse compromisso não é trivial, visto que a história de formação dos BRICS remonta a essas reuniões, antecedendo sua oficialização como uma instituição de cooperação entre os países, e servindo de espaço para seu estabelecimento.

A Declaração de Beijing em 2022 e a Declaração de Moscou em 2020 destacam o comprometimento do grupo em fortalecer sua colaboração interna na instituição, especialmente no que concerne aos interesses comuns dos países. A primeira menciona o seguinte:

We agree to strengthen cooperation on issues of common interests both within BRICS and in multilateral fora including the United Nations General Assembly and Human Rights Council, taking into account the necessity to promote, protect and fulfill human rights in a non-selective, non-politicised and constructive manner and without double standards (BRICS SUMMIT, 2022).

Adicionalmente,

Saudamos a Reunião avulsa de Ministros das Relações Exteriores do BRICS, em 4 de setembro de 2020, durante a qual foram intercambiados pontos de vista sobre as principais questões internacionais e regionais, bem como sobre formas de fortalecer a cooperação do BRICS e possibilidades de apoio mútuo a iniciativas e cooperação mais estreita na 75ª sessão da Assembleia Geral da ONU (BRICS DECLARAÇÃO DE MOSCOU, 2020).

Para além desses trechos, assim como nos dois encontros previamente mencionados, a Declaração de Nova Deli em 2021 reafirma o compromisso dos BRICS em revitalizar a Assembleia Geral das Nações Unidas, destacando a adesão do grupo à reforma, em vez de ruptura, das instituições no sistema internacional, reforçando a posição fundacional dos BRICS em promover mudanças construtivas no âmbito global.

Em todas as reuniões, os BRICS reafirmaram seu compromisso de colaborar em agendas específicas de resoluções na AGNU, destacando o apoio à adoção de resoluções específicas. O interesse proeminente do grupo na convocação para a adoção da *Comprehensive Convention on International Terrorism* durante as sessões da AGNU torna este tema o mais frequentemente mencionado nas agendas dedicadas a esse fórum. Conforme evidenciado pelo Gráfico 2, a proposta conjunta para lidar com a questão global das drogas ocupa a segunda posição nas agendas temáticas para a Assembleia mais recorrentemente mencionadas durante as reuniões de cúpula, convocando os países a colaborarem para combater esse desafio. Seguindo de perto, com apenas uma menção a menos, surgem temas relevantes como a questão da Palestina, o controle da tuberculose e o estímulo à implementação de resoluções relacionadas ao uso de tecnologias de informação e comunicação, sendo a agricultura familiar a agenda menos mencionada.

Agendas de Compromisso dos BRICS na Assembleia Geral das Nações Unidas

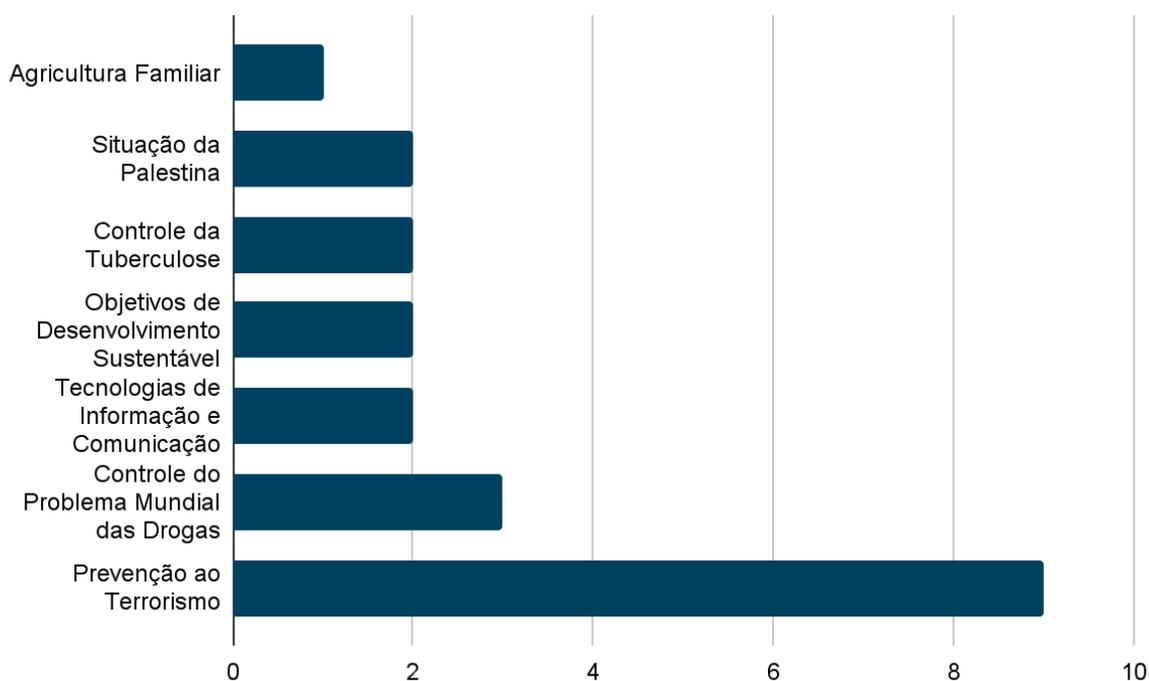


Gráfico 2 - Declarações das Reuniões de Cúpula do Ministério das Relações Exteriores.

Temas Salientes

Considerando a categorização das resoluções da Assembleia em 6 agendas temáticas, a saber: 1) votos sobre o conflito na Palestina, 2) votos sobre material nuclear, 3) votos sobre controle de armas e desarmamento, 4) votos sobre colonialismo, 5) votos sobre direitos humanos e 6) votos sobre desenvolvimento econômico; o Gráfico 3 ilustra quais agendas são mais proeminentes nas Declarações de Cúpula dos BRICS entre 2012 e 2022. Destaca-se que o tema econômico é a principal pauta de cooperação intra-BRICS, sendo notavelmente mais saliente em comparação com as demais agendas, estando em todos os documentos das cúpulas. Este tema foi citado em 67 ocasiões na Declaração de Moscou em 2020, registrando o ápice de menções. Em contrapartida, a menor incidência de menções ocorreu na Declaração de Fortaleza em 2014, com o tema sendo abordado 21 vezes no documento.

O tema do colonialismo foi o menos abordado, sendo mencionado apenas na Declaração de Moscou em 2020, com apenas duas referências no mesmo documento. A agenda de Controle e Desarmamento, por sua vez, foi mencionada 20 vezes no total, registrando maior incidência na Declaração de Beijing em 2022. A questão da Palestina foi mencionada em 27 ocasiões, destacando-se na Declaração de Joanesburgo em 2018, com 8

menções diretas no documento. Com uma diferença de 10 menções em relação ao tema de Material Nuclear, esta agenda esteve presente em todos os documentos, sendo mais enfatizada nas declarações de Nova Deli em 2012 e Beijing em 2022. Por fim, o tema de Direitos Humanos também figura em todos os documentos, sendo mais proeminente na Declaração de Xiamen em 2017.

Presença das Agendas da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Reuniões de Cúpula dos BRICS

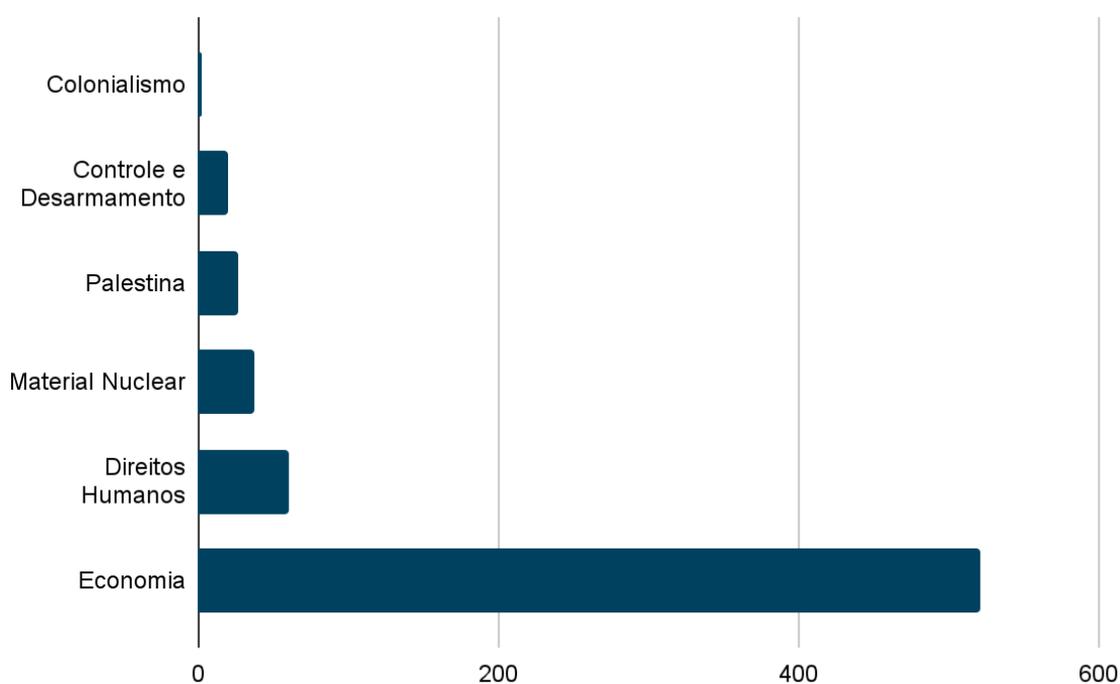


Gráfico 3 - Declarações das Reuniões de Cúpula do Ministério das Relações Exteriores.

Esses achados corroboram as considerações de que a agenda econômica é o principal alicerce da cooperação entre os BRICS, sendo expressivamente a mais relevante. No entanto, ainda que seja a mais saliente, essa menção não figura como o principal tema especificamente documentado de cooperação dos BRICS na Assembleia, haja vista que não aparece com referências diretas de apoio à adoção de resoluções nessa área, tampouco no incentivo direto à cooperação neste âmbito. A única agenda que aparece mencionada nas duas análises é a Palestina, apesar de não estar entre os temas mais importantes em nenhuma das avaliações.

Nesse sentido, destaca-se que a Assembleia Geral é um fórum de relevância significativa para os BRICS, funcionando como um espaço de encontro crucial para os países

membros e, ao mesmo tempo, representando um cenário onde essas nações reafirmam o interesse em colaborar internamente. Em virtude disso, a próxima seção se dedicará a ilustrar o estado da convergência intra-BRICS nas votações de resoluções neste fórum, visando identificar alinhamentos que sustentem dois principais achados desta avaliação documental: primeiro, que a temática econômica é central para os BRICS; seguido da Palestina, que embora não seja a mais proeminente, é a única que apresenta convergência entre menções diretas de cooperação no interior do fórum e os temas mais recorrentes nas declarações.

3.2 Análise da Coesão dos Países Membros do BRICS na Assembleia Geral das Nações Unidas.

À luz da relevância da Assembleia para os BRICS e fim de explorar a coordenação extrabloco da coalizão, esta seção busca identificar uma convergência interna nas votações da AGNU, demonstrando que estes alinham suas preferências nesse foro. Em particular, a seção anterior destacou que a agenda econômica é significativamente mais proeminente para o grupo em comparação com outras agendas, tornando as demais relativamente menos relevantes em termos de alinhamento. Ainda, vale ressaltar que a questão da Palestina, embora menos mencionada, é a única agenda que aparece em ambas as análises qualitativas: como uma área de atuação direta do grupo na AGNU e também como uma agenda frequente nas reuniões de cúpula. Assim, este trabalho visa avaliar as seguintes hipóteses:

1. Uma vez que os BRICS possuem interesse na Assembleia Geral, e indicam defender agendas neste foro, sinalizando uma coordenação, os países alinham suas preferências nas votações;
2. A coordenação é mais expressiva nas agendas que se aproximam das áreas mais salientes ao grupo, quais sejam: “*Votes relating to (economic) development*”; and “*Votes relating to the Palestinian conflict*”.

Em primeiro momento, ao analisar a distribuição geral dos votos, nota-se uma predominância significativa na categoria de aprovação, que representa mais de 70% do total, enquanto a categoria de não membros é praticamente insignificante, sendo excluída das análises subsequentes. Na tabela 3, observamos uma diferença de apenas 3 pontos percentuais entre as amostras de votos dos BRICS e dos demais membros nessa categoria. No entanto, ao aplicar o teste Qui-Quadrado de independência para identificar se há uma associação

significativa entre essas categorias e as probabilidades observadas, não há evidências para afirmar que há uma diferença significativa na associação dos BRICS com o voto na AGNU. Para rejeitar a hipótese nula com um nível de significância de 0.05, o valor do p-valor deveria ser inferior a 0.05. No entanto, o p-valor obtido neste caso foi de 0.59, consideravelmente superior ao nível de significância de 0.05.

**Percentual das Categorias de Voto nas Resoluções da
Assembléia Geral das Nações Unidas de 2012 a 2020**

	1	2	3	8	9
BRICS	77,79	13,12	8,5	1,05	0,00
Não BRICS	74,20	10,46	7,03	8,29	0,01
Todos	74,29	10,52	7,05	8,13	0,01
Pearson Teste Qui Quadrado					
X²	6.4901				
DF	8				
P-valor	0,59				

Tabela 3 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Ao realizar uma análise de clusterização dos grupos BRICS e não BRICS, dividindo-os em 5 clusters com base no número de países dos BRICS, uma informação crucial é destacada no gráfico 4: os BRICS não formam um único cluster dentro da Assembleia Geral da ONU. Apesar de apresentarem alinhamentos superiores à média global, as divisões internas no grupo são evidentes, e há países cujos alinhamentos superam os *scores* agregados dos BRICS como um todo, com valores fixos iguais a 1. Isso ressalta a complexidade da coordenação interna dos BRICS nesse foro, demonstrando a ausência de uma unidade no comportamento e nas posições desses países na Assembleia Geral.

Clusterização K-means dos Agreement Scores entre os BRICS e os Não-BRICS na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2012 a 2020

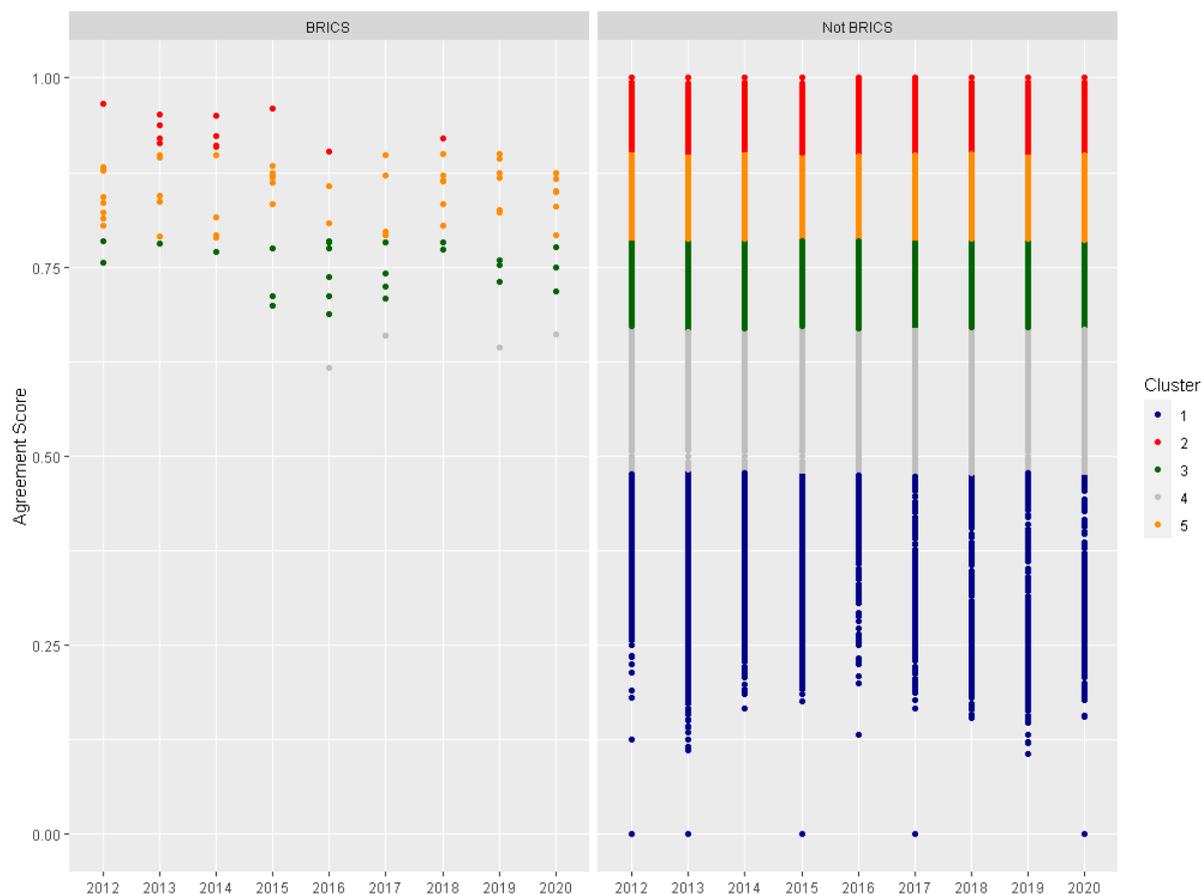


Gráfico 4 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Votação Geral

Em função disso, a análise foi dividida em duas perspectivas, de forma agregada e desagregando por categoria e agenda. Inicialmente, de forma agregada, o gráfico 5 revela um alto nível de alinhamento para aprovação em toda a distribuição, com exceção do ano de 2016, que registrou 80% de concordância. Os países do BRICS estão mais coordenados do que os não BRICS, o que contribuiu para o aumento da concordância geral representada pela linha cinza. Eles apresentam menos ausências em comparação com os demais países da organização, porém têm uma taxa de abstenção e reprovação mais elevada. Houve uma queda na concordância em toda a distribuição em 2016, embora não seja tão significativa ao analisar o conjunto completo no Anexo D.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2012 a 2020

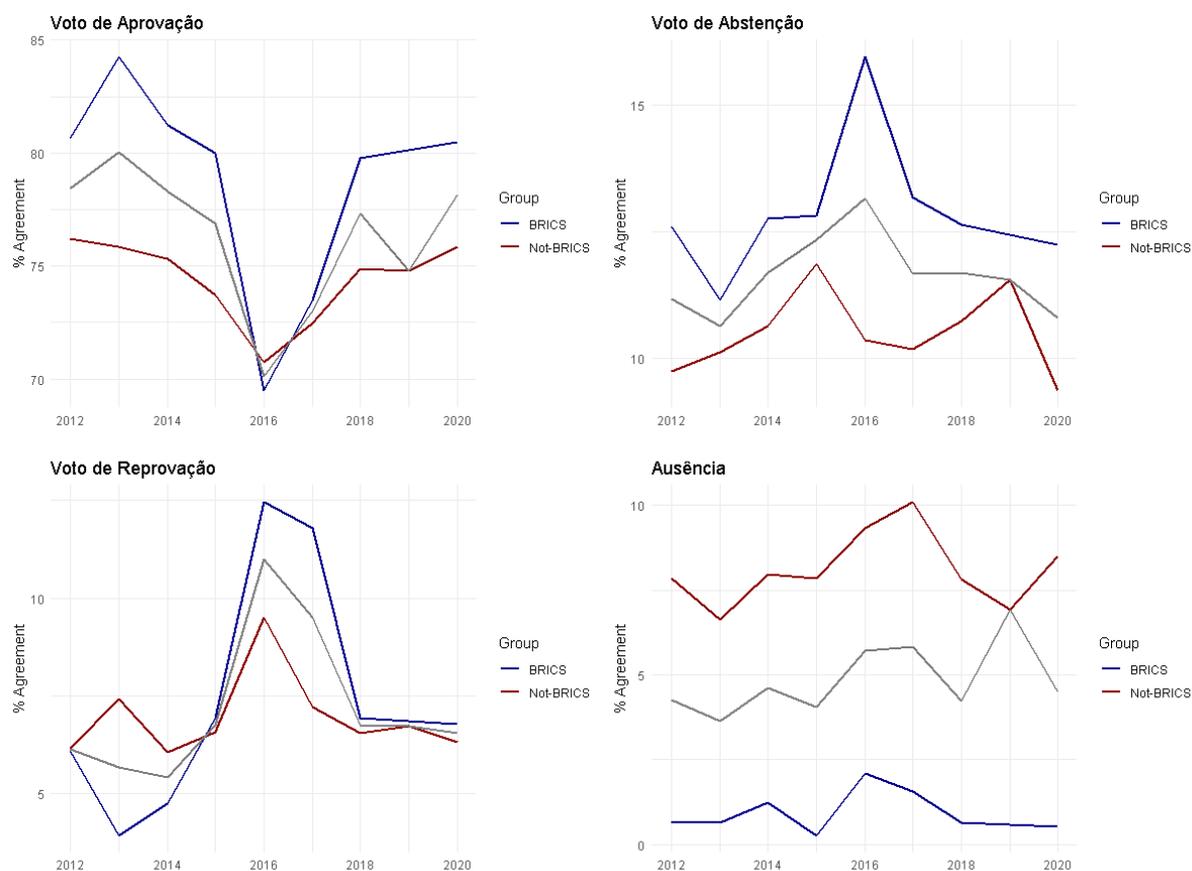


Gráfico 5 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Na categoria modal, isto é, de aprovação, e isolando países, o gráfico 6 revela pouca mudança no padrão geral das curvas, mantendo-se estável entre 75 e 80. Ao isolar África do Sul, Brasil e China, observa-se quase nenhuma alteração. No entanto, ao isolar Rússia e Índia, há uma mudança de +/- 5 pontos percentuais, indicando que o alinhamento dos BRICS é maior na ausência desses países, sendo ligeiramente mais expressivo para a Rússia. Em 2016, a ausência de África do Sul, Brasil e China resultou em uma convergência inferior do grupo em relação à distribuição geral e aos não-BRICS, especialmente para o Brasil. Por outro lado, a ausência de Rússia e Índia não teve esse efeito negativo no grupo.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação em Todas as Resoluções de 2012 a 2020

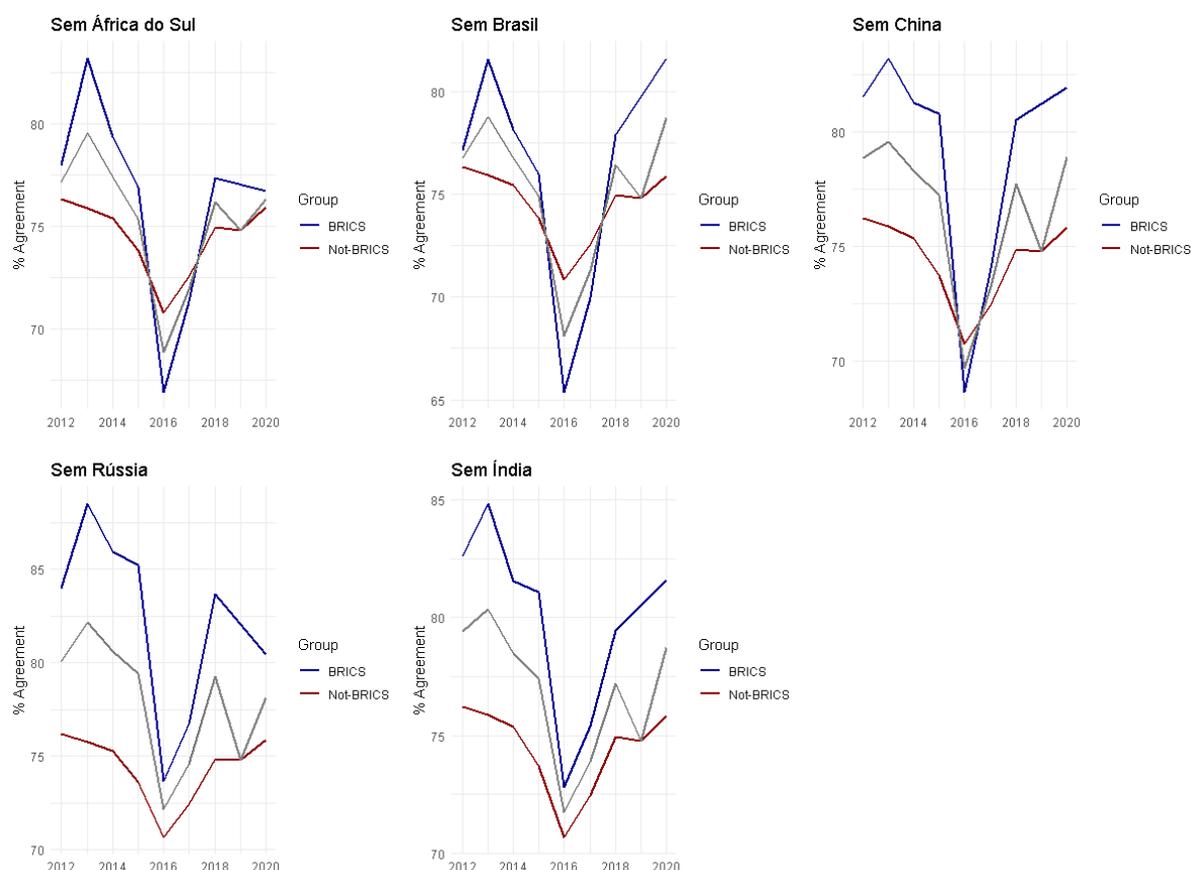


Gráfico 6 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Nesta categoria, os desvios padrão dos BRICS apresentados na tabela 4 são superiores aos da distribuição total da Assembleia em todas as configurações, tanto considerando-os juntos quanto isolando países específicos. Embora a ausência da Rússia denote uma distribuição de convergência superior ao longo dos anos, com uma maior distância entre as linhas, o desvio não é tão expressivo quando comparado à ausência da China e da África do Sul. É notável que a ausência da Índia apresenta o menor valor em relação ao isolamento dos demais países e ao grupo como um todo, sugerindo que o país é um dispersor da porcentagem de convergência. Por outro lado, a ausência do Brasil é a que mais aumenta a variação em relação ao isolamento dos demais países e ao grupo inteiro, indicando que o país é um agregador da porcentagem de convergência. No geral, esses valores demonstram que a convergência do grupo não é homogênea, mesmo que seja superior à da assembleia.

**Desvio Padrão da Distribuição de Alinhamento Isolando Países
em Votos de Aprovação em Todas as Resoluções de 2012 a 2020**

Todos os Países	Todos os BRICS	Sem África do Sul	Sem Brasil	Sem China	Sem Rússia	Sem Índia
4,37	4,77	4,99	5,62	5,00	4,98	3,95

Tabela 4 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

As categorias menos frequentes, que têm pouca incidência em relação às aprovações totais, também revelam resultados consideráveis. Conforme mostrado no Gráfico 7, a ausência da Índia resulta em mais oscilações, enquanto a ausência da África do Sul e do Brasil aumenta o número de abstenções. O Gráfico 8 revela que a ausência da Rússia tem como efeito a redução das reprovações, sendo a única ausência que leva a uma convergência inferior à da assembleia em todos os anos, exceto em 2016. A Índia apresenta um comportamento semelhante, embora não reduza as reprovações na mesma medida que a Rússia. Além disso, o Gráfico 9 destaca que a ausência da Rússia também reduz as reprovações, destacando-a como a única ausência que resulta em uma convergência dos BRICS inferior à da assembleia em determinado intervalo, com exceção de 2016.

Alinhamento nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Abstenções em Todas as Resoluções de 2012 a 2020

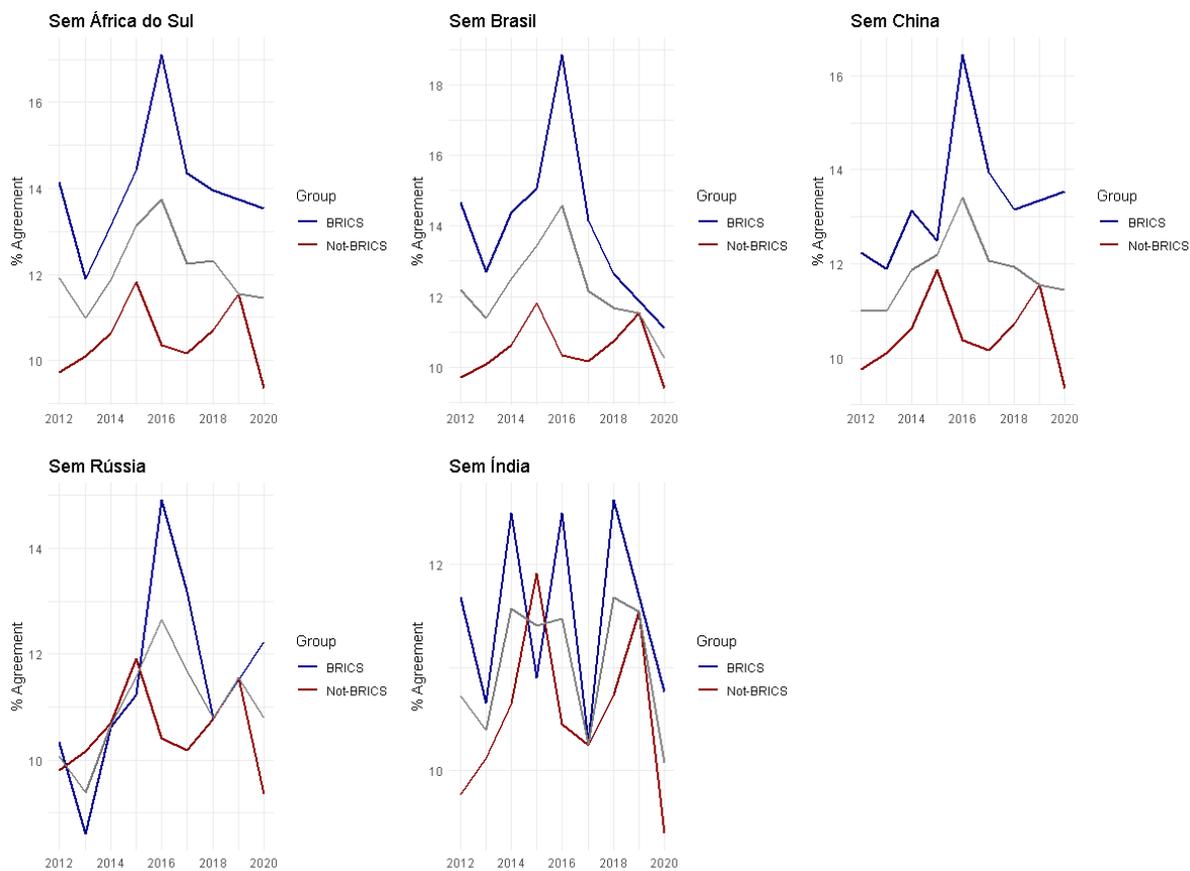


Gráfico 7 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Alinhamento nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Reprovação em Todas as Resoluções de 2012 a 2020

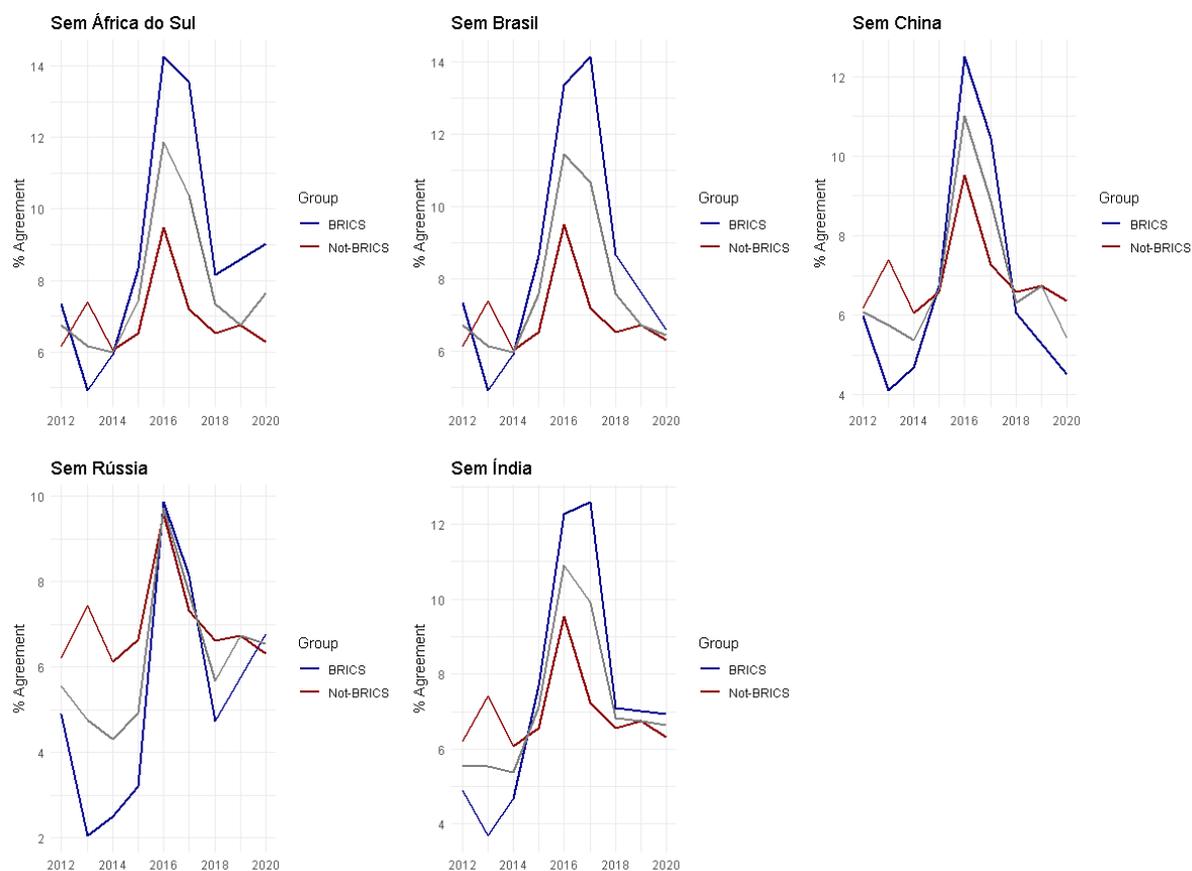


Gráfico 8 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Alinhamento nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausência em Todas as Resoluções de 2012 a 2020

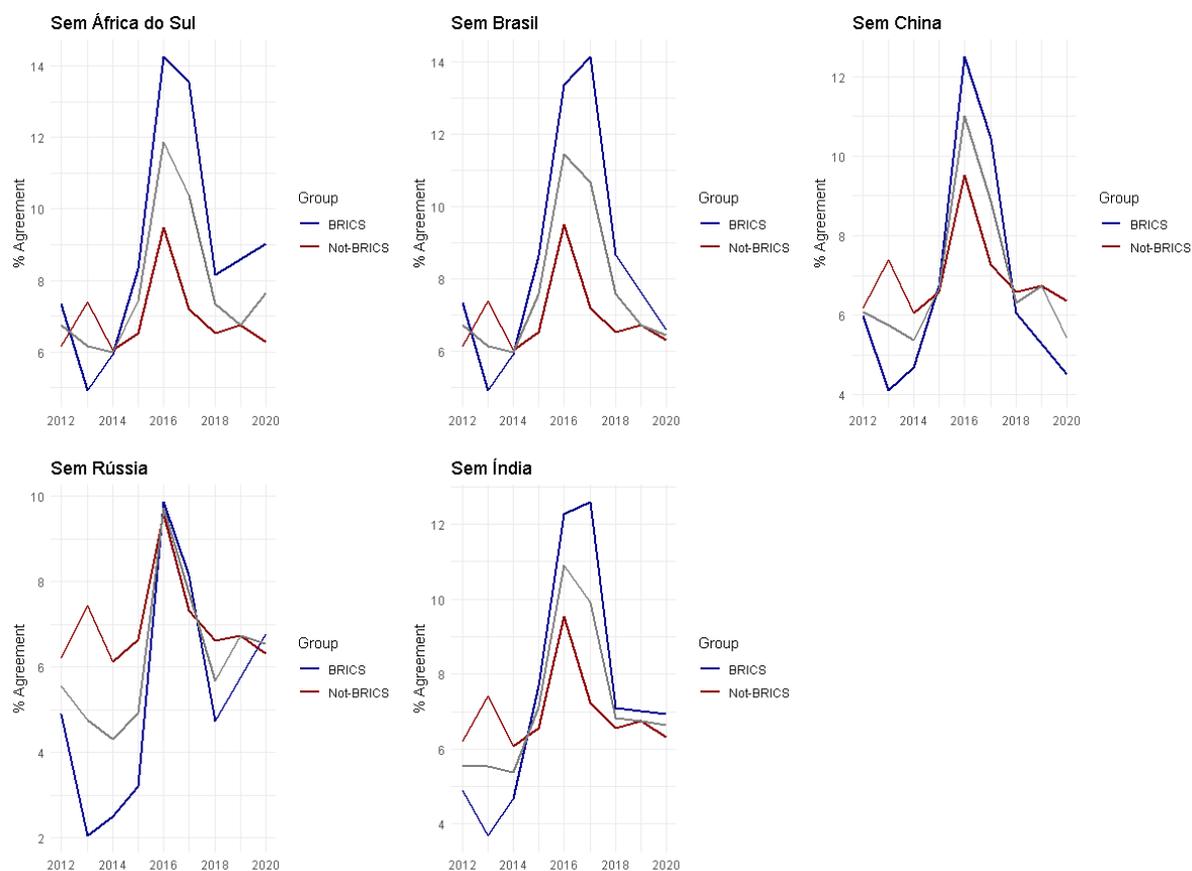


Gráfico 9 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Nesta seção, os países dos BRICS demonstram uma convergência mais significativa em relação aos percentuais gerais da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), mesmo sem uma análise detalhada por agendas específicas. Contudo, ao considerar a distribuição dos votos na categoria modal de aprovações, percebe-se que essa convergência não implica em uma coordenação homogênea. Isso é evidenciado pelos altos valores de desvio-padrão, que são superiores aos da AGNU, indicando uma heterogeneidade interna dentro do grupo. Ademais, dentro dessa categoria, o Brasil se destaca como o país mais relevante para aumentar a taxa de convergência, enquanto a Rússia e a Índia têm um impacto menor, especialmente no caso da Índia, já que os desvios diminuem em sua ausência.

Votação sobre o Conflito da Palestina

Na agenda referente aos conflitos da Palestina, o Gráfico 10 ilustra que o alinhamento dos BRICS é não apenas superior à média global, mas também ultrapassa os observados na agenda agregada, permanecendo acima de 85% em grande parte da série temporal. Vale ressaltar que os percentuais de abstenção e reprovação nesta agenda são inferiores aos da agenda agregada, ao passo que o padrão para a ausência é similar.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções sobre o Conflito na Palestina de 2012 a 2020

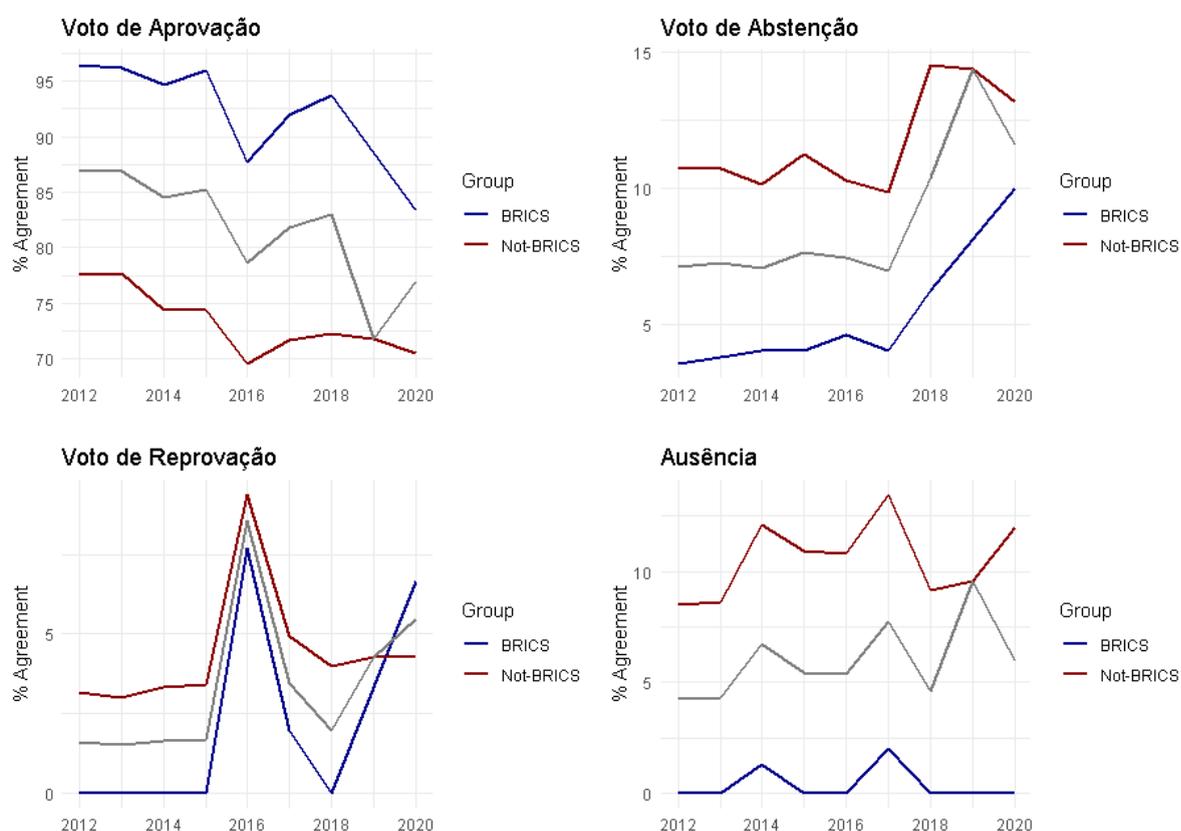


Gráfico 10 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Ao analisar a categoria modal e isolar os países, o Gráfico 11 mostra distribuições muito próximas e semelhantes nas ausências de todos os países, sem que nenhuma delas leve a uma convergência inferior à de outros grupos. Em detalhes, a ausência da Rússia é a que mais amplia a distância entre as linhas e aumenta o percentual em cerca de 5 pontos percentuais entre 2012 e 2015. Além disso, na ausência de todos os países, a convergência

apresenta uma tendência de queda a partir de 2019, exceto no caso do Brasil, que mostra um crescimento.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Aprovação das Resoluções sobre Conflitos na Palestina de 2012 a 2020

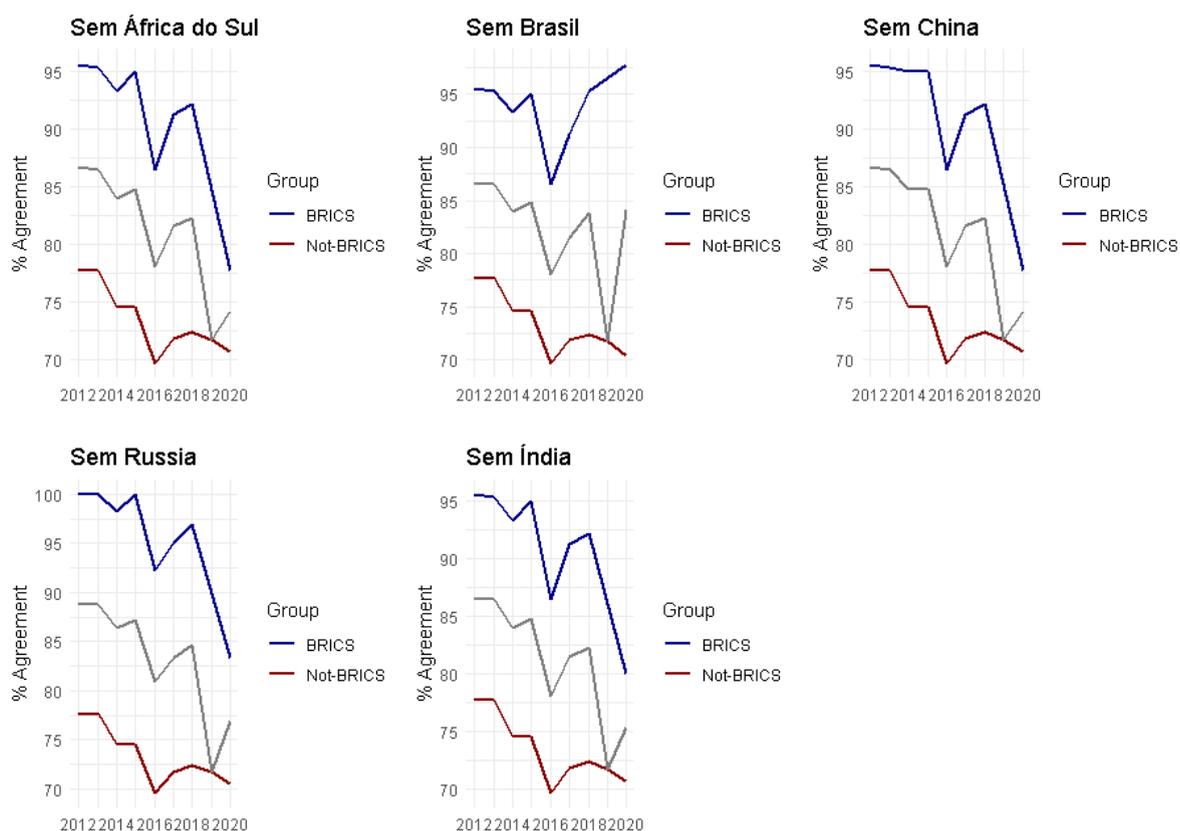


Gráfico 11 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Os desvios padrão da Tabela 5 revelam que esta é a única agenda em que os desvios padrão dos BRICS são inferiores aos da distribuição total, indicando uma maior homogeneidade do grupo neste tema em comparação com os demais países da Assembleia Geral. A ausência da China é a que mais aumenta os valores de desvio padrão, sugerindo que o país é um fator agregador de convergência interna nos BRICS nessa agenda específica. Por outro lado, a ausência do Brasil é a que mais reduz os desvios, o que indica que o país tem um papel de dispersor de convergência nessa mesma agenda.

Desvio Padrão da Distribuição de Alinhamento em Votos de Aprovação nas Resoluções sobre o Conflito da Palestina de 2012 a 2020

Todos os Países	Não BRICS	Todos os BRICS	Sem África do Sul	Sem Brasil	Sem China	Sem Rússia	Sem Índia
8,93	2,90	4,71	6,06	3,47	6,18	5,71	5,38

Tabela 5 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Conforme o gráfico 12, a ausência da Rússia é a que mais reduz as abstenções do grupo. Em contrapartida aos votos de aprovação, observa-se uma tendência de crescimento das abstenções a partir de 2017 na ausência de todos os países, com exceção do Brasil, cuja ausência diminui as abstenções a partir de 2018.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Abstenção das Resoluções sobre Conflitos na Palestina de 2012 a 2020

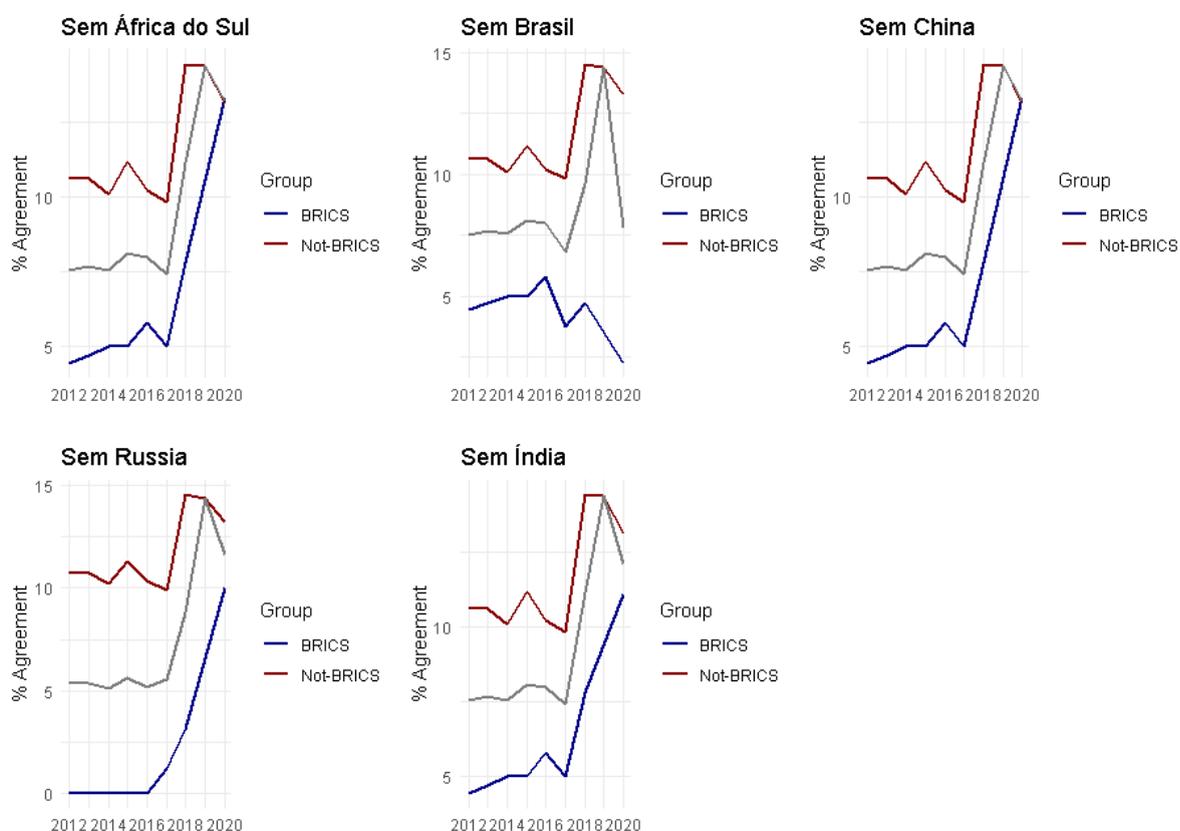


Gráfico 12 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Nos casos de reprovações, conforme mostrado no Gráfico 13, e ausências, conforme indicado no Gráfico 14, as tendências são semelhantes quando todos os países estão ausentes, exceto no caso do Brasil, cujo isolamento reduz as reprovações a zero a partir de 2018. Além disso, no que diz respeito às ausências em resoluções, nenhuma ausência tem impacto significativo no percentual de ausências dos BRICS.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Reprovação das Resoluções sobre Conflitos na Palestina de 2012 a 2020

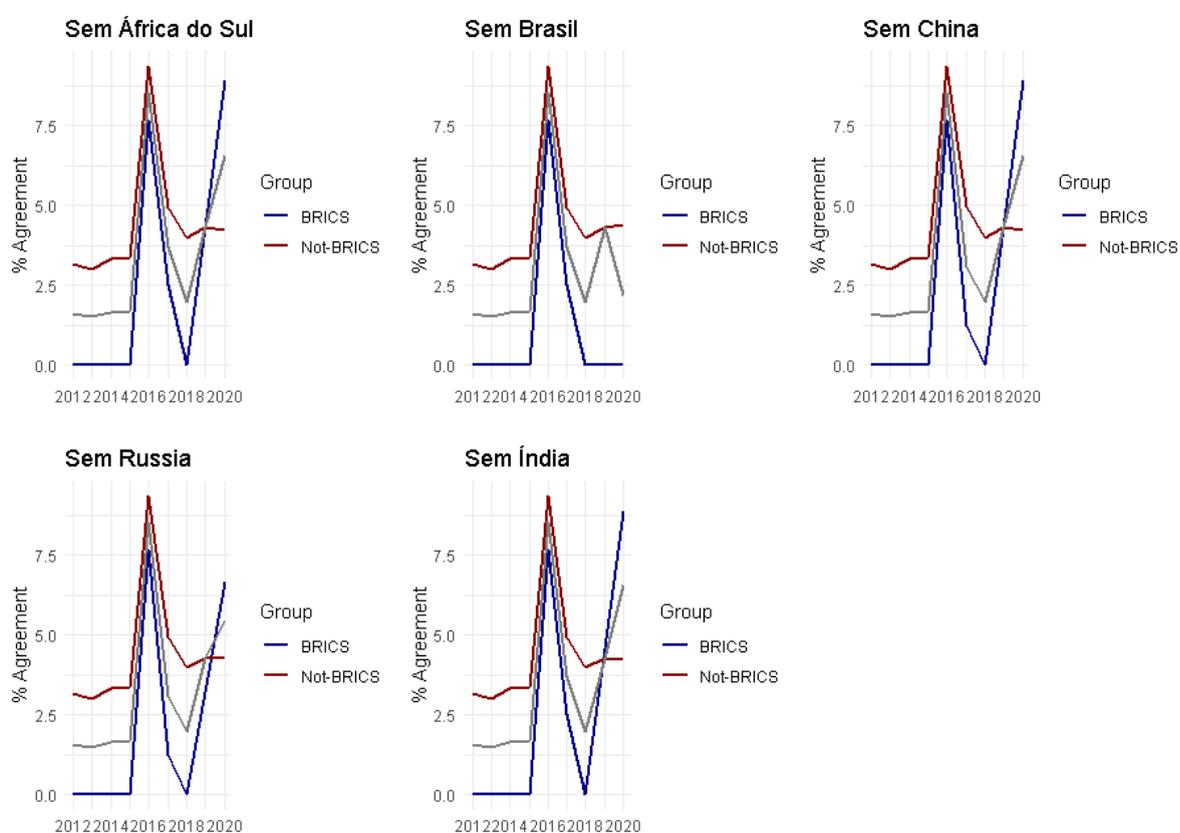


Gráfico 13 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausências nas Resoluções sobre Conflitos na Palestina de 2012 a 2020

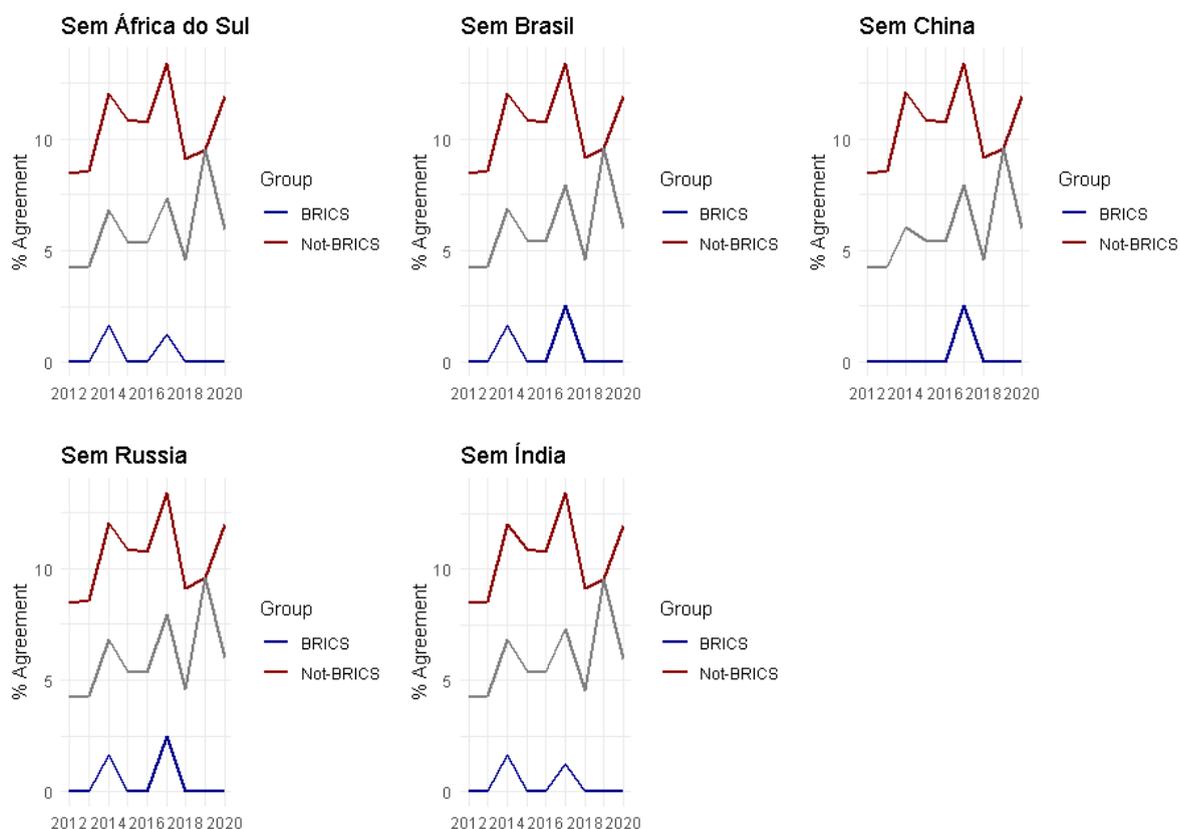


Gráfico 14 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Com base nesses achados, esta é a agenda de maior convergência nos percentuais de votação dos BRICS. Analisando os desvios padrão, percebe-se que a China desempenha o papel de maior agregador na convergência dos votos de aprovação, enquanto o Brasil é o país dispersor nesse contexto. Especificamente a partir de 2018, os padrões de votação na ausência do Brasil são os únicos que se diferenciam dos demais países do grupo, o que pode estar relacionado a mudanças na política externa do país, mas essa questão requer uma investigação a parte.

Votação sobre o Material Nuclear

Ao analisar a agenda agregada em categorias no gráfico 15, observa-se que esta é a primeira em que o alinhamento dos BRICS é inferior à distribuição geral da Assembleia e aos países Não-BRICS, apresentando uma convergência inferior a 70% em toda a distribuição.

Isso faz com que o grupo seja responsável pela diminuição em aproximadamente 5 pontos percentuais da convergência total. Nesse contexto, diferentemente das outras agendas, os percentuais de abstenção são maiores, ultrapassando 20% em toda a distribuição.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções sobre Armas e Material Nuclear de 2012 a 2020

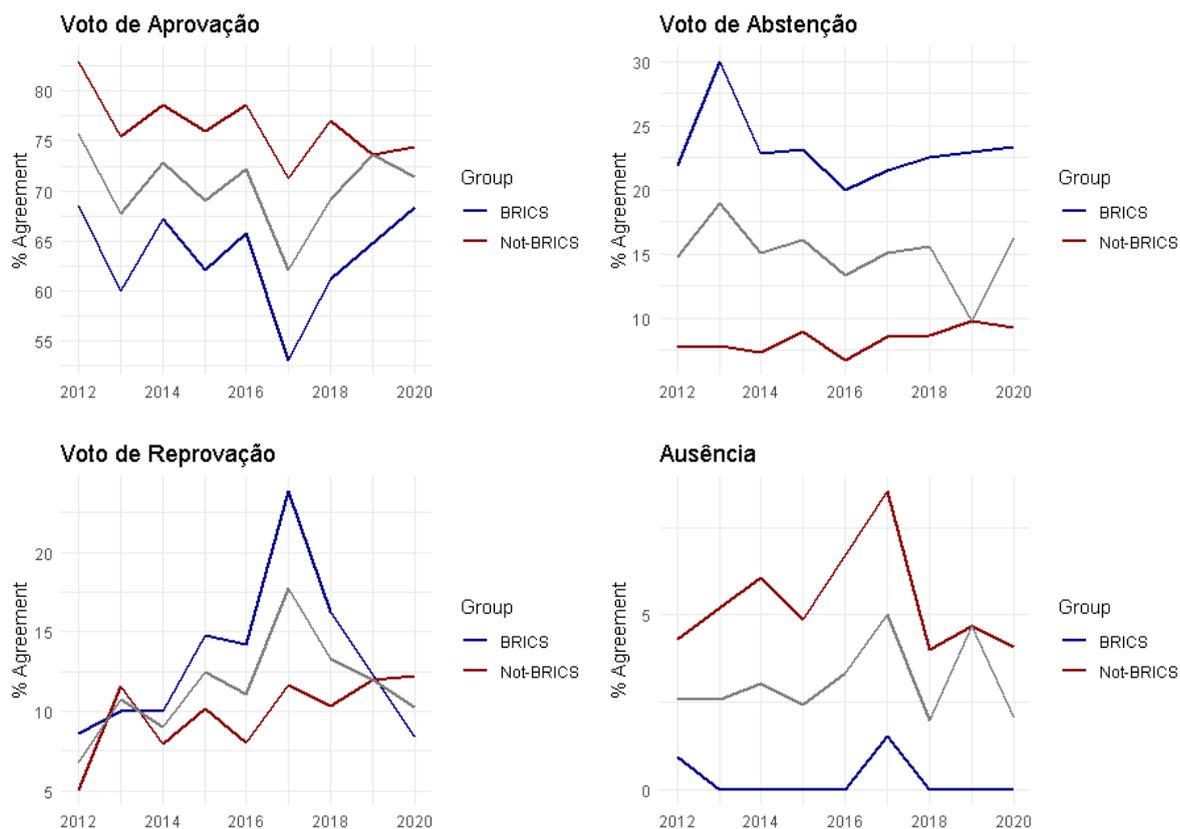


Gráfico 15 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

O gráfico 16 revela que a ausência da Rússia é a que mais aumenta o alinhamento dos BRICS, aproximando-se quase ao nível da distribuição total. África do Sul e Brasil apresentam uma distribuição mais semelhante entre si, enquanto a Índia se aproxima mais da Rússia e a China fica entre os dois grupos.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Aprovação das Resoluções sobre Armas e Material Nuclear de 2012 a 2020

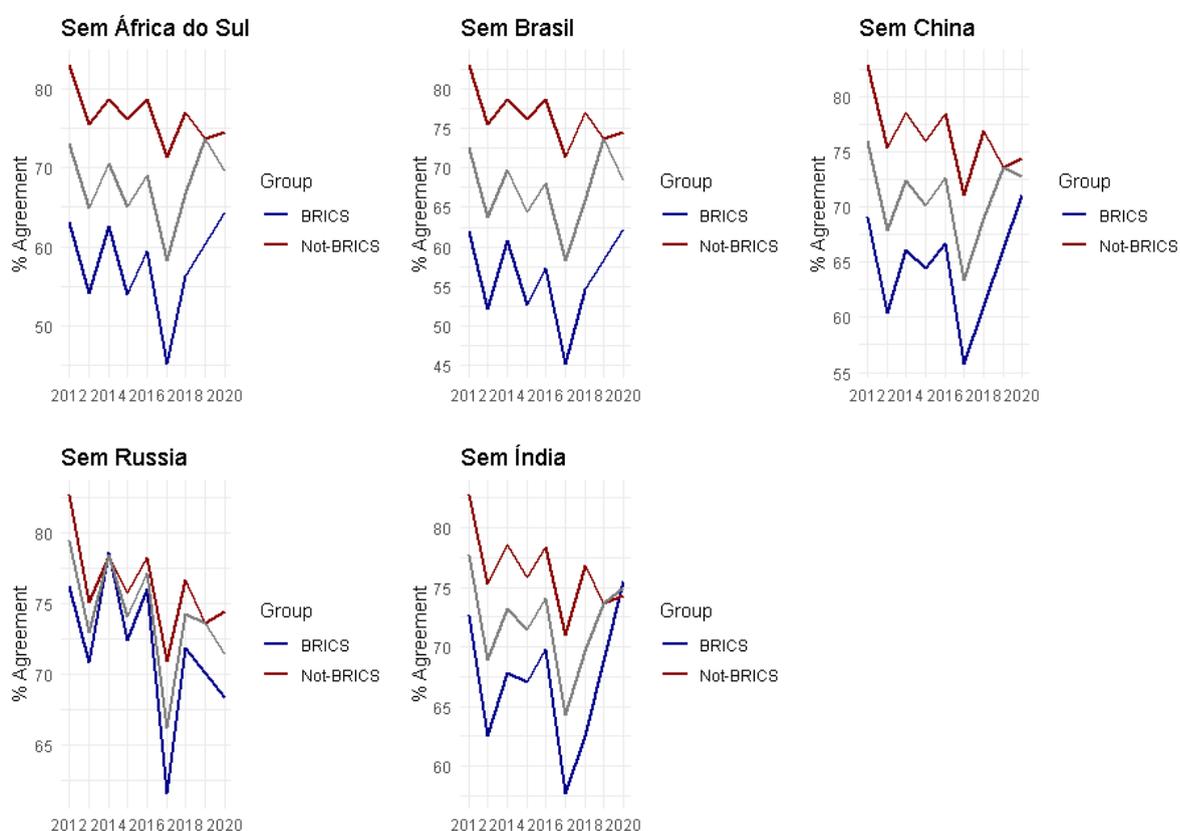


Gráfico 16 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Os desvios padrão indicados na tabela 6 são relativamente altos, com exceção dos valores da Rússia, que não são tão discrepantes e são inferiores aos desvios da China e da Índia. A ausência da África do Sul é a que mais aumenta o desvio, indicando que esse país é responsável pelo aumento da convergência dos BRICS.

Desvio Padrão do Alinhamento em Votos de Aprovação nas Resoluções sobre Armas e Material Nuclear de 2012 a 2020

Todos os Países	Não BRICS	Todos os BRICS	Sem África do Sul	Sem Brasil	Sem China	Sem Rússia	Sem Índia
6,77	3,38	5,27	6,37	5,88	5,02	5,36	5,86

Tabela 6 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Quanto às abstenções indicadas no gráfico 17, a ausência da Rússia, da Índia e da China diminui as abstenções e apresenta distribuições similares, sendo que a ausência da Rússia tem mais variações, com valores acima de 20% em quase toda a distribuição. Por outro lado, África do Sul e Brasil têm distribuições semelhantes e, na ausência desses países, os valores das abstenções são maiores, acima de 25% em quase toda a distribuição.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da AGNU nos Votos de Abstenção das Resoluções sobre Armas e Material Nuclear de 2012 a 2020

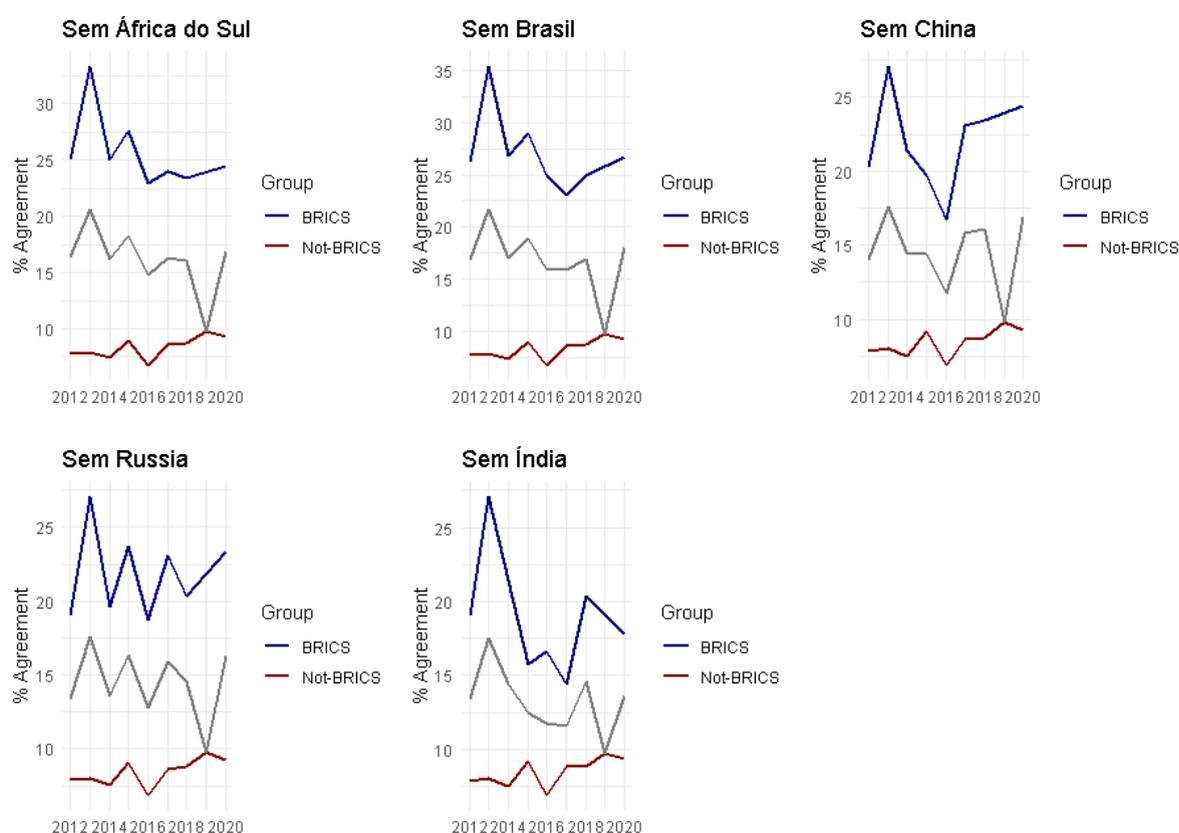


Gráfico 17 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

A distribuição de reprovações nesta agenda, indicada no gráfico 18, traz informações interessantes. A única ausência que diminui o alinhamento dos BRICS nas reprovações em relação à distribuição total e aos demais grupos é a da Rússia, com valores inferiores a 5% em quase toda a série temporal. A Índia é o país cuja ausência mais se assemelha à da Rússia nesse aspecto. Novamente, África do Sul e Brasil apresentam distribuições muito parecidas, e os percentuais de reprovação na ausência desses países são superiores a 10% em toda a distribuição. O percentual de reprovação na ausência da China também é superior a 10% em

toda a série temporal, enquanto para a Índia é superior a 10% na maior parte do período, com exceção de alguns anos.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Reprovação das Resoluções sobre Armas e Material Nuclear de 2012 a 2020

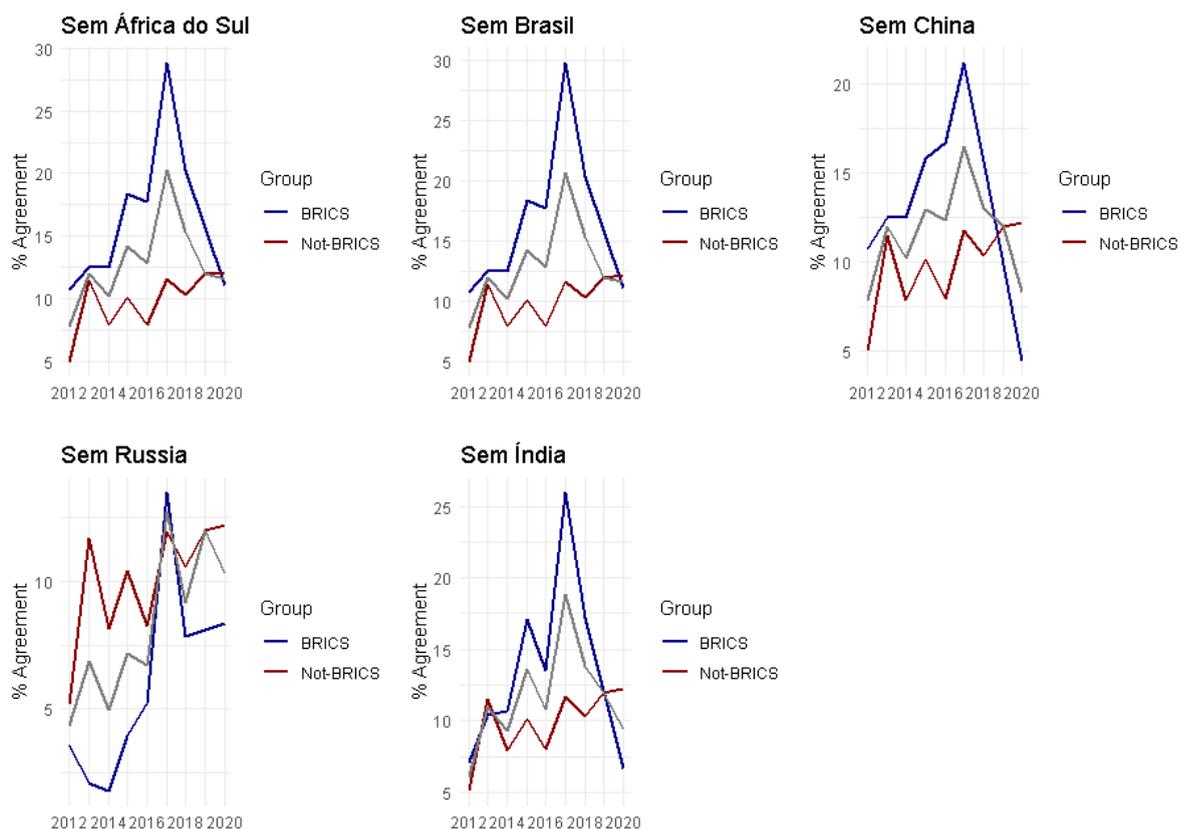


Gráfico 18 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

O gráfico 19, em relação às abstenções, não apresenta variações relevantes para a análise, pois a distribuição das ausências é muito semelhante para todos os países.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Ausência das Resoluções sobre Armas e Material Nuclear de 2012 a 2020

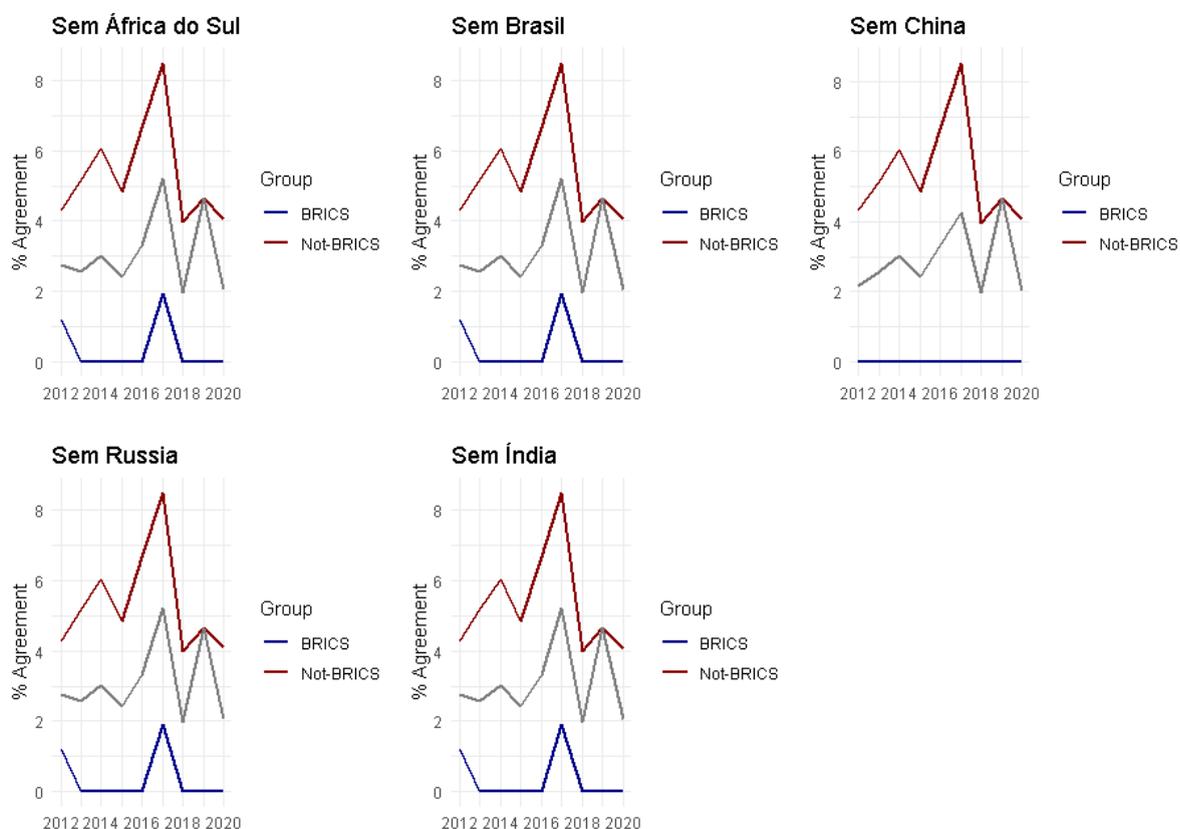


Gráfico 19 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Em resumo, nesta agenda sobre armas e material nuclear, os BRICS mostram índices mais baixos de alinhamento em comparação com a Assembleia Geral da ONU. A principal influência para essa diminuição de alinhamento é atribuída à Rússia. Nota-se uma divisão interna, onde África do Sul e Brasil estão mais próximos um do outro, enquanto Rússia e Índia têm preferências mais alinhadas, com a China ficando entre os dois grupos.

Votação sobre o Controle de Armas e Desarmamento

Em relação ao controle de armas e desarmamento, assim como para o material nuclear, observa-se no gráfico 20 que o alinhamento dos BRICS é inferior ao dos Não-BRICS e à distribuição total da AGNU. Os BRICS apresentam um percentual de coordenação inferior a

70% em quase toda a distribuição, e os votos de abstenção dos BRICS são superiores aos das agendas agregadas.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções de Controle e Desarmamento de 2012 a 2020

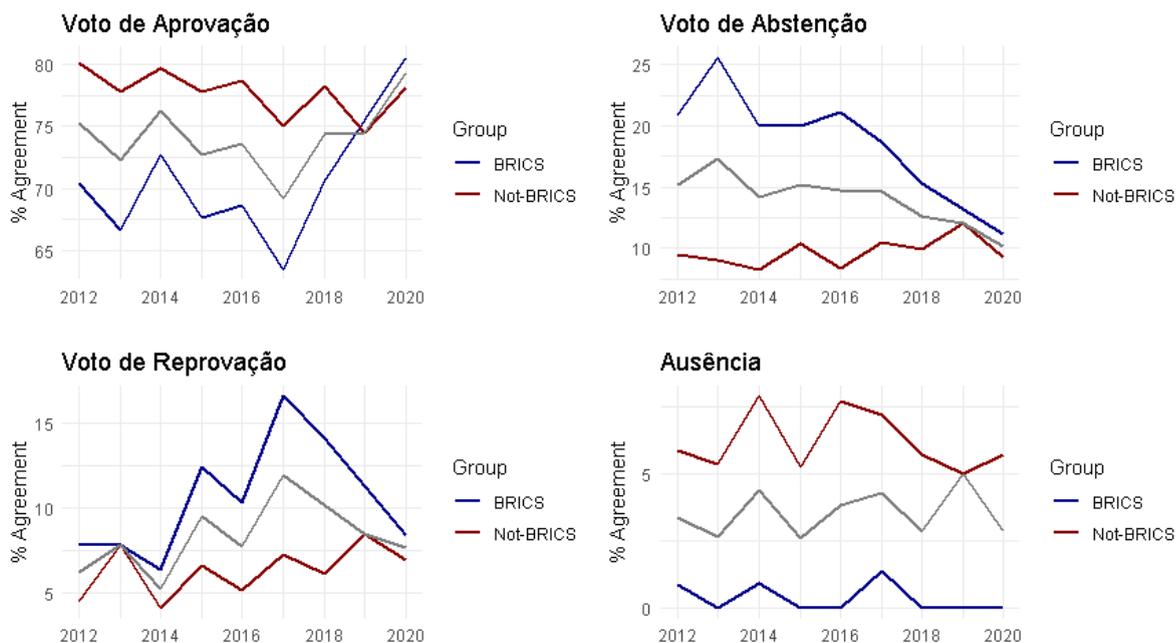


Gráfico 20 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Para a categoria modal, o gráfico 21 revela a informação mais expressiva do isolamento de países para esta agenda, sendo esta a ausência da Rússia responsável por aumentar significativamente a convergência dos países, de forma mais evidente do que na agenda de material nuclear. Esta ausência é a única que faz com que o percentual de alinhamento seja superior às distribuições totais e de Não-BRICS, sendo superior a 75% em quase toda a distribuição. Em seguida, a ausência da Índia é a que mais aumenta a convergência, com percentuais superiores a 70% em quase toda a distribuição. Por outro lado, na ausência do Brasil, da África do Sul e da China, os percentuais apresentam os menores valores de alinhamento.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação nas Resoluções de Controle e Desarmamento de 2012 a 2020

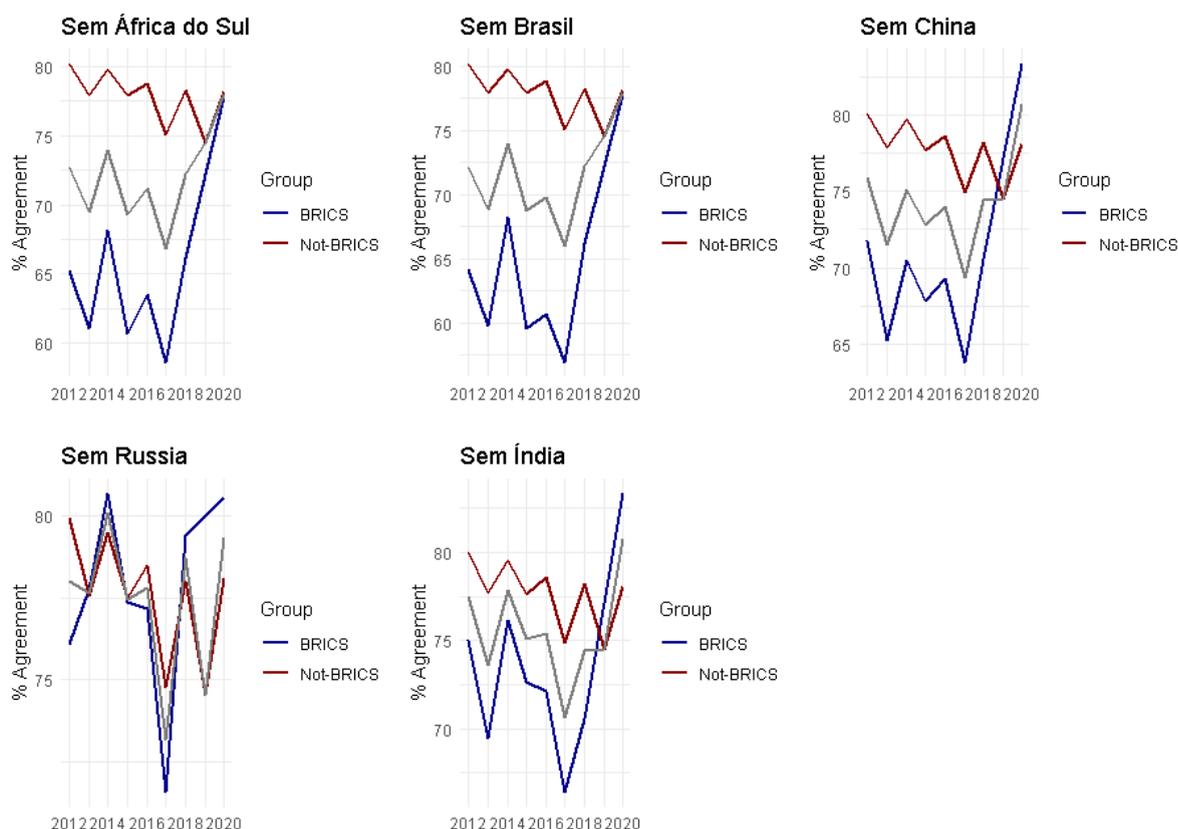


Gráfico 21 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Com base na tabela 7, observa-se que os países Não-BRICS apresentam um desvio padrão baixo em relação à distribuição total e aos BRICS. No entanto, o desvio padrão dos BRICS aumenta o desvio total. O gráfico mostra que na ausência da Rússia, os países apresentam o menor valor de desvio padrão, indicando que o país é um fator de dispersão do alinhamento. Por outro lado, a ausência do Brasil é a que mais aumenta a variação do grupo, sugerindo que o país é um fator que amplia a convergência. Apesar da reta indicar uma maior similaridade nas distribuições de África do Sul e Brasil, o desvio padrão mostra que a ausência da China aumenta mais a dispersão do que a ausência do primeiro.

**Desvio Padrão do Alinhamento em Votos de Aprovação nas
Resoluções de Controle e Desarmamento de 2012 a 2020**

Todos os Países	Não BRICS	Todos os BRICS	Sem África do Sul	Sem Brasil	Sem China	Sem Rússia	Sem Índia
4,57	1,89	5,08	5,24	6,87	5,93	2,94	5,11

Tabela 7 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

O padrão das abstenções demonstrado no gráfico 22, diferentemente das outras agendas, não é pouco informativo. Ainda que a curva apresente direções parecidas, as oscilações não são idênticas e os percentuais apontam que a ausência da Rússia diminui a abstenção em +/- 5 pontos.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Abstenção nas Resoluções de Controle e Desarmamento de 2012 a 2020



Gráfico 22 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Conforme apresentado no gráfico 23, similarmente à categoria de abstenção, a ausência da Rússia diminui a reprovação, porém, não é para toda a distribuição e não é inferior a dos demais grupos em toda a distribuição. Neste caso, a agenda de controle e desarmamento sinaliza uma separação mais expressiva entre BRICS e Rússia, em que a abstenção é mais importante do que a reprovação. O padrão para as ausências nas votações dispostos no gráfico 24 é pouco relevante, trazendo variações no detalhe ao isolar a Índia e a China, mas não consiste em uma informação robusta.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Reprovação nas Resoluções de Controle e Desarmamento de 2012 a 2020

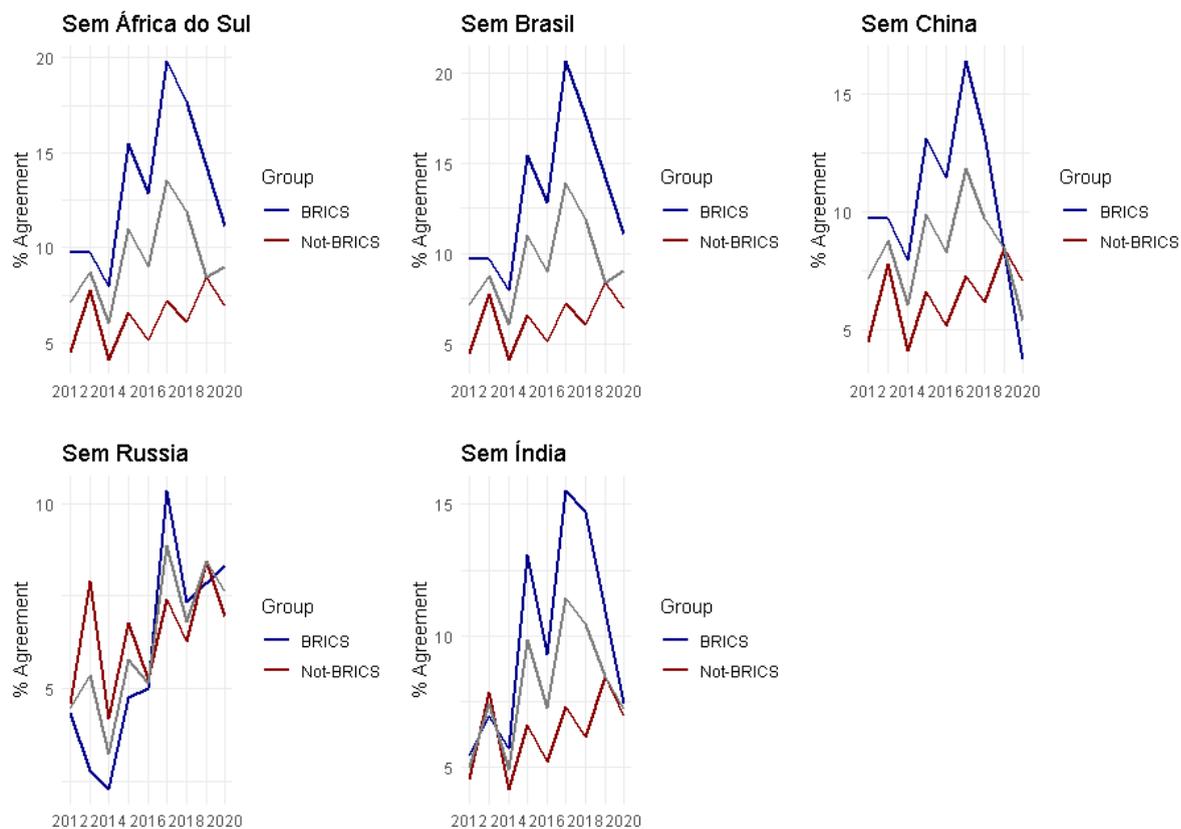


Gráfico 23 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausência nas Resoluções de Controle e Desarmamento de 2012 a 2020

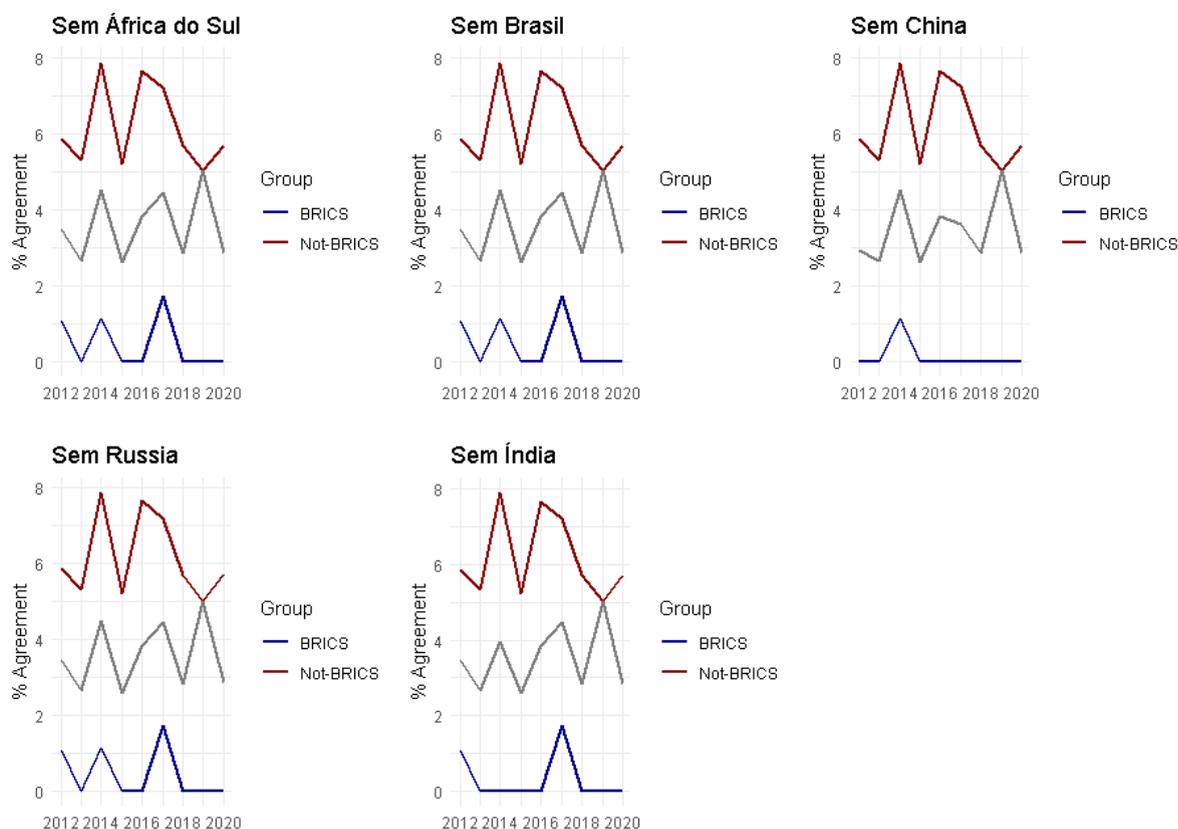


Gráfico 24 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Conforme analisado, as agendas de controle de armas e desarmamento e de material nuclear são as que apresentam uma divisão mais clara entre os BRICS até o momento, em especial a primeira. Neste tema, o percentual de alinhamento é inferior tanto à distribuição total quanto aos países Não-BRICS. É particularmente significativo o papel da Rússia, cuja ausência resulta em um alinhamento dos BRICS que não supera o dos demais grupos em toda a distribuição, embora seja semelhante. No entanto, na presença da Rússia, esse alinhamento é consideravelmente inferior. Ainda, ao analisar exclusivamente a divisão classificatória das resoluções e não seu conteúdo específico, a categoria de abstenção se mostra mais relevante do que a de reprovação.

Votação sobre Colonialismo

O gráfico 25 mostra que o alinhamento dos BRICS é superior ao dos Não-BRICS e à distribuição total da AGNU. Observa-se um percentual de coordenação superior a 75% em quase toda a distribuição na categoria modal, estando superior à distribuição nas agendas agregadas. Inicialmente, com um alinhamento superior a 90% em 4 anos, se aproxima da distribuição agregada com a tendência de queda a partir de 2015, porém, se afasta ao não recuperar o crescimento e não alcançar, no intervalo apresentado, os valores anteriores.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções sobre Colonialismo de 2012 a 2020

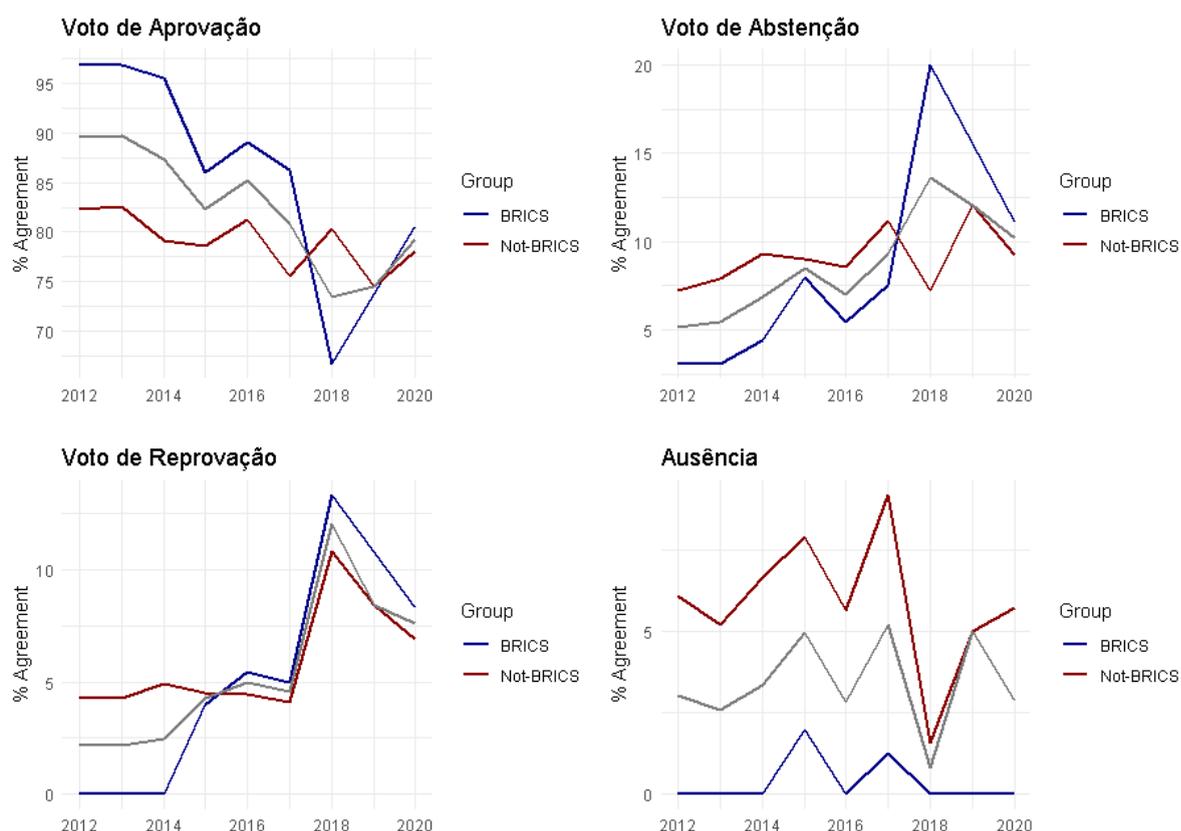


Gráfico 25 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

O comportamento expresso no gráfico 26 ao isolar os países salienta um ponto importante: as curvas e a direção de convergência dos BRICS são similares à convergência com todos juntos, apresentando a mesma tendência de queda. Nota-se que a ausência da Rússia só é expressiva para os três primeiros anos, depois a distribuição se torna muito

semelhante para todos os países. A distância entre as linhas na ausência de Rússia e China é maior do que na ausência dos demais países, indicando não uma heterogeneidade expressiva, mas possivelmente uma maior similaridade entre os demais na temática colonial.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação nas Resoluções sobre Colonialismo de 2012 a 2020

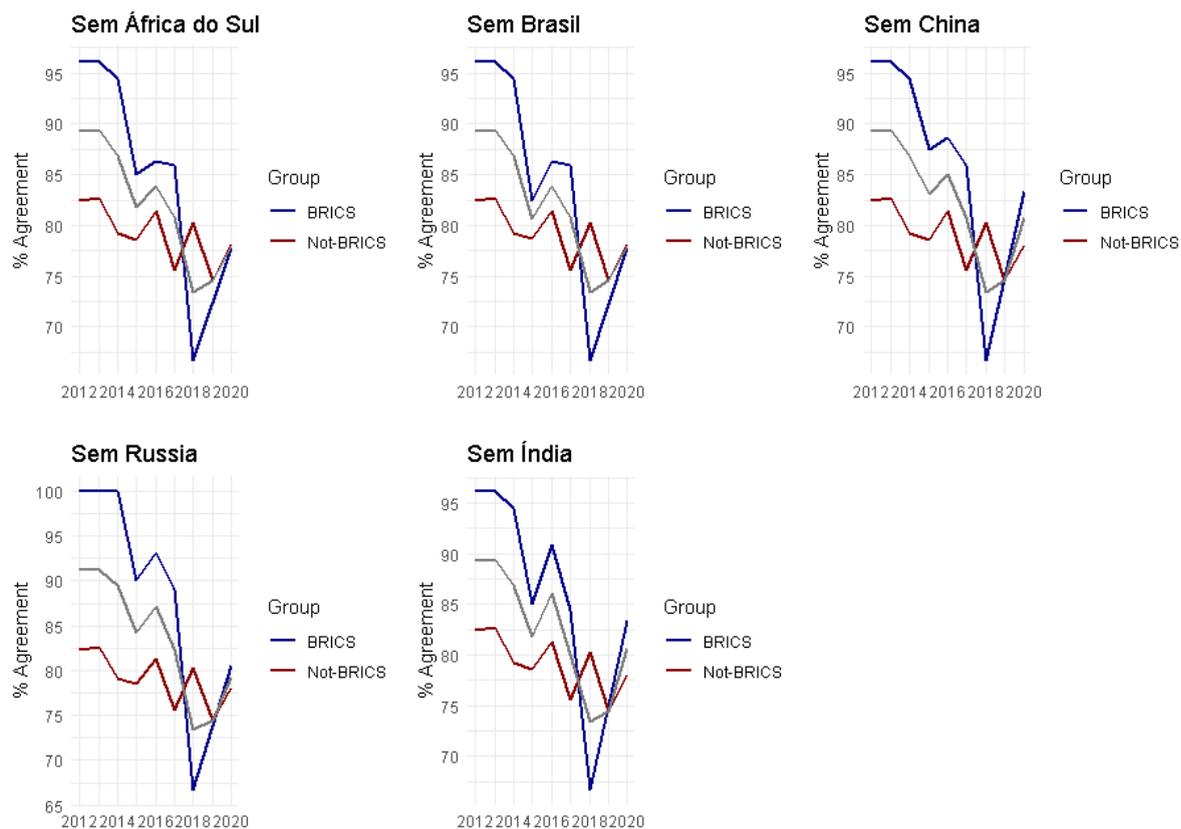


Gráfico 26 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

A tabela 8 apresenta desvios padrão altos em relação aos demais, porém, isso certamente é devido a tendência de queda que muda os percentuais de 90 para 70 na série temporal.

Desvio Padrão do Alinhamento em Votos de Aprovação nas Resoluções sobre Colonialismo de 2012 a 2020

Todos os Países	Não BRICS	Todos os BRICS	Sem África do Sul	Sem Brasil	Sem China	Sem Rússia	Sem Índia
7,38	2,83	10,21	10,14	10,21	9,65	11,61	9,82

Tabela 8 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Os gráficos 27 e 28 possuem poucas observações para as abstenções, a ausência de nenhum país muda a direção e nem a oscilação entre as linhas. No entanto, é importante notar que na ausência de África do Sul, Brasil e Índia as abstenções diminuem em até 10 pontos percentuais nos valores máximos de abstenção, e aumentam em 5 pontos percentuais nos valores máximos de reprovação, ao passo que estas são maiores na ausência de China e Rússia.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Abstenção nas Resoluções sobre Colonialismo de 2012 a 2020

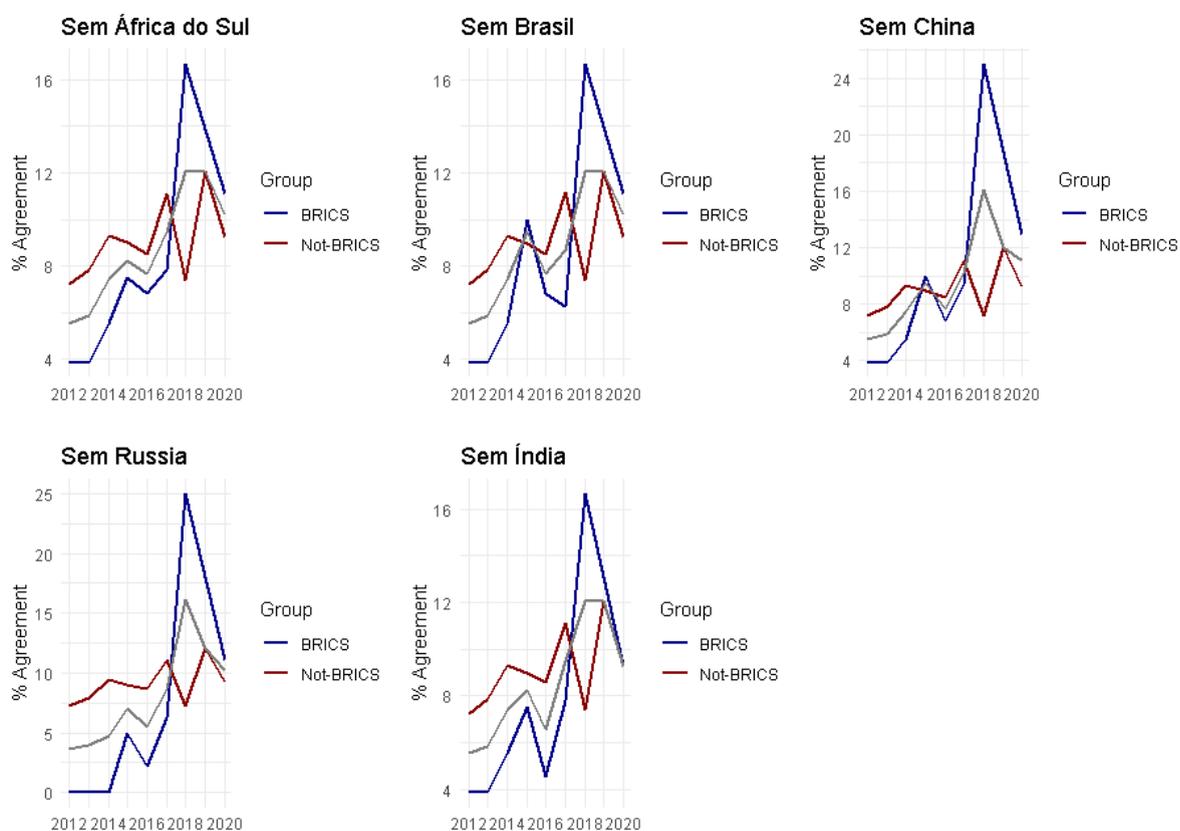


Gráfico 27 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Reprovação nas Resoluções sobre Colonialismo de 2012 a 2020

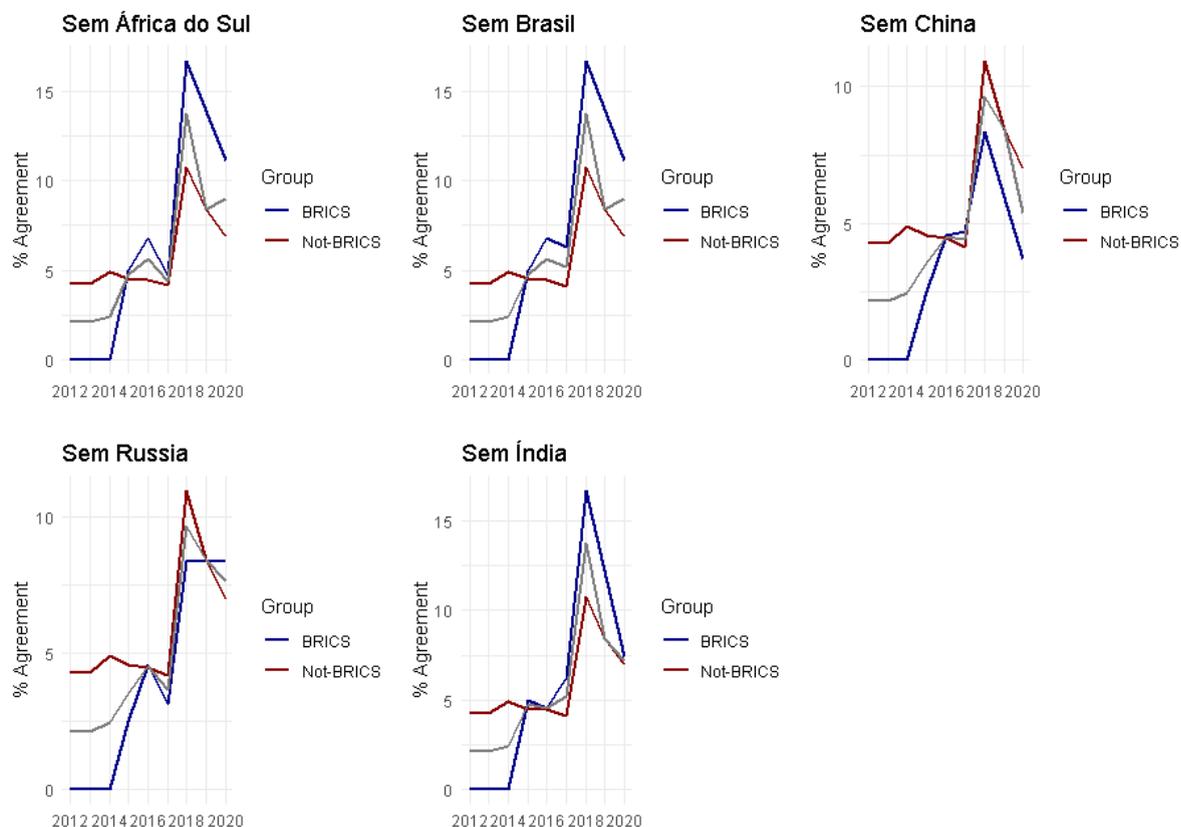


Gráfico 28 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

As ausências nas votações desta agenda apontadas no gráfico 29 também são pouco expressivas, nenhum isolamento faz com que os BRICS se ausente mais do que a distribuição total, porém, isso também se deve ao tamanho das amostras de cada grupo.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausência nas Resoluções sobre Colonialismo de 2012 a 2020

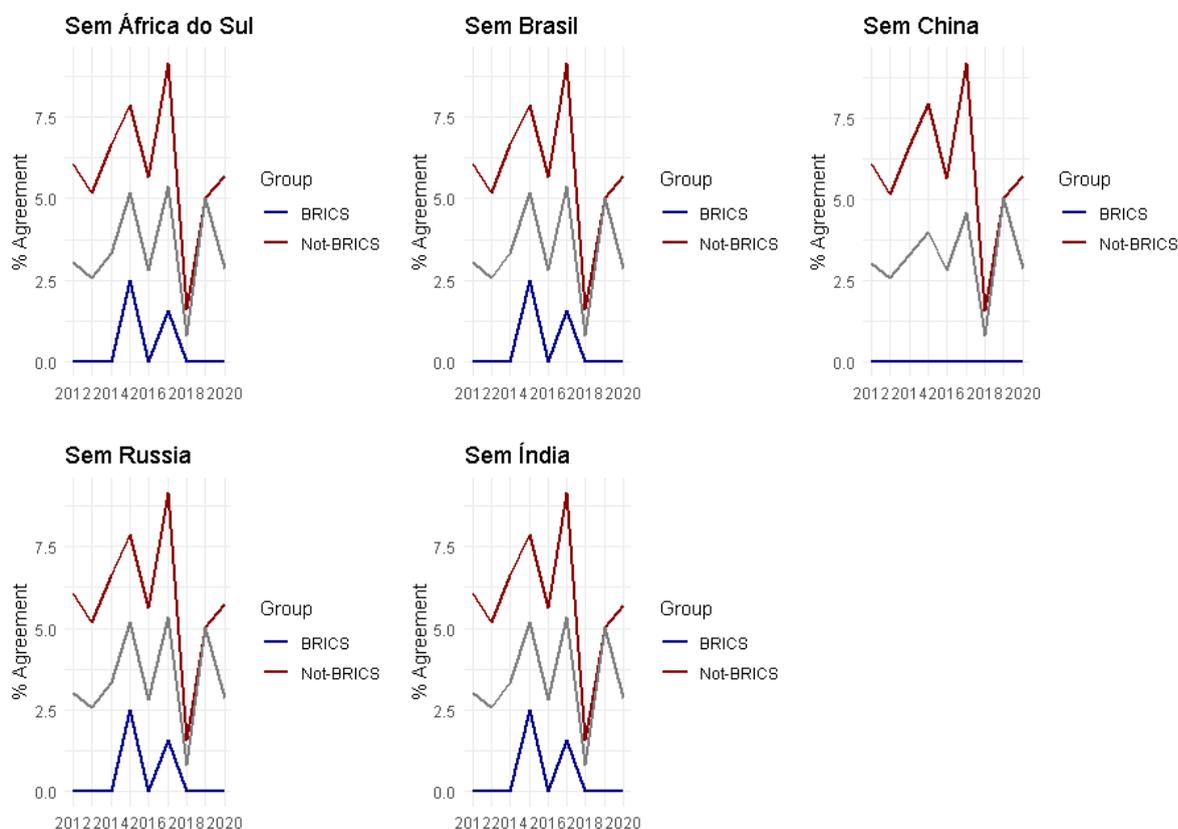


Gráfico 29 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Em termos gerais, o alinhamento dos BRICS na agenda de colonialismo é superior ao da distribuição total, mas comparativamente inferior aos percentuais das outras agendas. Apesar de apresentar valores máximos expressivos, acima de 90%, essa superioridade é contrabalançada por uma tendência de queda marcante e pelos maiores valores de desvio padrão, indicando uma alta variabilidade das preferências de todos os países ao longo da série temporal. Nota-se que países como África do Sul, Brasil e Índia estão mais alinhados entre si do que com Rússia e China, especialmente ao analisar as categorias de abstenção e reprovação.

Votação sobre Direitos Humanos

O gráfico 30 ilustra a distribuição dos votos na agenda de direitos humanos. Observa-se uma convergência para aprovação acima de 70% em quase toda a distribuição,

mantendo-se constantemente superior à distribuição total, com valores máximos semelhantes aos das agendas agregadas. No entanto, ao contrário da distribuição agregada, os níveis de convergência apontam uma tendência de queda acentuada na taxa de aprovação a partir de 2017, combinada com um aumento significativo de reprovação no mesmo período, superiores à queda e ao crescimento da distribuição total. Os BRICS estão menos ausentes e apresentam menor abstenção em comparação com os demais países da organização.

Alinhamento nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos em Todas as Resoluções de Direitos Humanos de 2012 a 2020

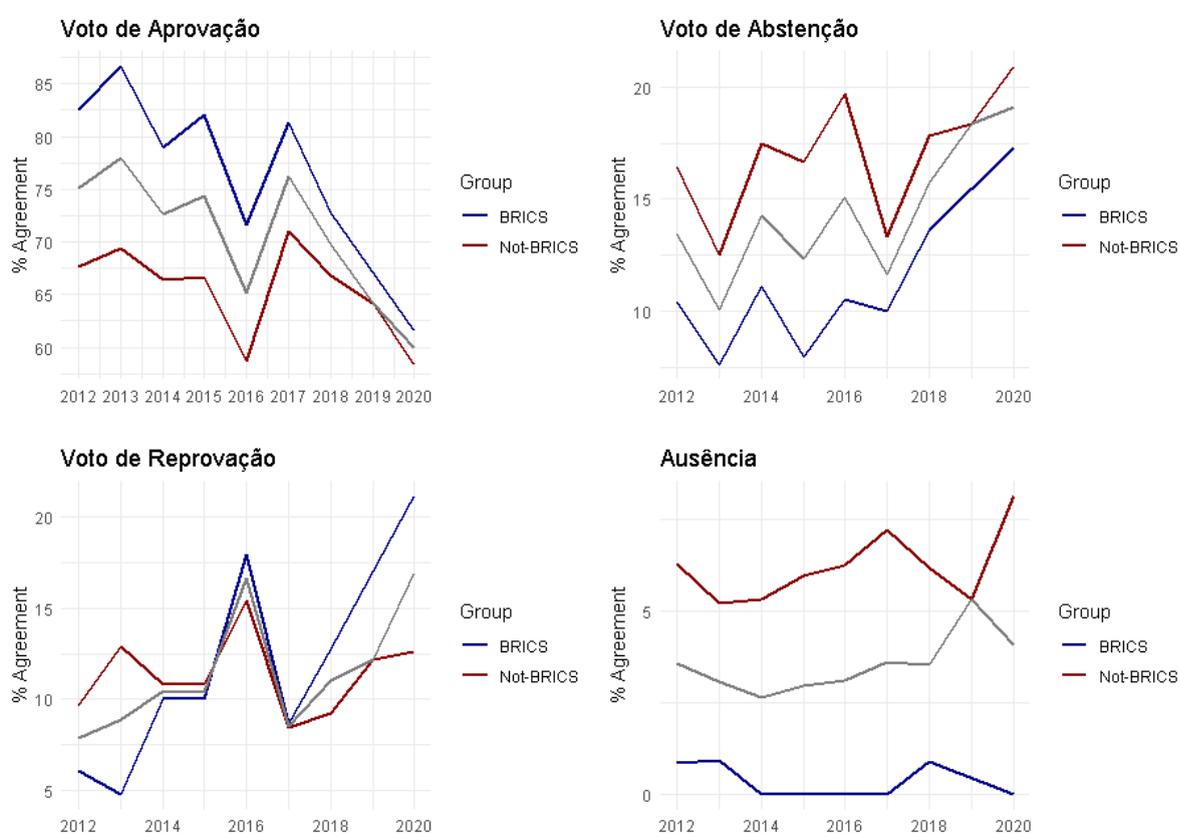


Gráfico 30 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

A análise detalhada da distribuição da categoria modal, apresentada no gráfico 31, revela que nenhuma ausência faz o percentual de alinhamento dos BRICS ser inferior ao dos Não-BRICS e/ou à distribuição total. Destaca-se que a ausência da Rússia é a que mais aumenta a convergência de votos, mantendo a linha dos BRICS acima de 75% em quase toda a distribuição, especialmente em 2013, quando a porcentagem se aproxima de 90%. A ausência da China mostra uma distribuição similar à da Rússia, com valores de alinhamento

superiores a 75% em grande parte da distribuição. Apesar de não haver uma diferença expressiva em termos totais ou direcionais, já que o comportamento da curva é similar para todos os países, algumas ausências tendem a afastar mais a reta dos BRICS da reta da distribuição geral, o que é um ponto fundamental a ser considerado. Nesse sentido, a ausência do Brasil diminui a distância entre as retas e, na ausência da África do Sul, a convergência do grupo é inferior à da AGNU e dos Não-BRICS a partir de 2018.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação nas Resoluções de Direitos Humanos de 2012 a 2020

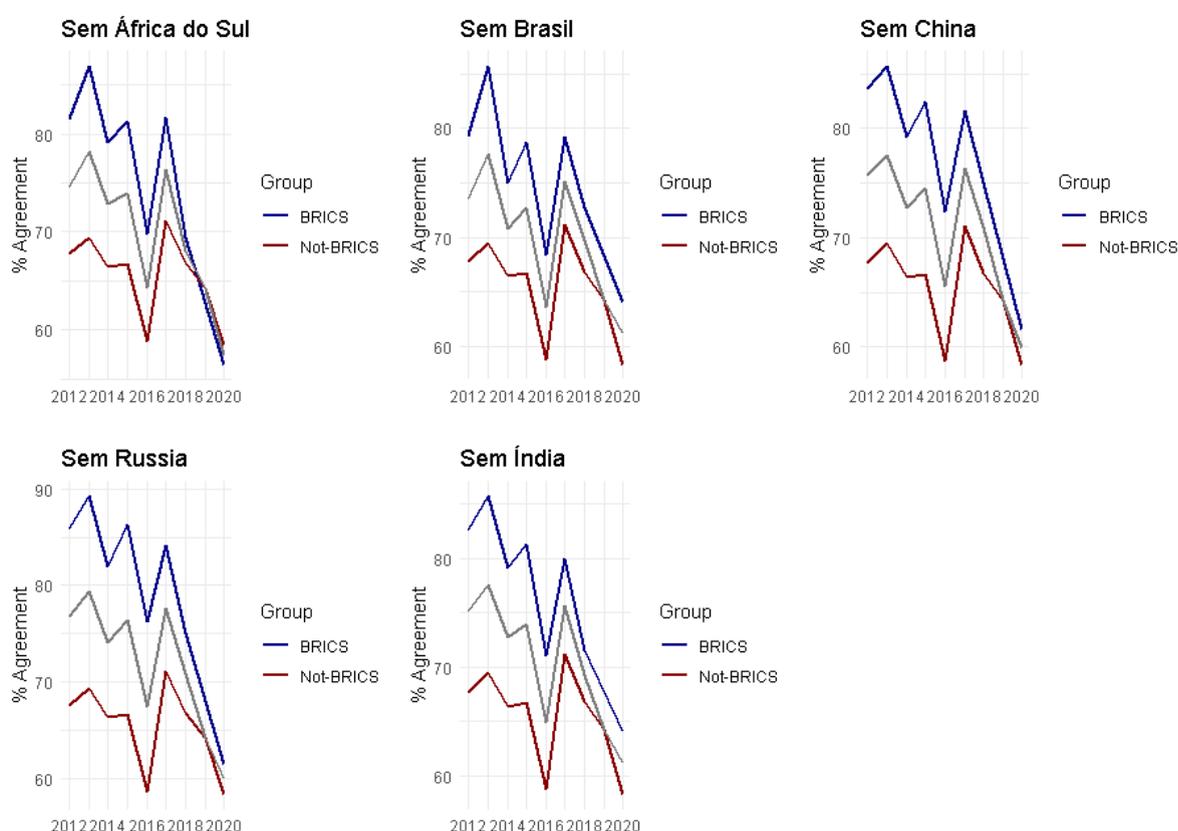


Gráfico 31 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Na análise da Tabela 9, chama a atenção o fato de que a presença dos BRICS contribui significativamente para o aumento do desvio-padrão da distribuição total, quase dobrando em comparação aos Não-BRICS, demonstrando que há pouca homogeneidade nesta agenda. Esta observação é consistente com os gráficos apresentados, onde a ausência da Rússia, China e Índia revela os maiores valores de desvio-padrão, indicando uma maior variabilidade na distribuição dos votos. Por outro lado, a ausência do Brasil e da África do Sul diminui o

desvio-padrão, sugerindo uma maior convergência entre esses países em relação aos demais BRICS.

**Desvio Padrão do Alinhamento Isolando Países
em Votos de Aprovação nas Resoluções sobre Direitos Humanos de 2012 a 2020**

Todos os Países	Não BRICS	Todos os BRICS	Sem África do Sul	Sem Brasil	Sem China	Sem Rússia	Sem Índia
7,75	4,37	8,09	5,24	6,87	7,91	8,94	7,27

Tabela 9 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

No gráfico 32, as curvas das retas apresentam direções semelhantes, indicando pouca variação e limitando a robustez das informações obtidas. No entanto, ao analisar mais detalhadamente, percebe-se que a ausência da Rússia e da África do Sul aumenta a distância entre as linhas, enquanto na ausência do Brasil e da China elas se aproximam. Isso sugere que a taxa de abstenção é maior na presença dos dois primeiros países mencionados.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Abstenção nas Resoluções de Direitos Humanos de 2012 a 2020

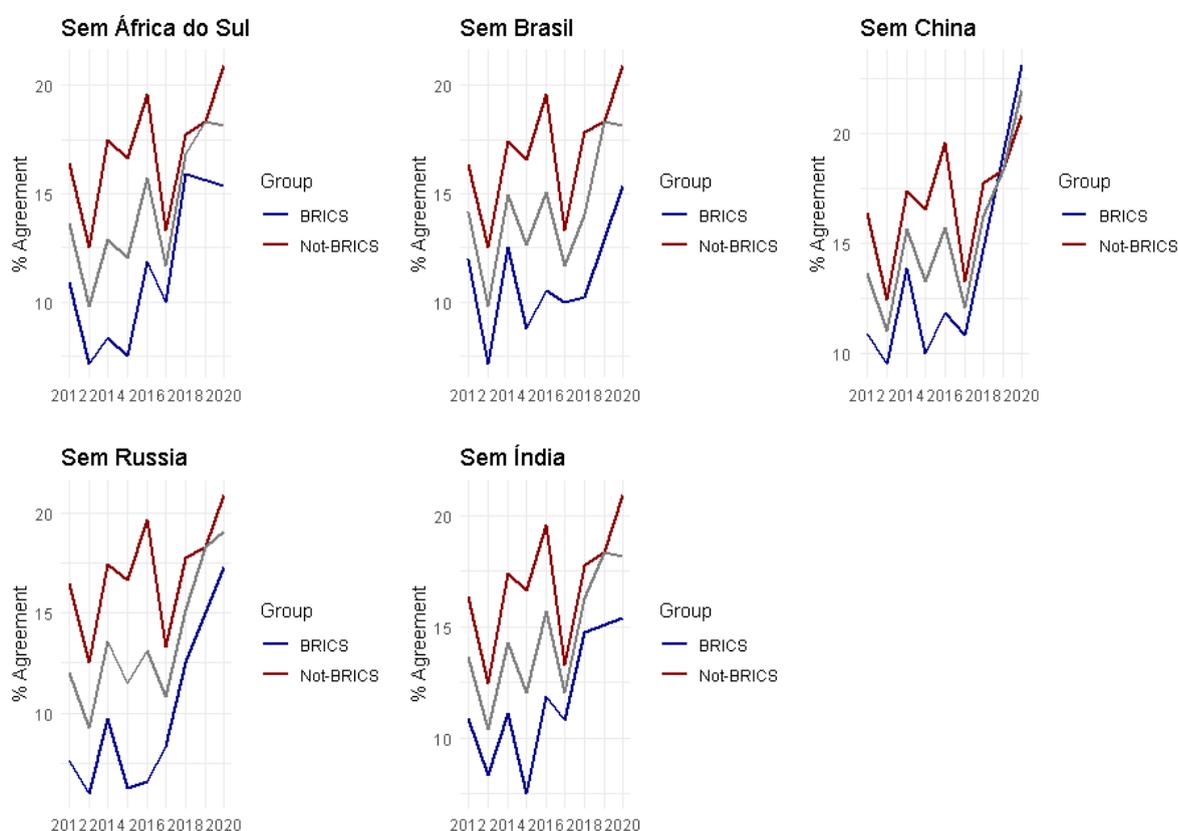


Gráfico 32 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

O gráfico 33 destaca que o Brasil é o país cujo isolamento mais contribui para o aumento do alinhamento em reprovações. A África do Sul apresenta uma tendência semelhante, porém menos expressiva, com um crescimento de aproximadamente 5 pontos percentuais a partir de 2017. Por outro lado, a ausência de China, Rússia e Índia apresenta padrões semelhantes de diminuição das reprovações. Em geral, com exceção de 2016, os BRICS tendem a reprovar mais do que os Não-BRICS e toda a AGNU.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Reprovação nas Resoluções de Direitos Humanos de 2012 a 2020

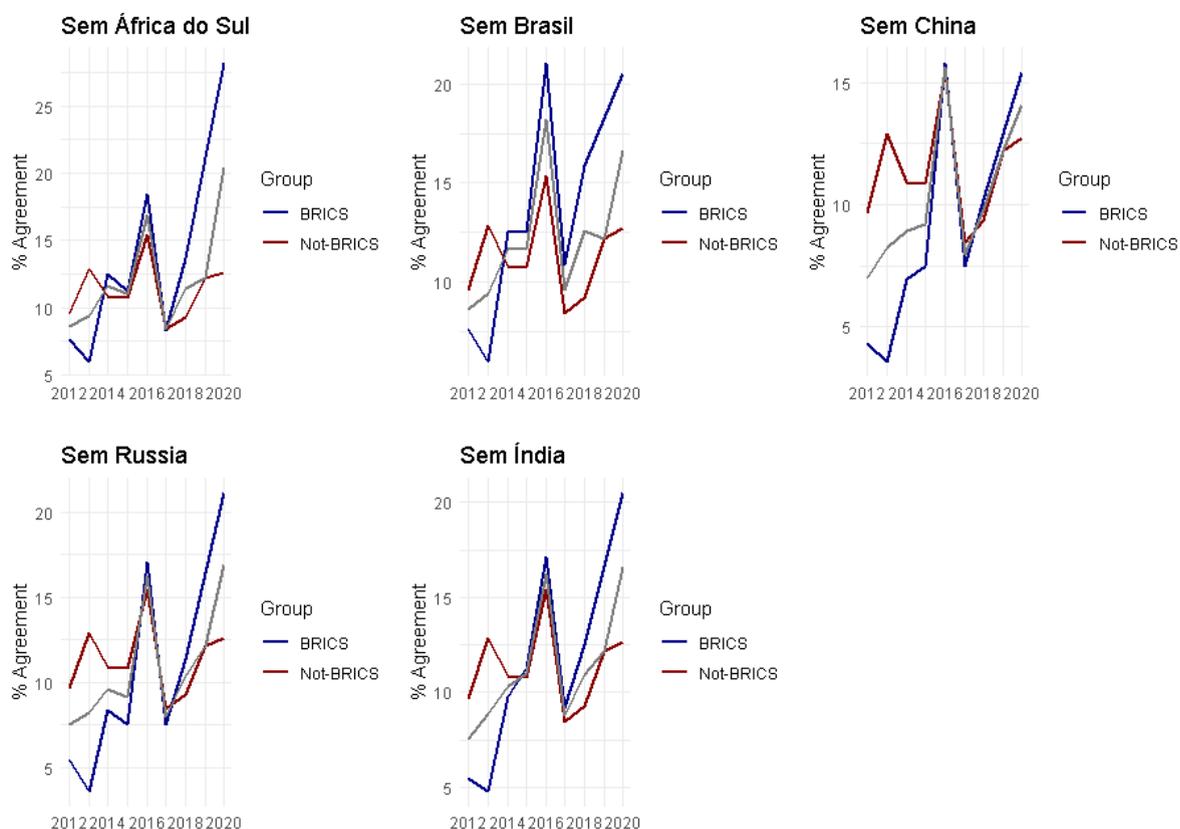


Gráfico 33 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Por fim, assim como para as demais agendas, o gráfico 34 apresenta dados pouco robustos sobre as ausências. O isolamento dos países não implica em uma alteração na curvatura das linhas, mantendo-as parecidas para todos os países, onde, no detalhe, o isolamento da África do Sul e da China produz menos oscilações.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausência nas Resoluções de Direitos Humanos de 2012 a 2020

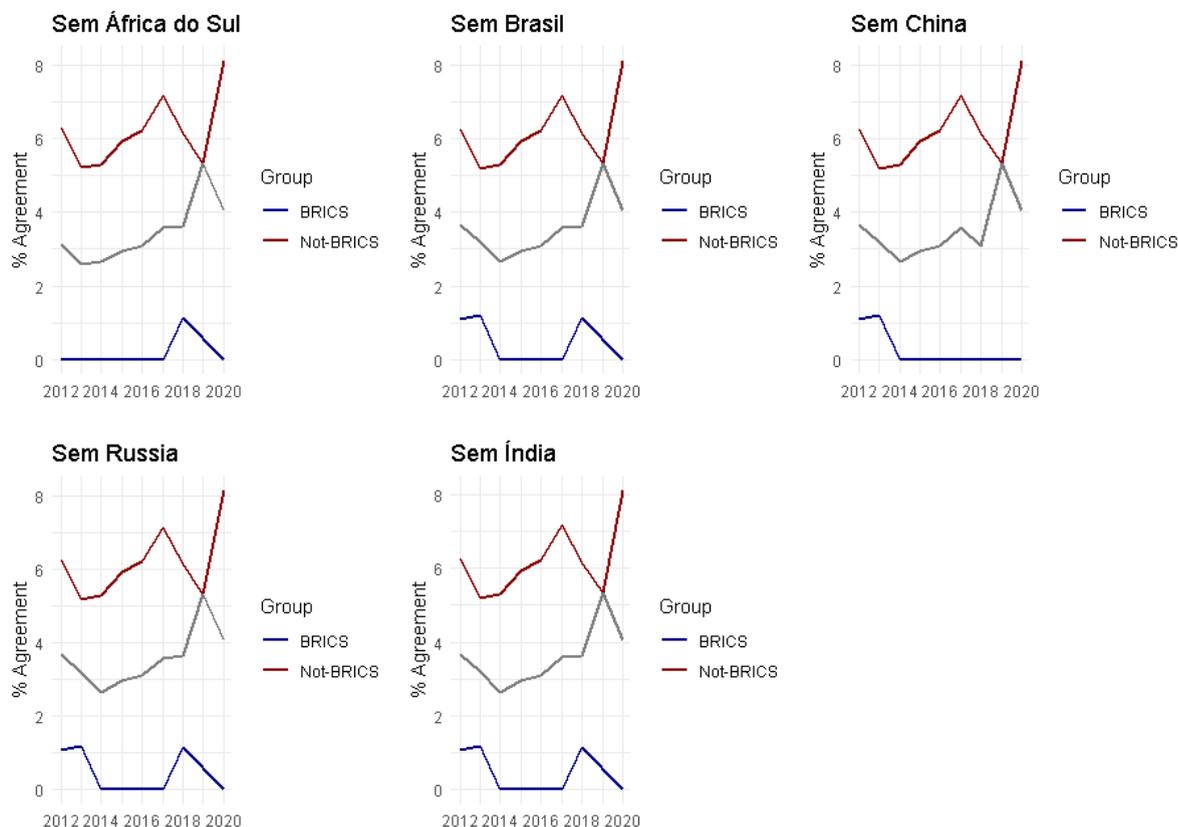


Gráfico 34 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Em face ao apresentado, percebe-se que os BRICS demonstram menor homogeneidade em suas preferências na agenda de direitos humanos em comparação com a distribuição agregada. Especificamente, Rússia, China e Índia tendem a ter mais conformidade em suas preferências do que Brasil e África do Sul. No entanto, ao analisar mais detalhadamente, observa-se que a ausência do Brasil e da África do Sul resulta em aumentos nos percentuais de reprovação das resoluções. Esses achados indicam a existência de uma clusterização interna no grupo.

Votação sobre Desenvolvimento Econômico

Na última agenda analisada neste intervalo, representada pelo gráfico 35, os BRICS demonstram um alinhamento para aprovação superior tanto à distribuição total quanto aos Não-BRICS. Esse alinhamento é mais expressivo do que na distribuição agregada, com

valores máximos na categoria de aprovação próximos aos registrados nas agendas de Palestina e Colonialismo, superando as de Direitos Humanos, Material Nuclear e Controle e Desarmamento. Esse padrão de alinhamento se mantém constantemente acima de 80% em praticamente toda a distribuição. Em relação às categorias de abstenção, reprovação e ausência, as distribuições apresentam-se similares às observadas nas demais agendas.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções de Desenvolvimento Econômico de 2012 a 2020

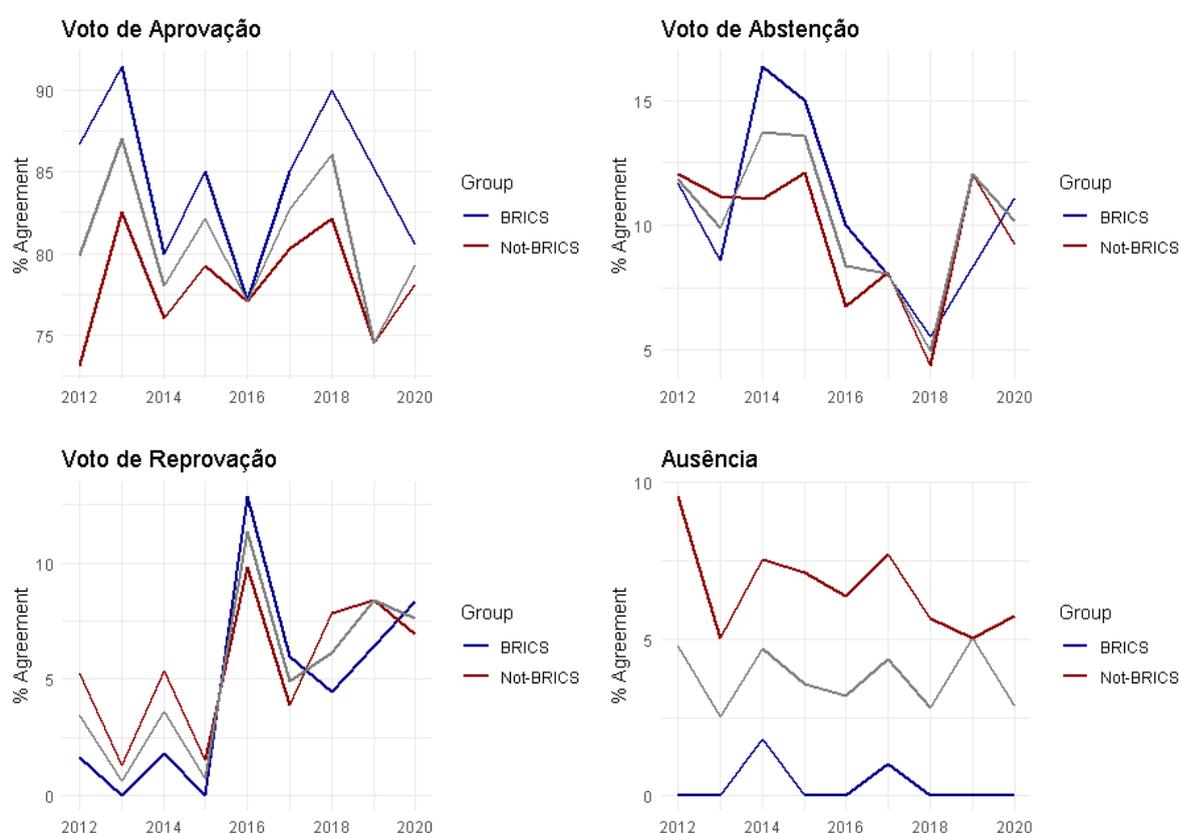


Gráfico 35 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

No isolamento dos países para os votos de aprovação nesta agenda, o gráfico 36 revela comportamentos similares para todas as ausências. É importante ressaltar que nenhuma ausência resulta em uma coordenação inferior à da distribuição total ou aos Não-BRICS. No entanto, ao detalhar, destaca-se a ausência da China, sendo a que mais aproxima as curvas dos grupos, seguida pelo Brasil e pela África do Sul. Nota-se que a ausência do Brasil leva a menores percentuais de alinhamento em alguns anos, como 2014, 2015 e 2016. Por outro lado, a ausência da Rússia é a que gera a maior distância entre as curvas, seguida pela Índia.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação nas Resoluções de Desenvolvimento Econômico de 2012 a 2020

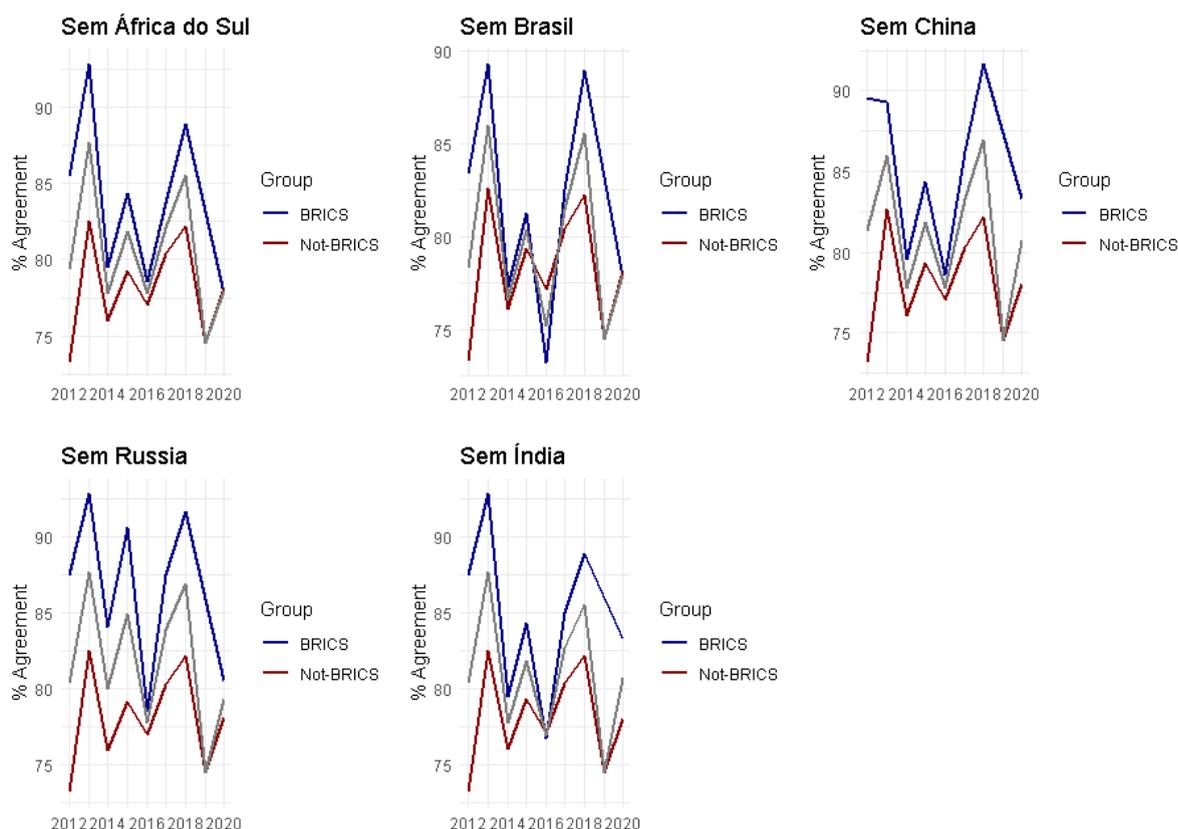


Gráfico 36 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Os valores de desvio padrão nesta agenda dispostos na tabela 10 são comparáveis aos da distribuição desagregada, indicando que é uma agenda com menos heterogeneidade não apenas para os BRICS, mas para toda a Assembleia Geral. Os desvios dos BRICS são próximos aos desvios totais da AGNU, sugerindo uma menor variabilidade nas preferências dentro do grupo nesta agenda, próximo aos valores encontrados para a Palestina. Por outro lado, assim como na distribuição total e ao contrário da agenda de Direitos Humanos, a ausência do Brasil é a que resulta no maior valor de desvio padrão, indicando que o Brasil é um ator que aumenta a homogeneidade do grupo nessa agenda. No geral, esses valores indicam que a convergência do grupo não é tão homogênea quanto na distribuição agregada, mas é mais homogênea do que em outras agendas.

Desvio Padrão do Alinhamento em Votos de Aprovação nas Resoluções de Desenvolvimento Econômico Isolando Países de 2012 a 2020

Todos os Países	Não BRICS	Todos os BRICS	Sem África do Sul	Sem Brasil	Sem China	Sem Rússia	Sem Índia
4,75	3,25	4,97	5,24	5,60	4,76	5,20	5,11

Tabela 10 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Os gráficos 37, 38 e 39 trazem poucas observações a respeito das abstenções, ocorrendo pouca variabilidade interna neste tema, corroborando os achados anteriores sobre haver maior homogeneidade entre os países nesta agenda.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Abstenção nas Resoluções de Desenvolvimento Econômico de 2012 a 2020

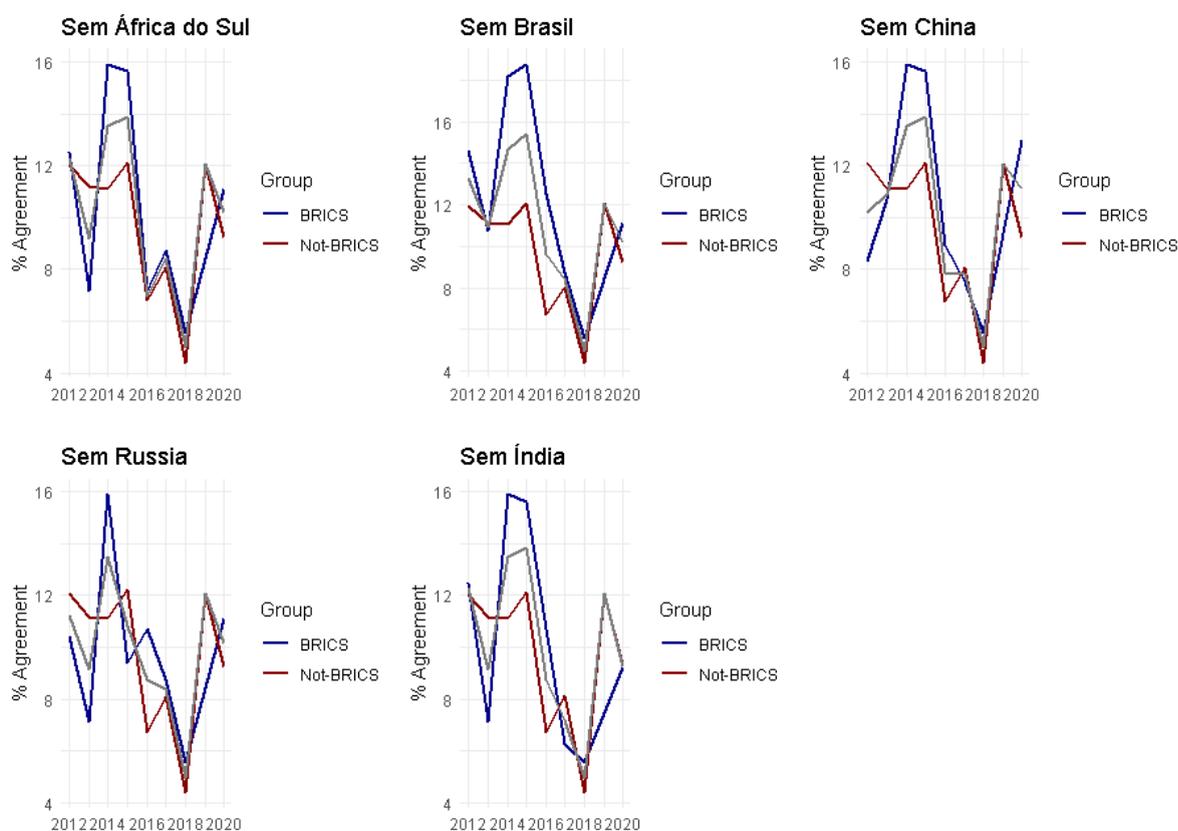


Gráfico 37 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Reprovação nas Resoluções de Desenvolvimento Econômico de 2012 a 2020

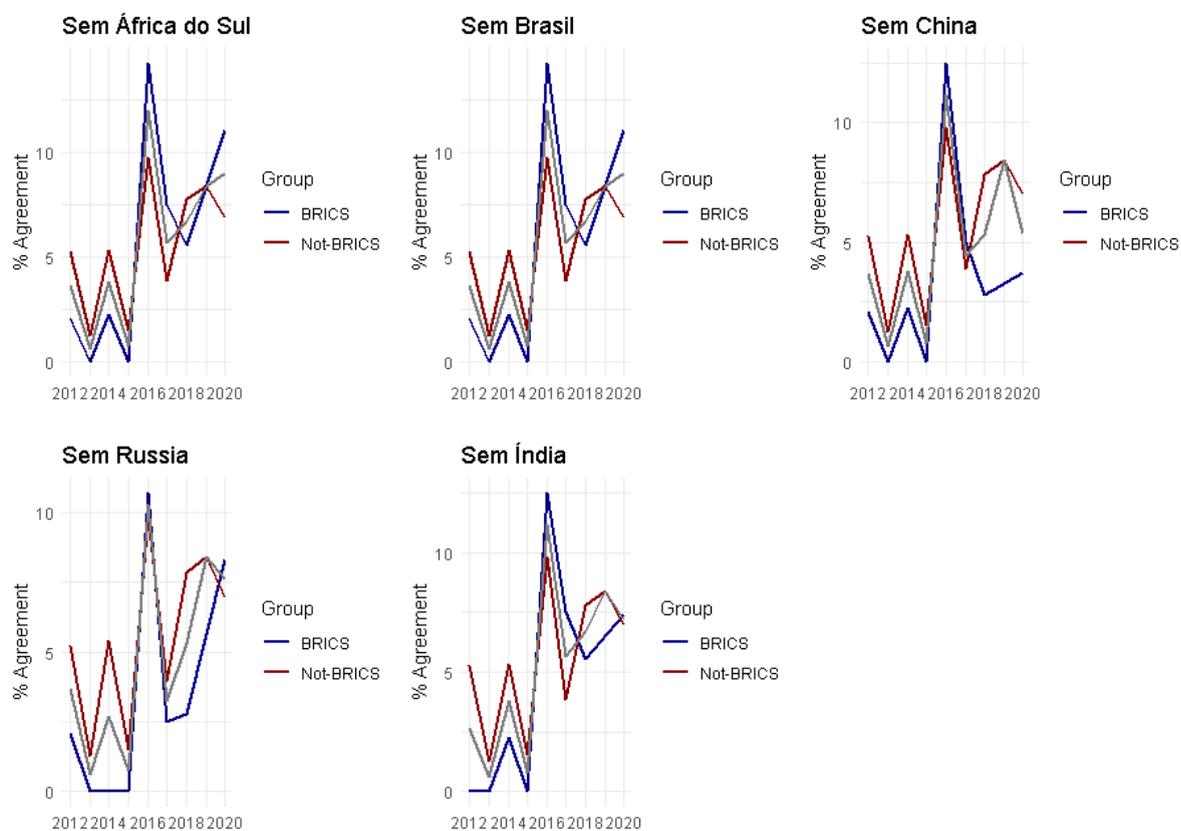


Gráfico 38 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausência nas Resoluções de Desenvolvimento Econômico de 2012 a 2020

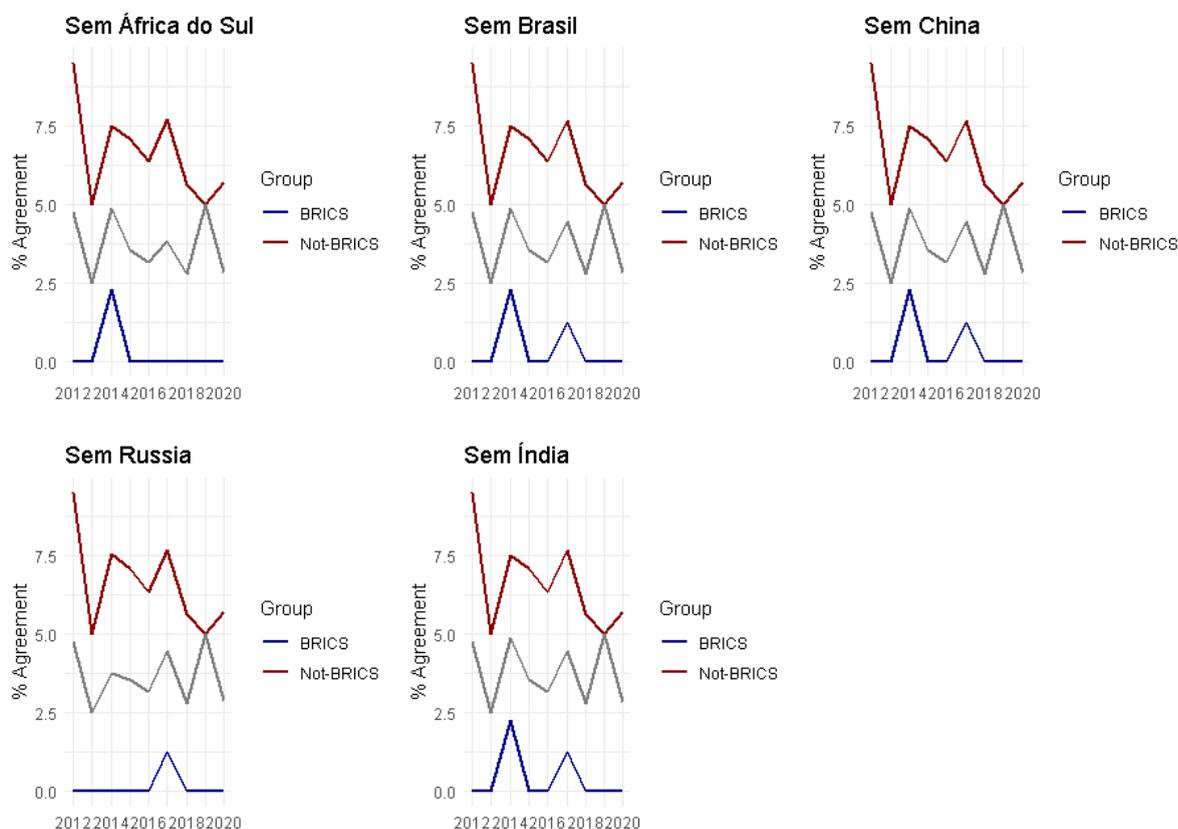


Gráfico 39 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Em resumo, a agenda de Desenvolvimento Econômico dos BRICS demonstra um alto nível de alinhamento interno, com percentuais superiores aos da distribuição agregada e outras agendas importantes. Os desvios padrão também são comparáveis aos da distribuição agregada, indicando uma menor variabilidade nas preferências dentro do grupo. O isolamento de qualquer país não produz mudanças expressivas nos percentuais de alinhamento, porém, a Rússia e Índia apresentam variações nas retas percentuais na categoria modal. Além disso, o desvio padrão na ausência do Brasil sugere que o país desempenha um papel significativo no aumento da convergência interna do grupo.

2021 e 2022

Isolando os anos de 2021 e 2022 em função do primeiro ano completo de pandemia e da eclosão da guerra na Ucrânia, o objetivo é realizar uma análise descritiva para verificar se houve alguma mudança no comportamento dos países diante desses eventos significativos. O gráfico 40 ilustra uma tendência confirmada nos dois últimos anos, com uma queda significativa no alinhamento dos anos anteriores. O cluster de países com um acordo próximo de 1 desaparece em 2021 e 2022 nos BRICS. Essa tendência observada a partir de 2019 foi reiterada nos anos posteriores, mas a concentração ainda permanece acima e próxima de 0,75 nos dois anos finais, diminuindo ligeiramente em 2022.

Clusterização K-means dos Agreement Scores entre os BRICS e os Não-BRICS na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2012 a 2022

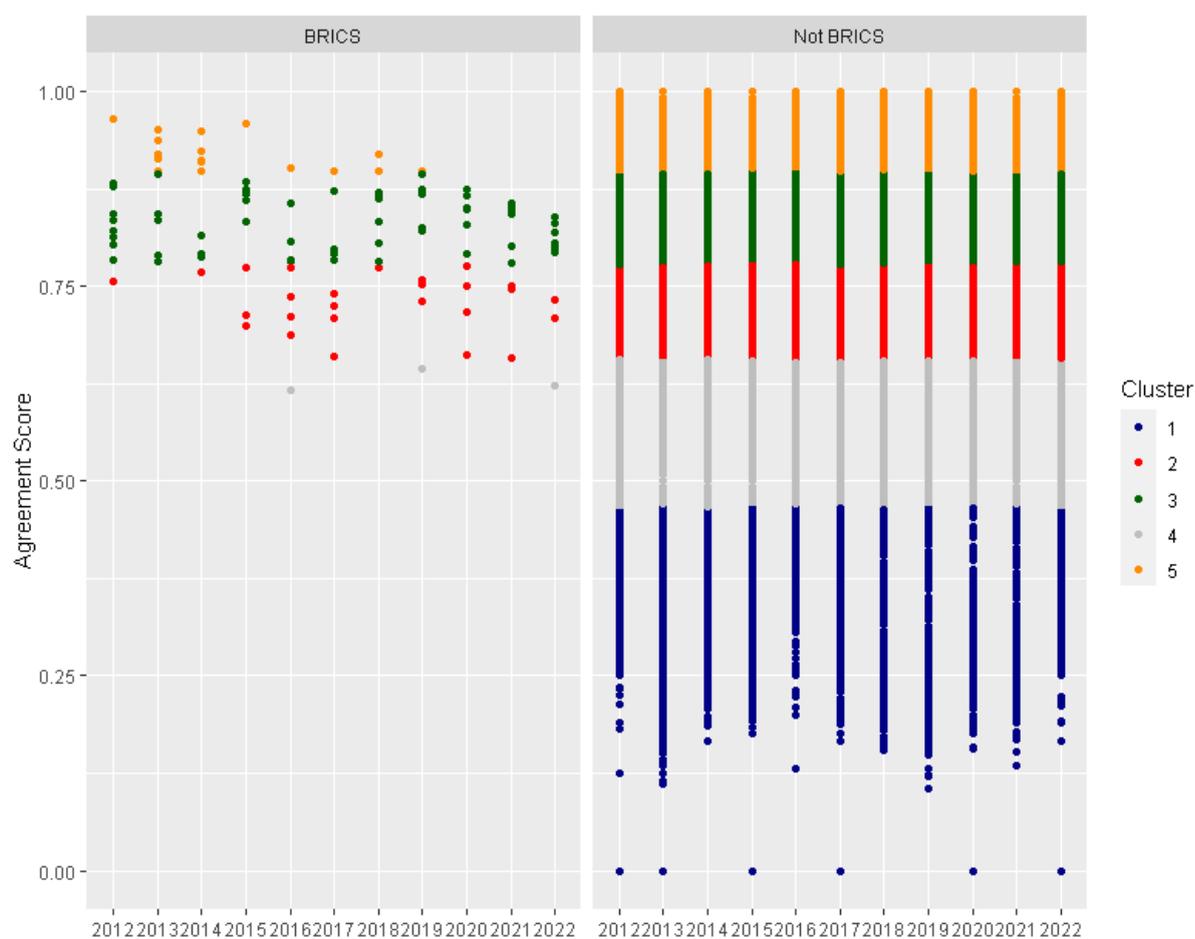


Gráfico 40 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Na agenda agregada, conforme o gráfico 41, observa-se que o nível de concordância na agenda agregada dos BRICS diminuiu nesse intervalo, saindo dos valores máximos em 85% para 70%. Apesar de apresentarem menos ausências do que os demais países, os BRICS se abstêm e reprovam mais do que os outros e mais do que nos anos finais apresentados no gráfico 5.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2021 e 2022

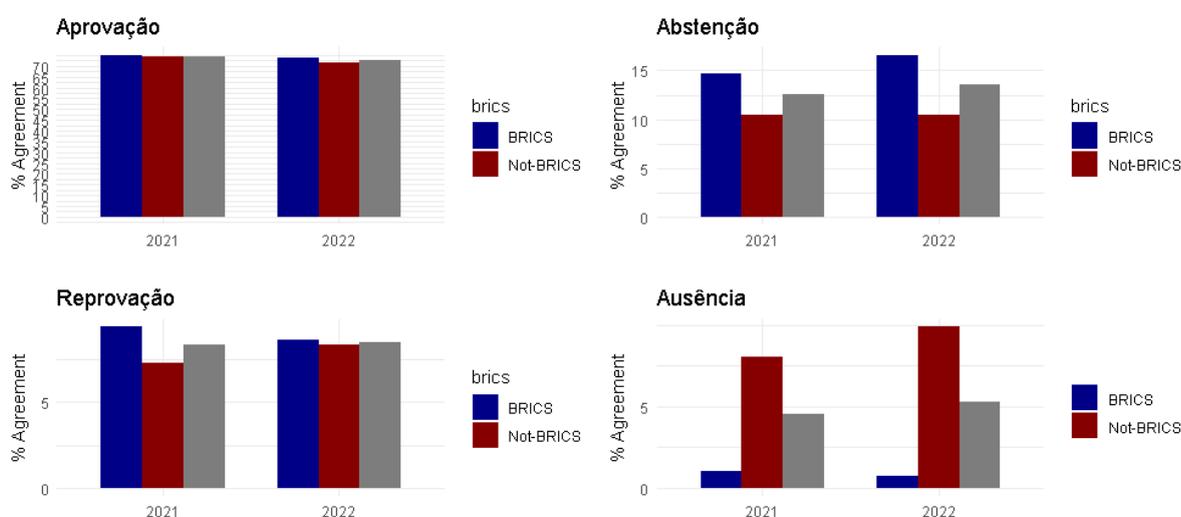


Gráfico 41 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

O gráfico 42 apresenta que, em relação aos demais anos, a ausência da Índia permanece sendo dispersora, fazendo com que a convergência dos BRICS seja superior em relação às demais, aumentando-a em aproximadamente 5 pontos percentuais. A ausência do Brasil e da Rússia aumentam a convergência em 5 pontos percentuais em relação à África do Sul e China.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação em Todas as Resoluções em 2021 e 2022

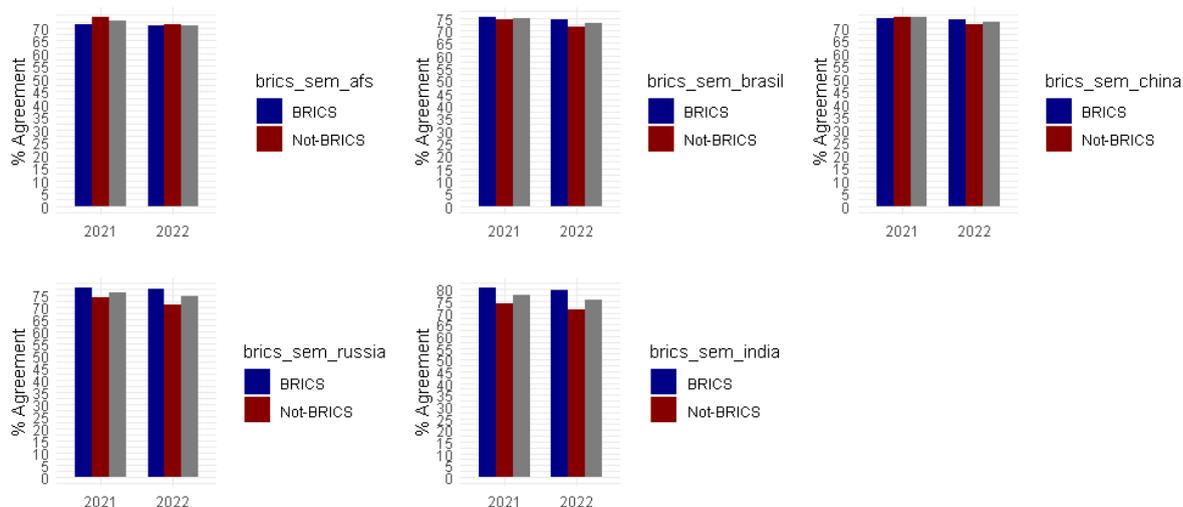


Gráfico 42 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

O gráfico 43 evidencia que a ausência da Índia, ao contrário da Rússia como nos anos anteriores, é a única que diminui as abstenções em 5 pontos percentuais nos dois anos analisados.

Alinhamento nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Abstenção em Todas as Resoluções em 2021 e 2022

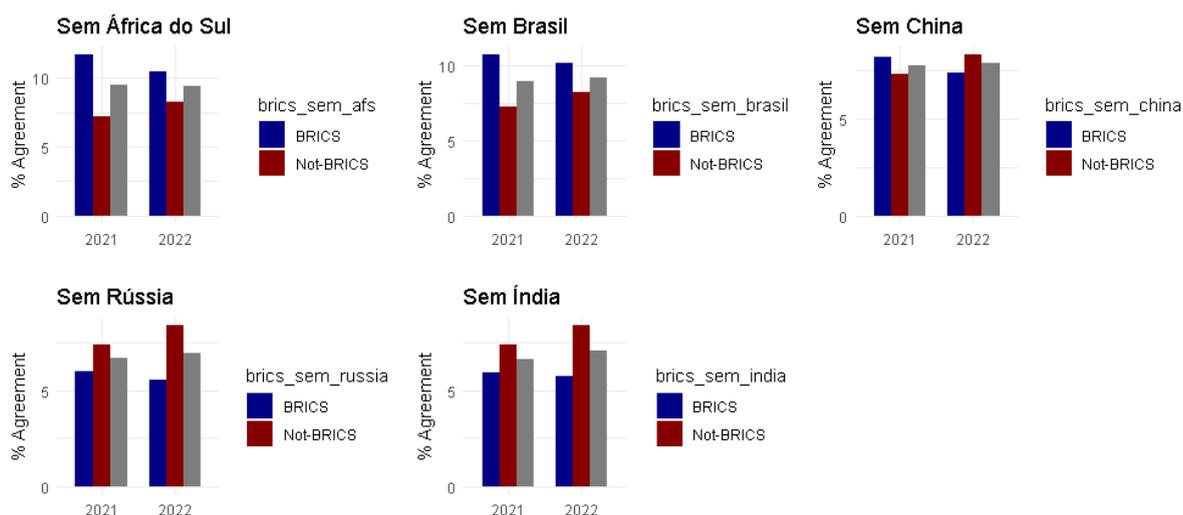


Gráfico 43 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

No gráfico 44, observa-se que a ausência da África do Sul diminui as reprovações em 5 pontos percentuais nos dois anos analisados. Por outro lado, a ausência da Rússia e da Índia

resulta em uma convergência de reprovações dos BRICS que é inferior à da Assembleia. Essa dinâmica é consistente com anos anteriores, destacando-se o comportamento similar da Índia em relação à Rússia.

Alinhamento nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de reprovação em Todas as Resoluções em 2021 e 2022

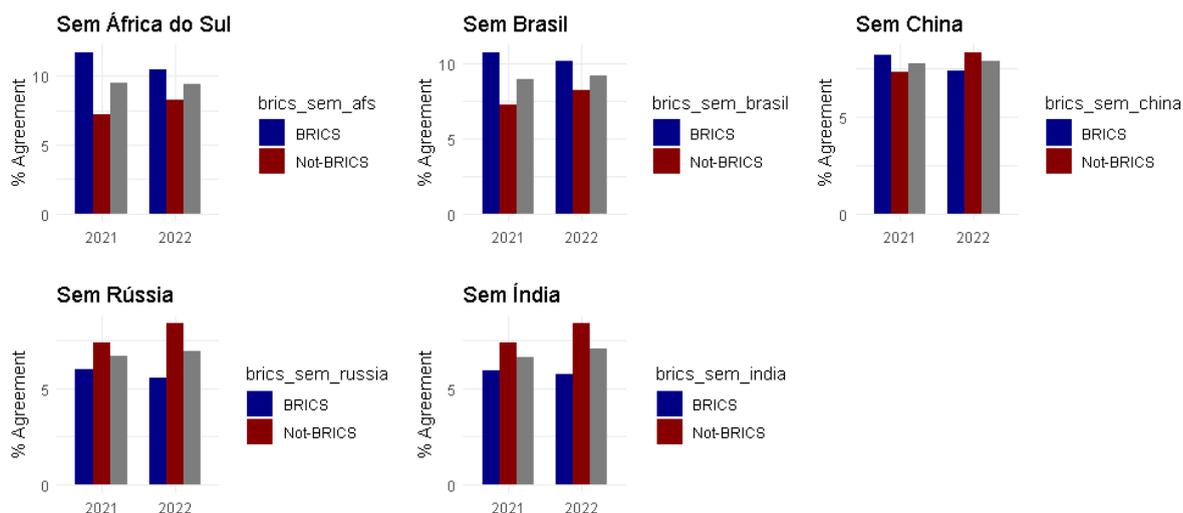


Gráfico 44 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Nas ausências apresentadas no gráfico 45, a única que produz diferenças expressivas é o isolamento da Rússia, responsável por aumentar o alinhamento em até 5 pontos percentuais.

Alinhamento nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausência em Todas as Resoluções em 2021 e 2022

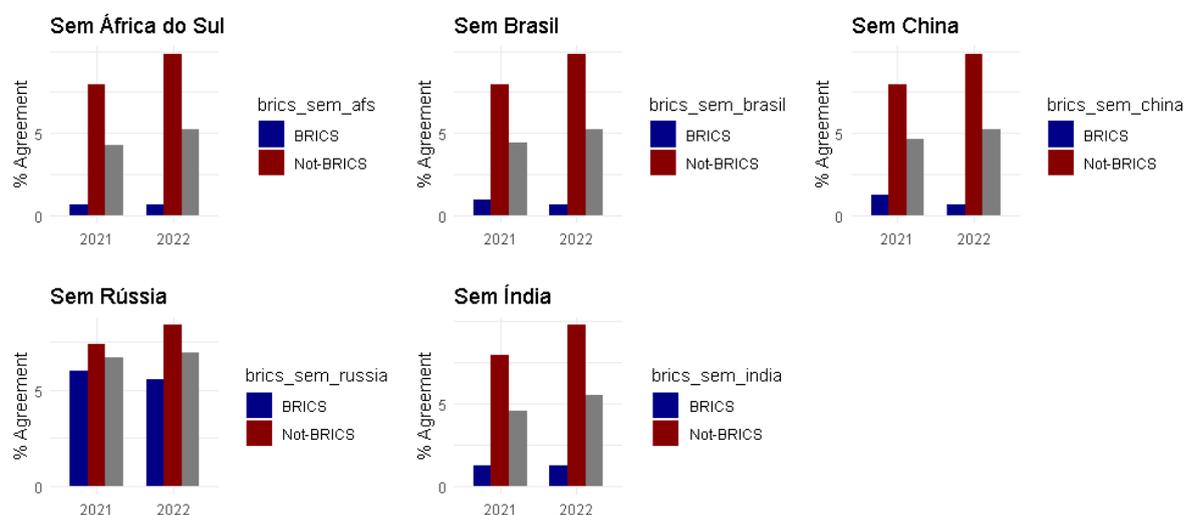


Gráfico 45 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Votação sobre o Conflito da Palestina

No gráfico 46, verifica-se que os BRICS mantêm um nível de convergência superior à distribuição total da Assembleia na categoria modal (aprovação) nesta agenda. Apesar de ser uma área com alta taxa de aprovação, confirma-se a tendência de queda a partir de 2018, com valores abaixo de 90%. Em relação à abstenção e reprovação, essas são menores em comparação com outras agendas, especialmente as reprovações que se aproximam de zero.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções sobre o Conflito na Palestina em 2021 e 2022

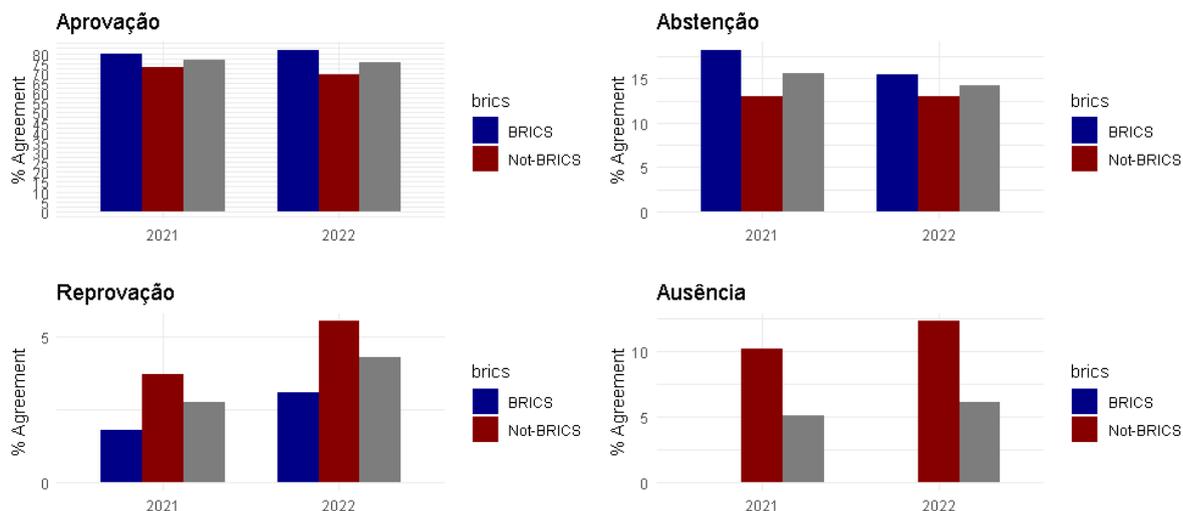


Gráfico 46 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

No gráfico 47, ao isolar os países na categoria de aprovação, confirma-se a tendência observada nos anos anteriores nesta agenda específica. Nota-se que a ausência do Brasil é a ausência que mais contribui para o aumento da convergência, chegando próximo a 90%. As distribuições são similares, mas diferem em relação ao fato de que a ausência da Rússia não é mais a que mais aumenta a convergência, seguindo uma tendência de queda apresentada anteriormente.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Aprovação das Resoluções sobre Conflitos na Palestina em 2021 e 2022

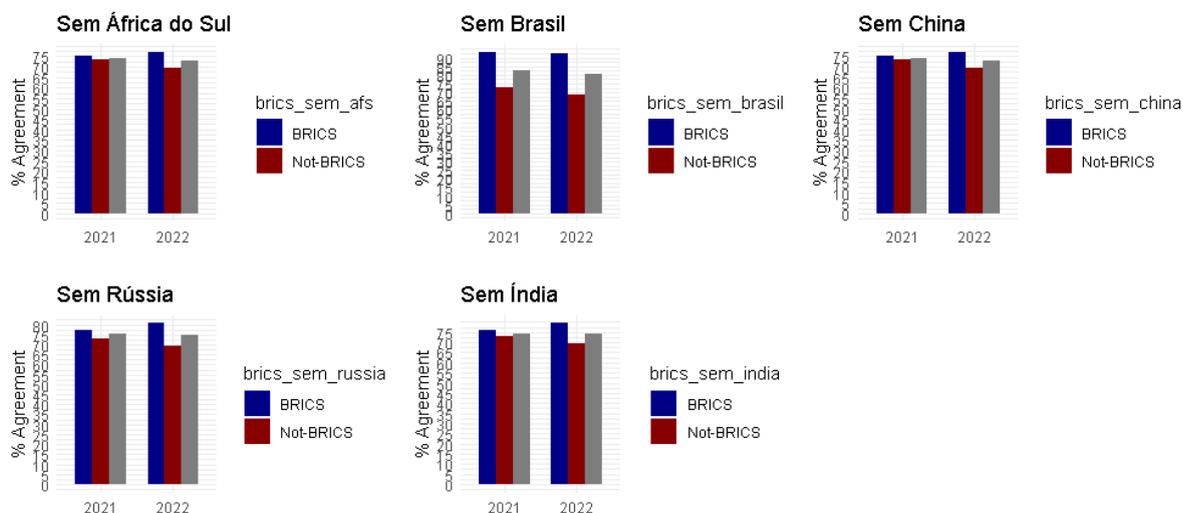


Gráfico 47 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Acompanhada da queda observada, as abstenções ilustradas no gráfico 48 aumentaram significativamente. Diferentemente dos anos anteriores, é a ausência do Brasil neste intervalo de tempo que mais diminui a convergência para reprovação de maneira substantiva em torno de 10 pontos percentuais em relação aos demais países. O mesmo ocorre com as reprovações do gráfico 49, onde o Brasil é o único que, quando isolado, reduz às reprovações à 0.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Abstenção das Resoluções sobre Conflitos na Palestina em 2021 e 2022

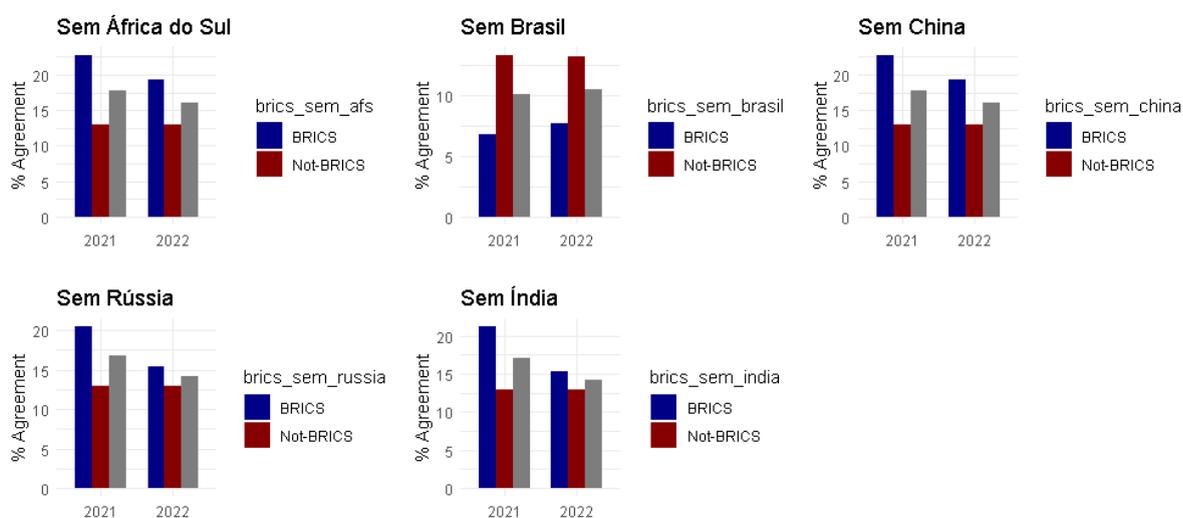


Gráfico 48 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Reprovação das Resoluções sobre Conflitos na Palestina em 2021 e 2022

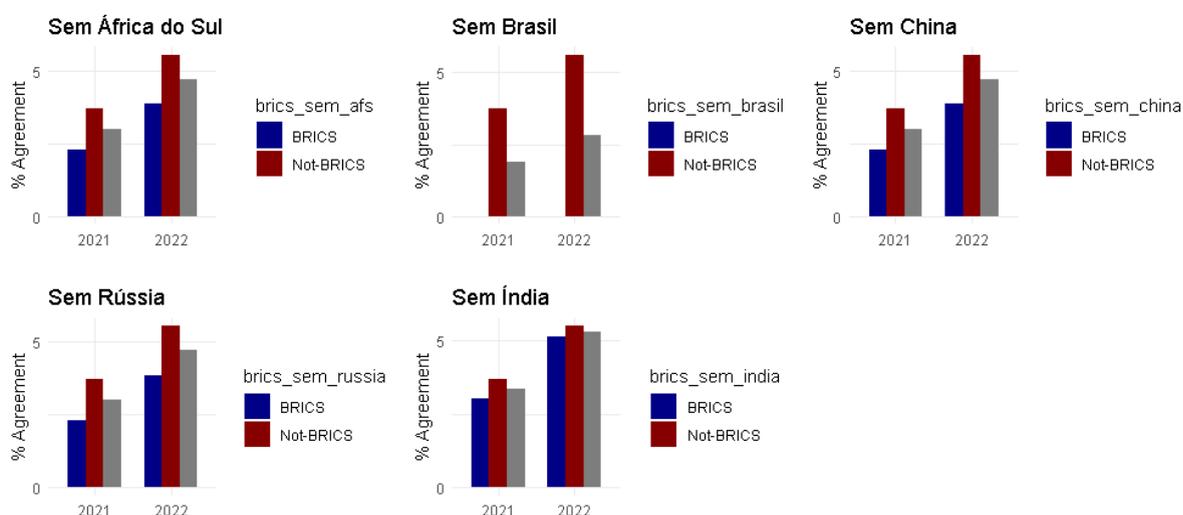


Gráfico 49 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Por fim, as ausências ilustradas no gráfico 50 seguem similares nesta agenda, mantendo o padrão dos gráficos anteriores que indicavam a mesma tendência.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausências nas Resoluções sobre Conflitos na Palestina em 2021 e 2022

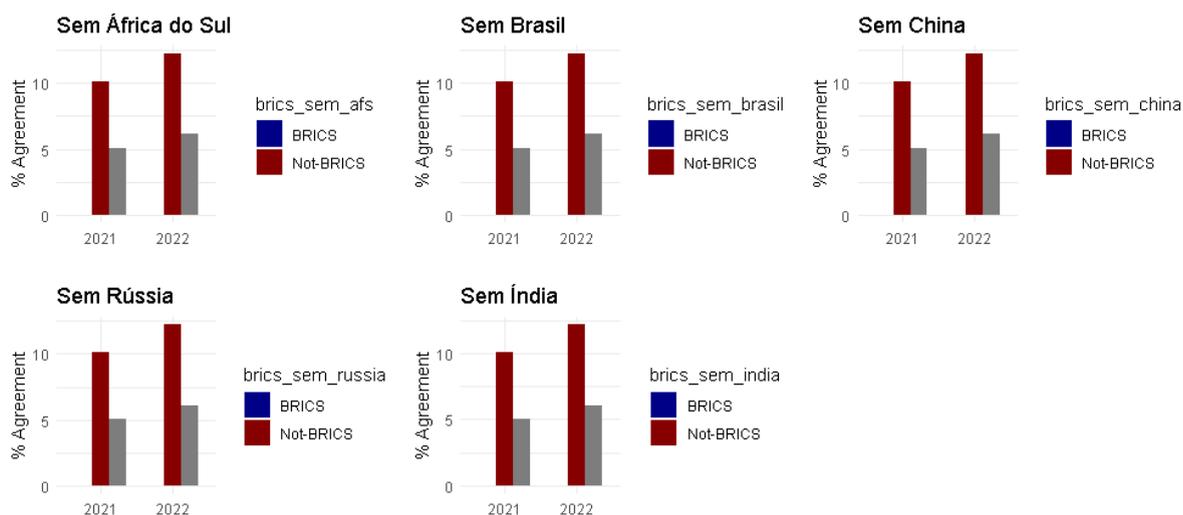


Gráfico 50 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Votação sobre Material Nuclear

O gráfico 51 reflete o tema das resoluções na agenda de material nuclear, mostrando que o alinhamento dos BRICS permanece inferior à distribuição geral da Assembleia e aos países Não-BRICS. As taxas de abstenção e reprovação permanecem estáveis, enquanto as ausências diminuíram ao longo deste intervalo.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções sobre Armas e Material Nuclear em 2021 e 2022

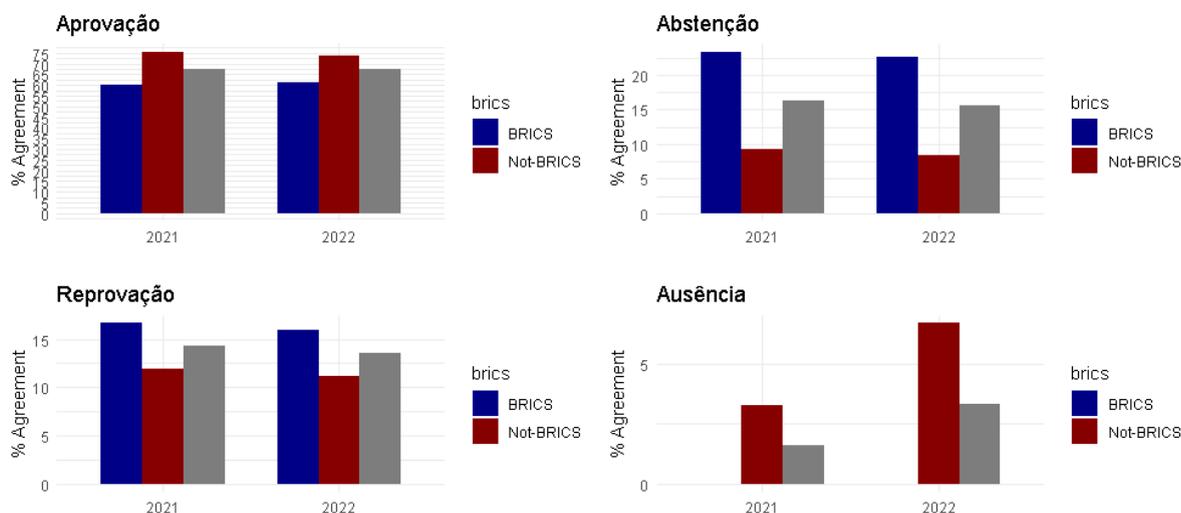


Gráfico 51 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

No gráfico 52, ao isolar os países, observa-se que a Índia agora ocupa o lugar que antes era da Rússia, sendo o único isolamento que resulta em um alinhamento dos BRICS superior às demais distribuições. Em seguida, tem-se a Rússia e a China, enquanto a África do Sul e o Brasil mantêm um comportamento similar em seus isolamentos.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Aprovação das Resoluções sobre Armas e Material Nuclear de 2012 a 2020

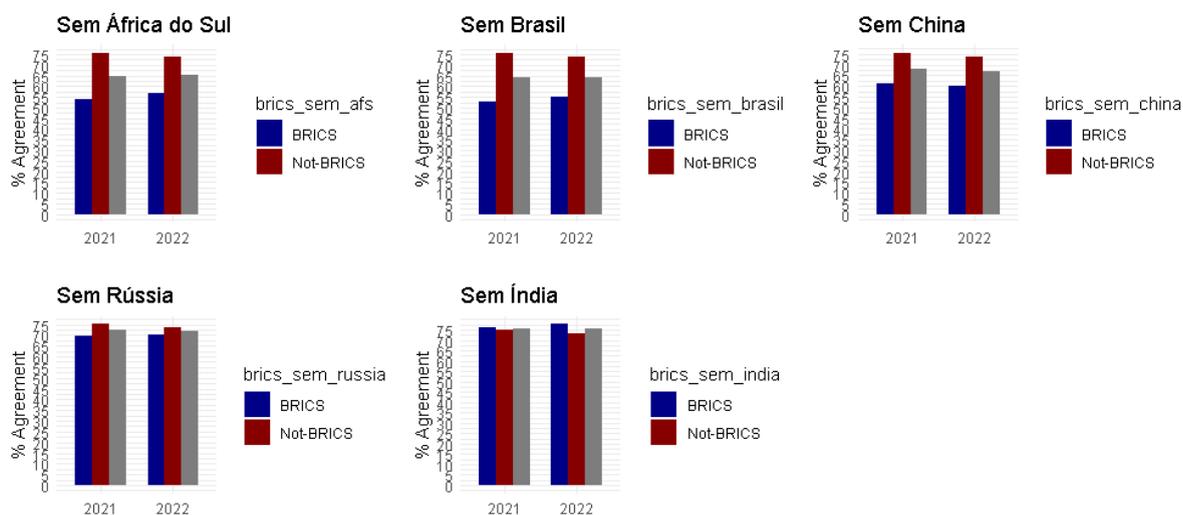


Gráfico 52 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

As abstenções diminuem em aproximadamente 10 pontos percentuais na ausência da Índia e 5 pontos percentuais na ausência da Rússia, destacando novamente a maior similaridade no comportamento desses dois países conforme ilustrado no gráfico 53. O mesmo é observado para as reprovações, em que a ausência desses países reduz o número de reprovações, posicionando a China entre ambos.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Abstenção das Resoluções sobre Armas e Material Nuclear em 2021 e 2022

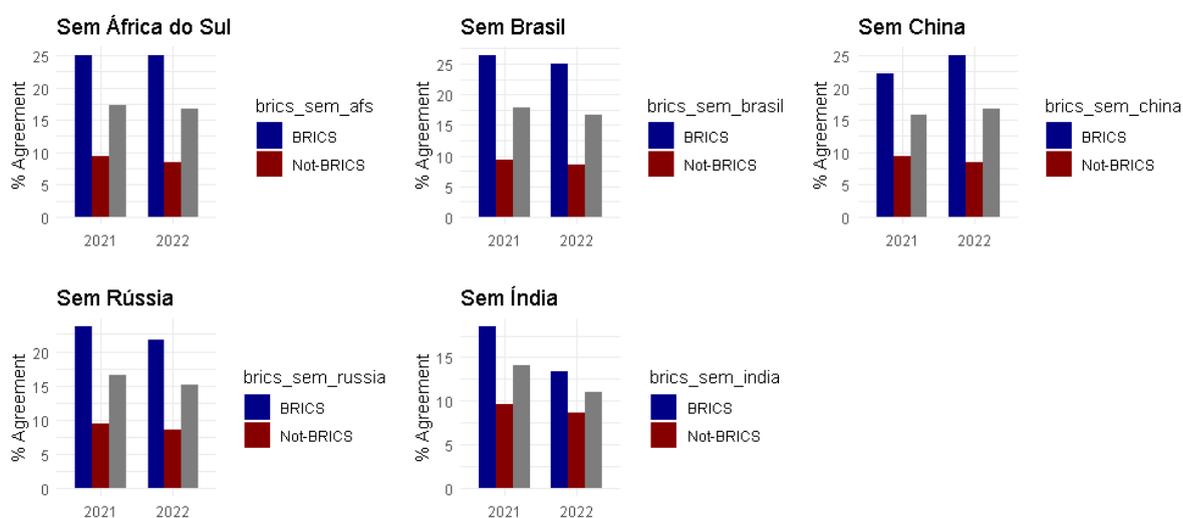


Gráfico 53 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Reprovação das Resoluções sobre Armas e Material Nuclear em 2021 e 2022

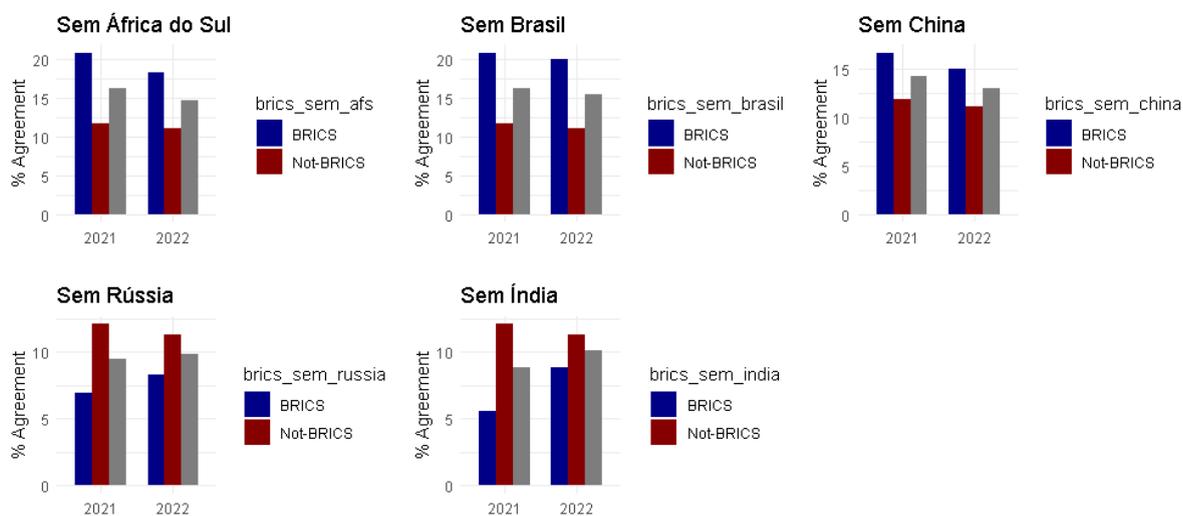


Gráfico 54 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Por fim, não há alteração no comportamento quanto às ausências indicadas no gráfico 55.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nos Votos de Ausência das Resoluções sobre Armas e Material Nuclear em 2021 e 2022

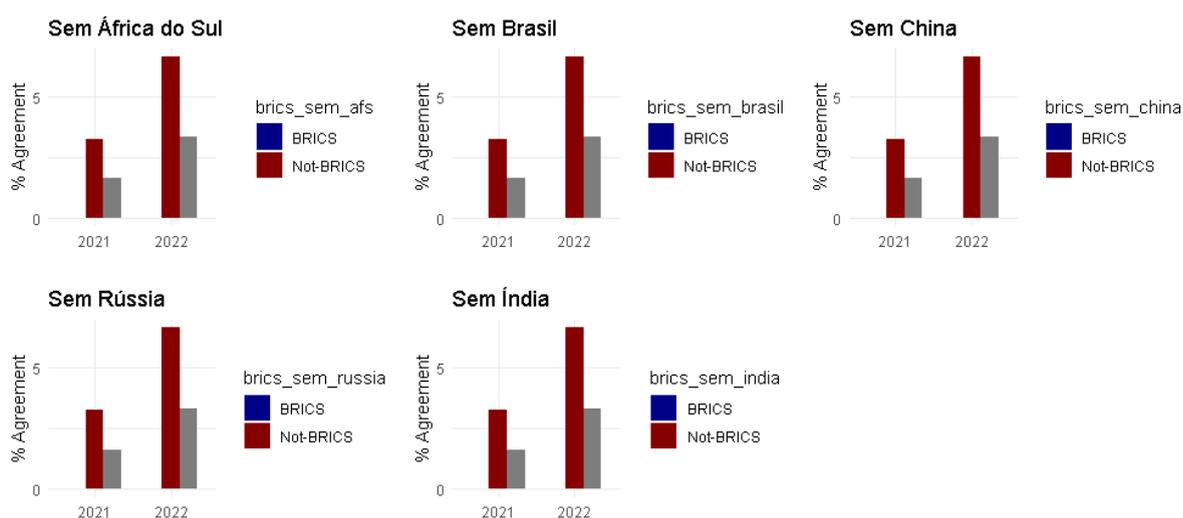


Gráfico 55 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Votação sobre Controle de Armas e Desarmamento

O gráfico 56 demonstra que, nos últimos dois anos, o alinhamento dos BRICS é superior ao dos demais grupos, revertendo a tendência dos anos anteriores em que a convergência do grupo era inferior às demais. As abstenções seguem a mesma variação indicada nos anos anteriores, enquanto as reprovações diminuem em cerca de 5 pontos percentuais.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções de Controle e Desarmamento em 2021 e 2022

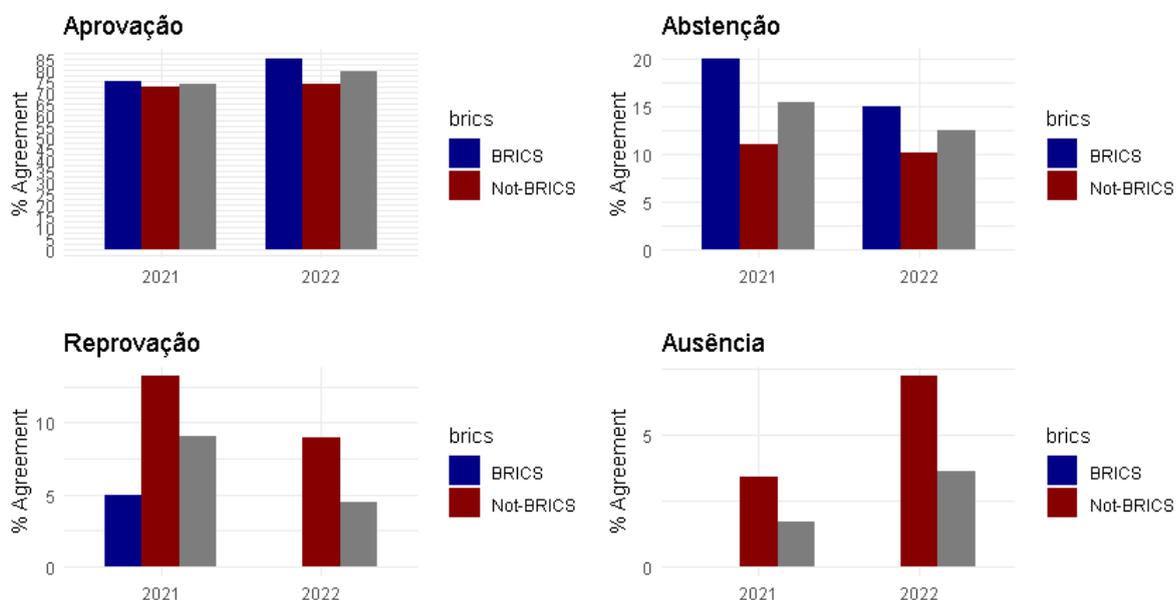


Gráfico 56 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

O gráfico 57 evidencia que o isolamento de nenhum país resulta em uma redução do alinhamento a níveis inferiores aos demais grupos de distribuição, ao contrário dos anos anteriores em que a ausência da Rússia era mais expressiva. Contudo, o isolamento da Índia e da Rússia continua sendo mais notável para o aumento do alinhamento, juntamente com a China, que se aproxima dos dois países neste intervalo, especialmente em relação ao primeiro. África do Sul e Brasil continuam sendo ausências com comportamento semelhante.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação nas Resoluções de Controle e Desarmamento em 2021 e 2022

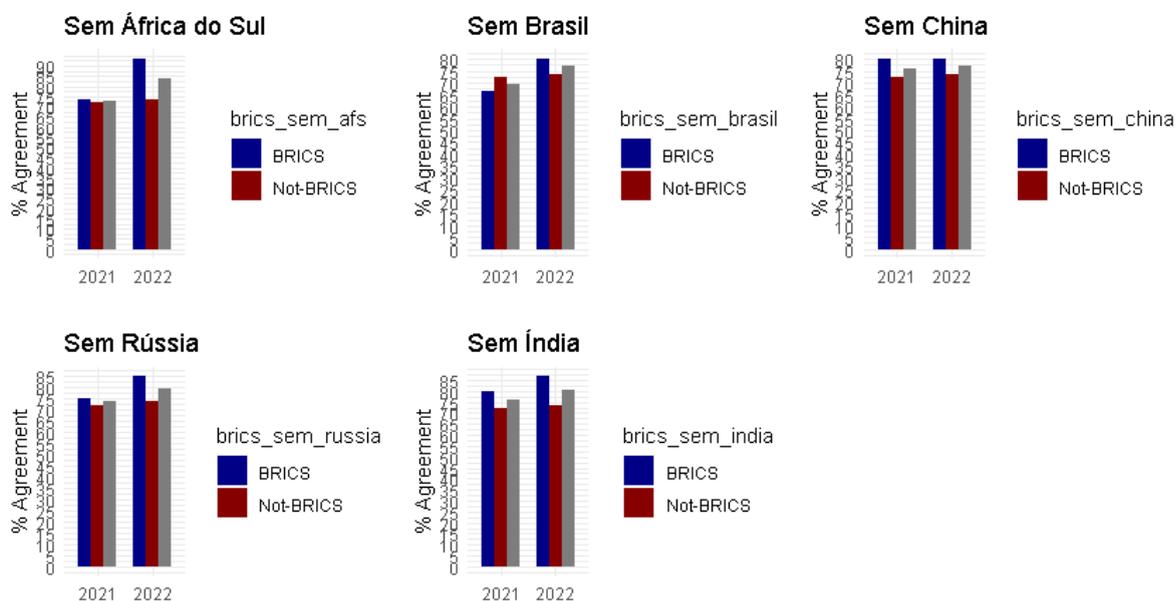


Gráfico 57 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

No gráfico 58, tem-se que o Brasil e a Índia figuram em lados opostos. O isolamento do Brasil aumenta o alinhamento em abstenções em cerca de 5 pontos percentuais, enquanto o isolamento da Índia o reduz em aproximadamente 10 pontos percentuais. Isso indica que a Índia é um país que aumenta as abstenções nesta agenda durante o intervalo de 2021 e 2022, enquanto o Brasil é um país que as diminui.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Abstenção nas Resoluções de Controle e Desarmamento em 2021 e 2022

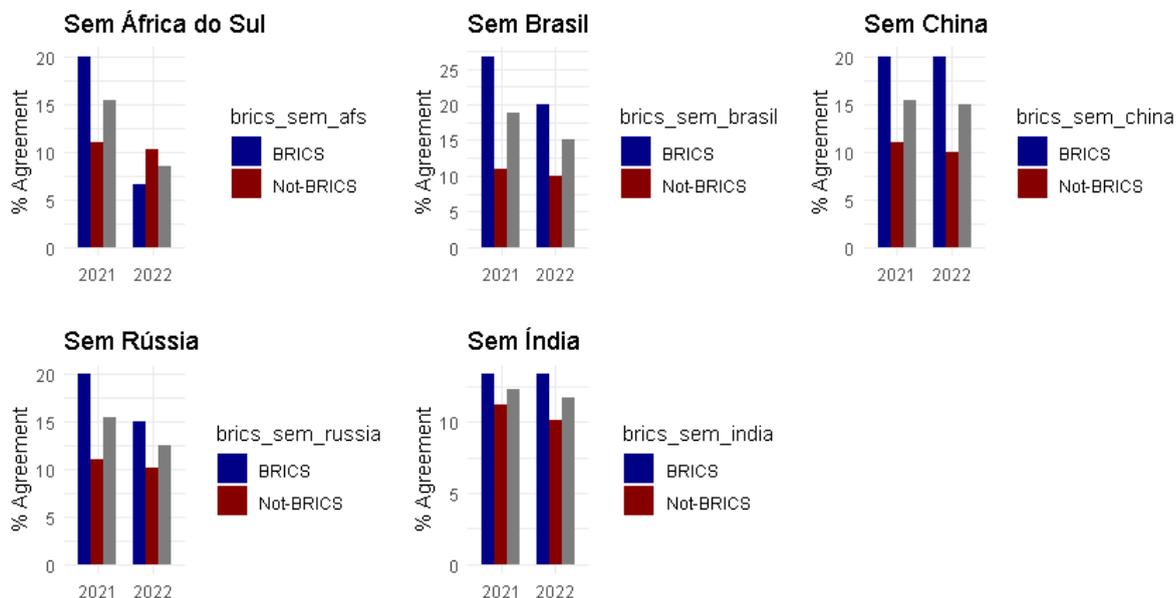


Gráfico 58 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

No gráfico 59, a ausência da China reduz as reprovações do grupo a zero, o que contrasta com os valores mais baixos de máximo e mínimo anteriormente observados na ausência da Rússia. Além disso, as ausências nas resoluções do gráfico 60 se mostram iguais no isolamento de todos os países, o que reitera a baixa relevância dessa categoria.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Reprovação nas Resoluções de Controle e Desarmamento em 2021 e 2022

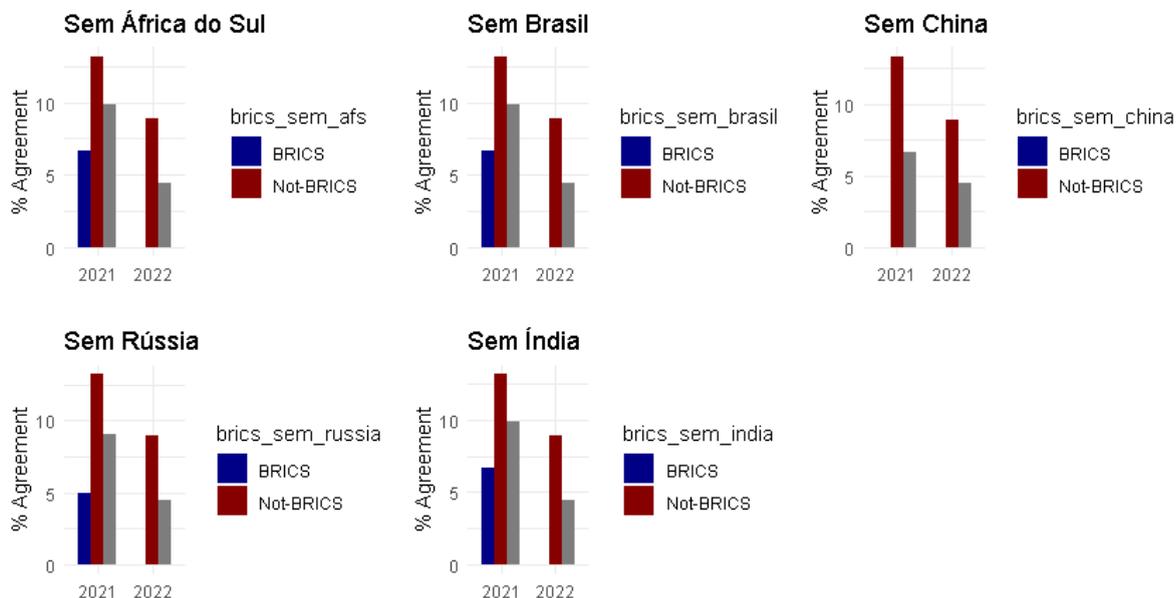


Gráfico 59 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausência nas Resoluções de Controle e Desarmamento em 2021 e 2022

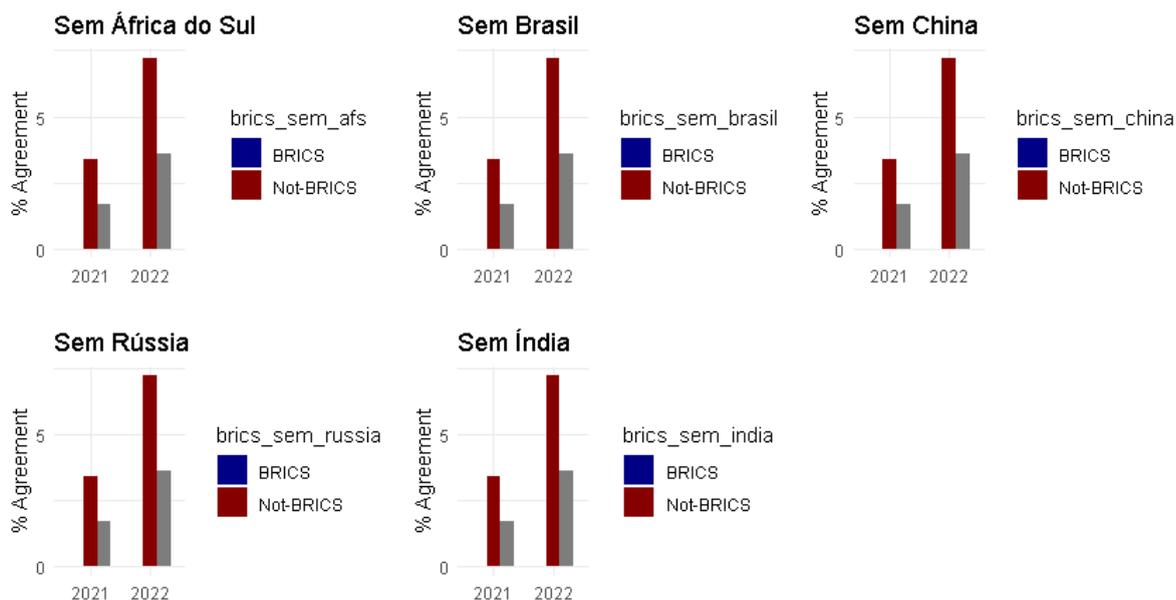


Gráfico 60 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Votação sobre Colonialismo

Na agenda de colonialismo em 2021 e 2022, os BRICS alcançam um alinhamento absoluto, convergindo em 100% das resoluções neste intervalo de tempo. Conforme evidenciado nos gráficos 61 e 62, nenhuma ausência impacta negativamente os níveis de convergência, indicando que as demais categorias se tornam irrelevantes devido ao grau absoluto de coesão nas aprovações.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções sobre Colonialismo em 2021 e 2022

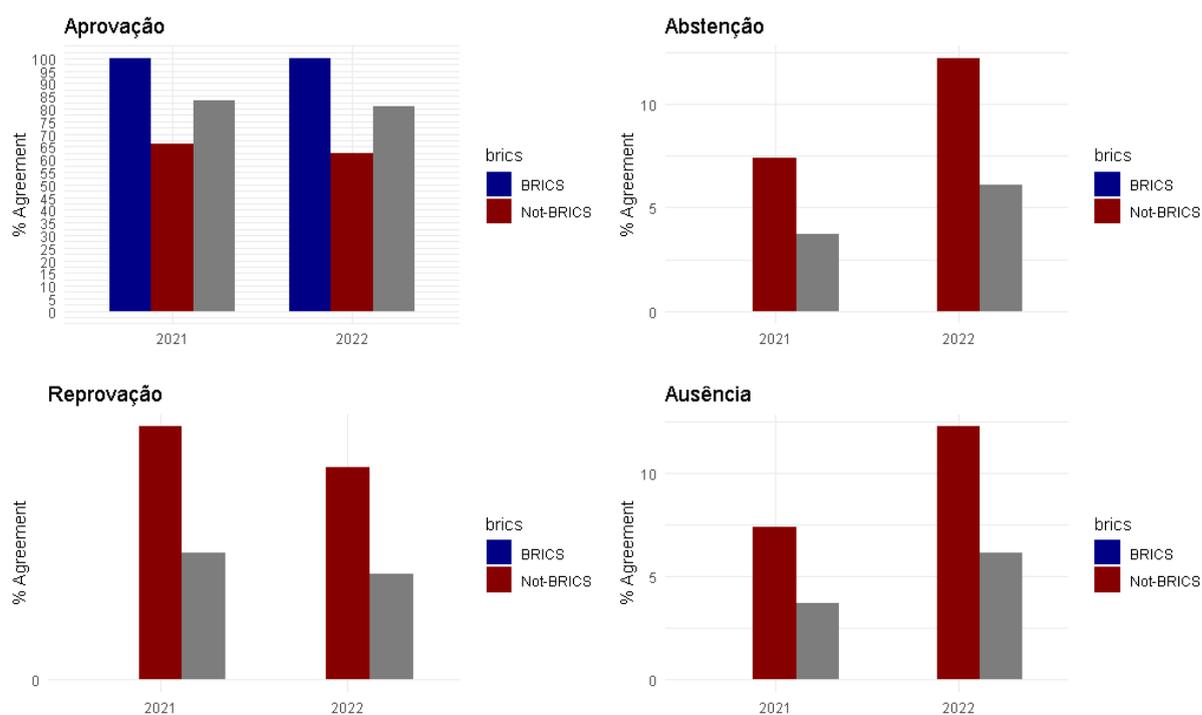


Gráfico 61 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação nas Resoluções sobre Colonialismo e 2021 e 2022

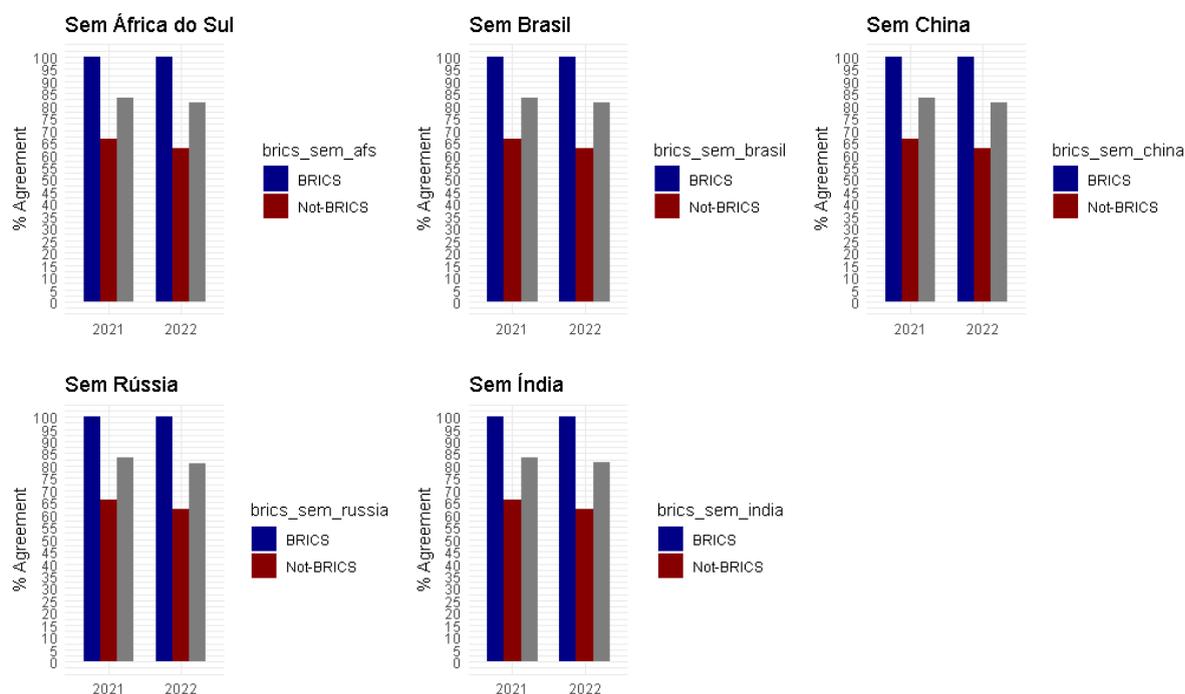


Gráfico 62 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Votação sobre Direitos Humanos

No gráfico 63, observa-se uma queda significativa na convergência para aprovação em direitos humanos, passando de cerca de 70% para 65% em 2021 e para 60% em 2022. Embora ainda seja superior ao total, essa queda é expressiva. Além disso, a convergência na categoria modal continua sendo inferior à distribuição agregada, e os BRICS reprovaram mais do que a assembleia em 2021, enquanto se abstiveram mais do que os demais em 2022.

Alinhamento nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos em Todas as Resoluções de Direitos Humanos em 2021 e 2022

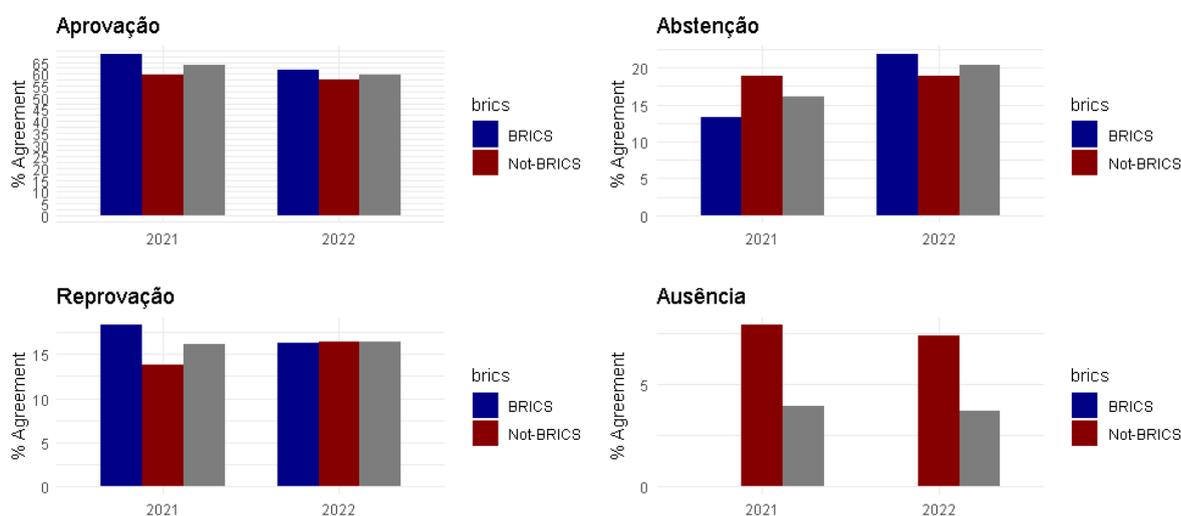


Gráfico 63 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

A única ausência que aumenta o percentual de alinhamento dos BRICS é a do Brasil em 2021, nos demais anos, o gráfico 64 revela que as distribuições são muito próximas.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação nas Resoluções de Direitos Humanos em 2021 e 2022

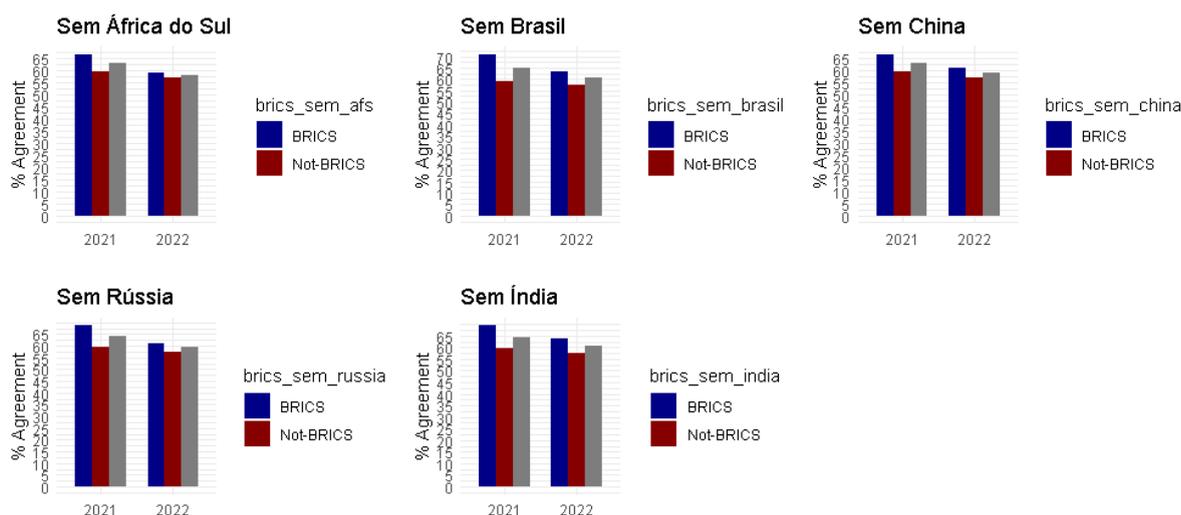


Gráfico 64 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Em relação às abstenções, o gráfico 65 demonstra que a ausência do Brasil em 2022 é a única que diminui as abstenções nesse ano, ao passo que a ausência da China e da Rússia

aumentam as abstenções em aproximadamente 5 pontos percentuais em 2021, seguida da Índia com um comportamento similar.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Abstenção nas Resoluções de Direitos Humanos em 2021 e 2022

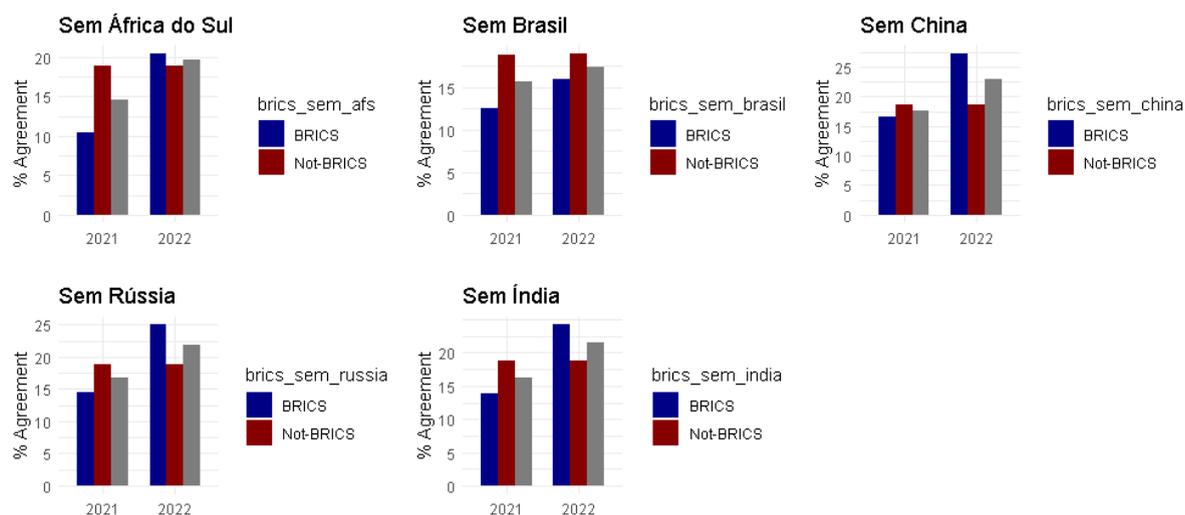


Gráfico 65 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

No gráfico 66, observa-se que a ausência da África do Sul aumenta as reprovações em 2021 e 2022, acompanhada pelo Brasil apenas em 2022. Por outro lado, China, Rússia e Índia apresentam comportamentos similares, sendo os únicos cujas ausências diminuem a convergência dos BRICS em relação aos demais nas reprovações em 2022.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Reprovação nas Resoluções de Direitos Humanos em 2021 e 2022

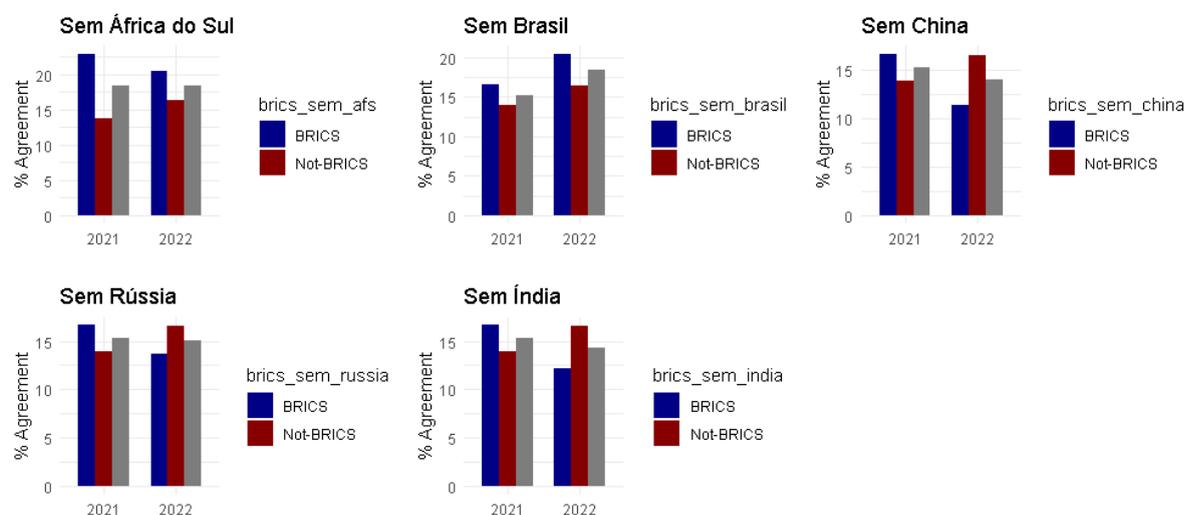


Gráfico 66 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Por fim, as ausências nas resoluções sobre direitos humanos em 2021 e 2022 indicadas no gráfico 67 são inexpressivas para os BRICS.

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Ausência nas Resoluções de Direitos Humanos em 2021 e 2022

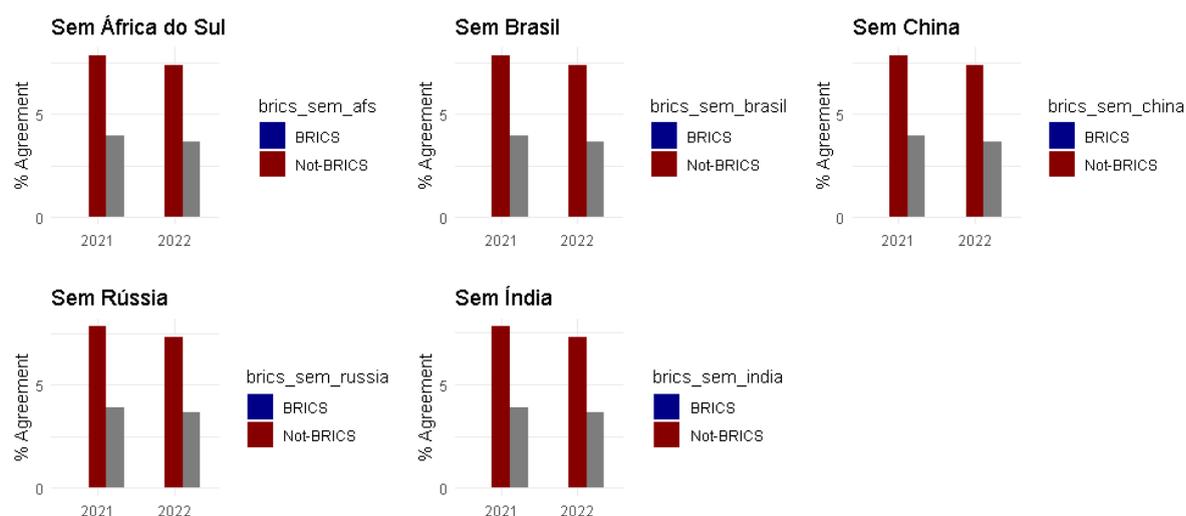


Gráfico 67 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Votação sobre Desenvolvimento Econômico

O gráfico 68 demonstra que apenas duas agendas são relevantes para analisar o comportamento dos BRICS: a de aprovações, continuamente figurando como a categoria modal, e a de abstenções. O alinhamento dos BRICS na agenda de desenvolvimento econômico é absoluto em 2021, superando os valores máximos dos anos anteriores, sendo novamente superior à distribuição total de forma mais expressiva em 2021, e não o é em 2022 devido à presença do Brasil que, conforme demonstrado nos gráficos 69 e 70, é o único país que aumenta as abstenções nesse ano.

Alinhamento dos BRICS nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas nas Resoluções de Desenvolvimento Econômico em 2021 e 2022

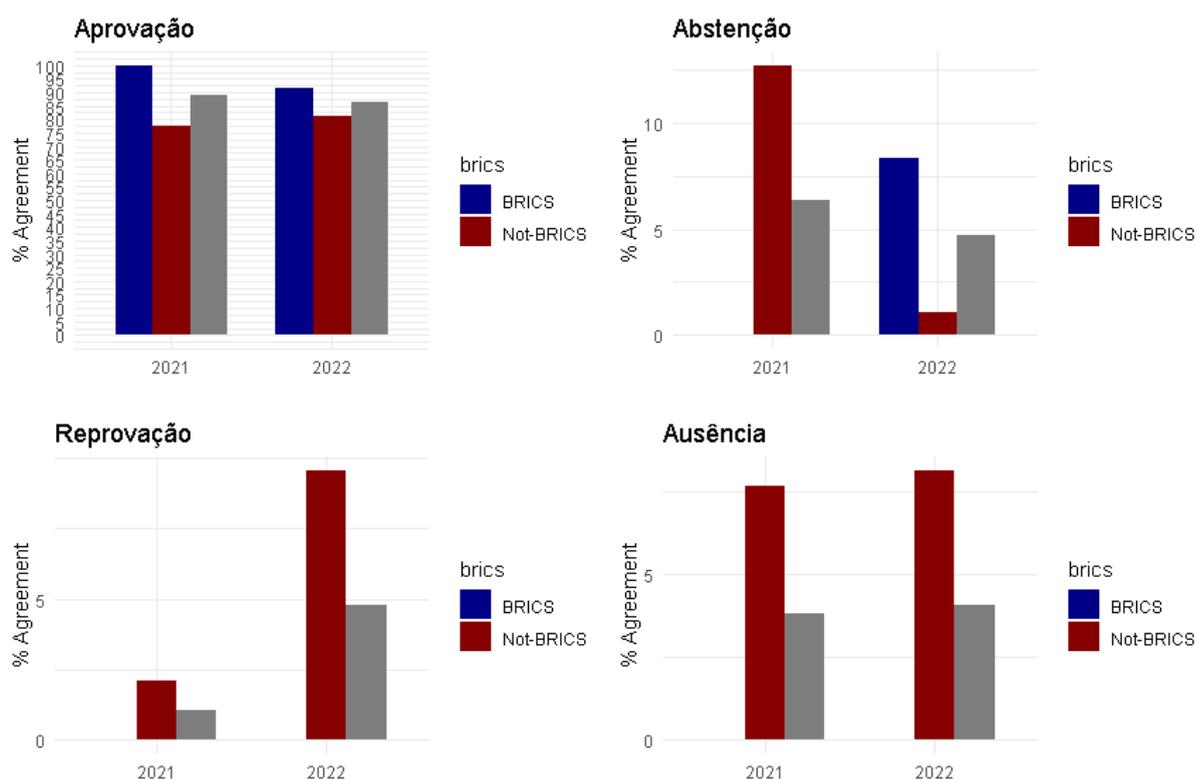


Gráfico 68 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Aprovação nas Resoluções de Desenvolvimento Econômico de 2012 a 2020

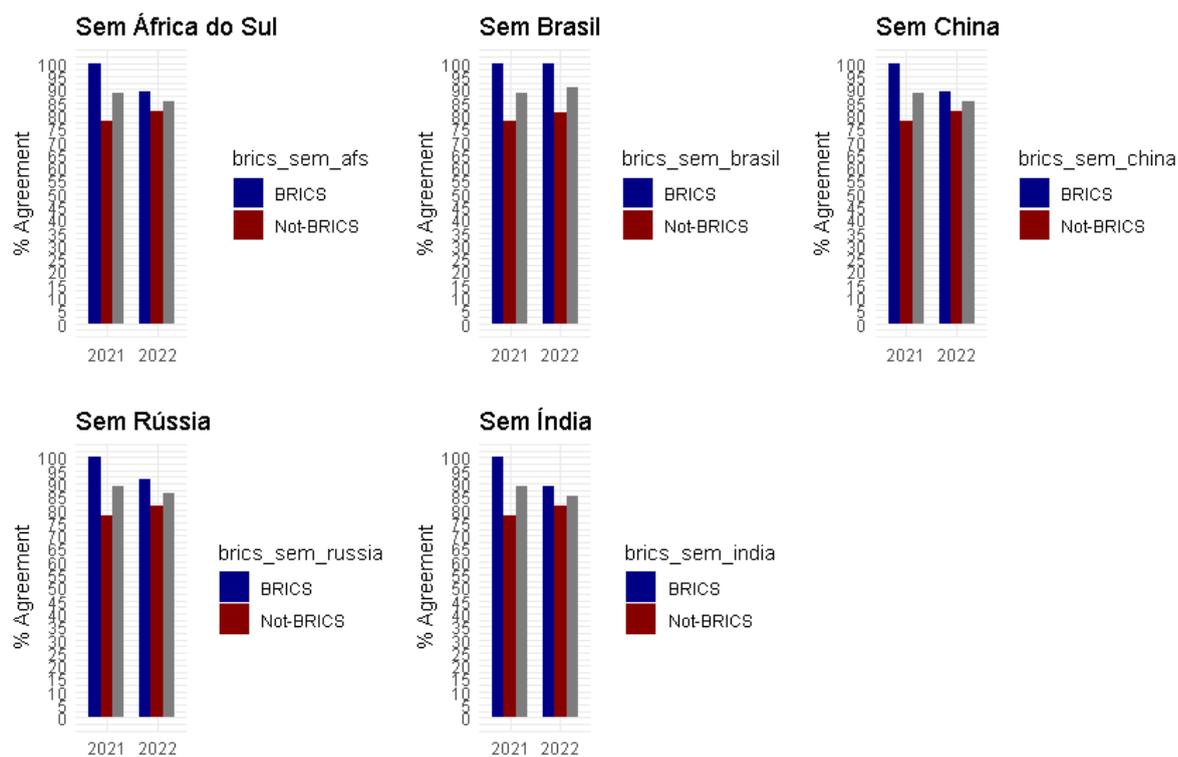


Gráfico 69 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

Alinhamento dos BRICS Isolando Países nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas para Votos de Abstenção nas Resoluções de Desenvolvimento Econômico de 2012 a 2020

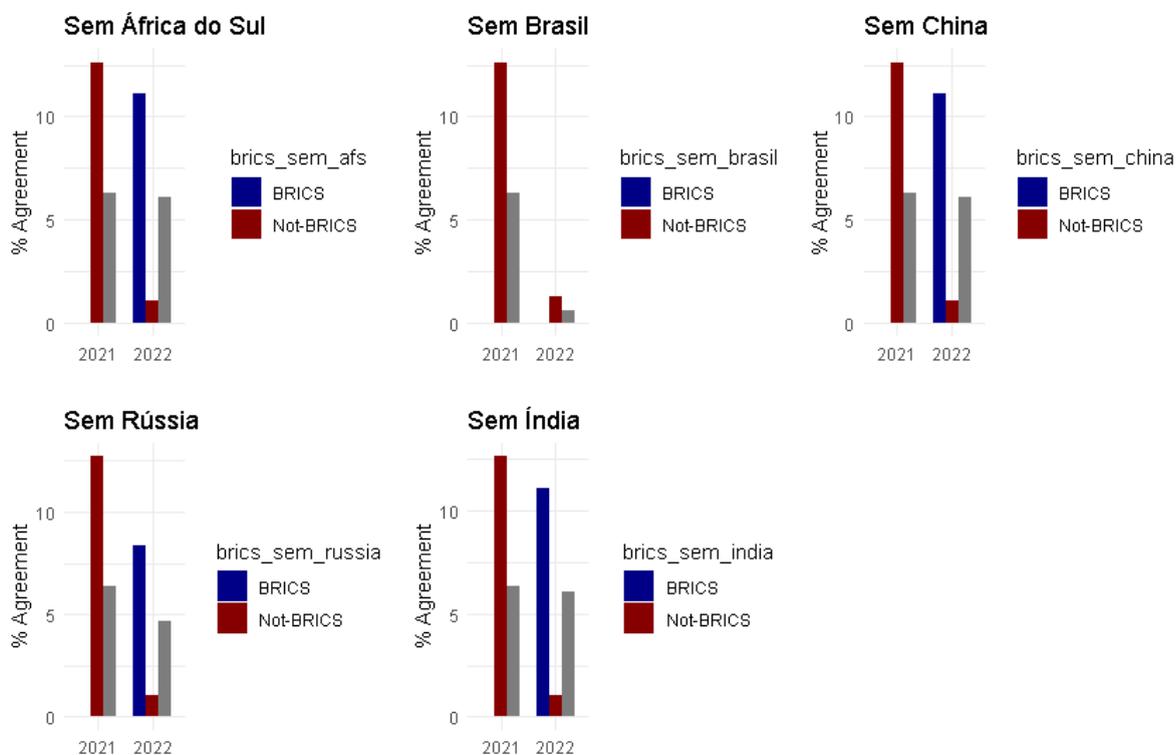


Gráfico 70 - Elaboração Própria (Harvard Dataverse)

3.3 Análise de Resultados

Os resultados da análise permitem confirmar, inicialmente, que os BRICS operam como uma coalizão que expressa preferências semelhantes de forma geral dentro da Assembleia Geral das Nações Unidas. Ao analisar os dados, constata-se que o grupo possui uma das condições apontadas pela literatura para avaliar a qualidade de uma coalizão, qual seja: afinidade de preferências. Com efeito, eles mantêm um alinhamento considerável dentro da AGNU nas suas áreas de interesse, confirmando a intenção expressa de cooperar naquilo que lhes for factível dentro desse âmbito, estando geralmente mais convergentes do que a distribuição total.

Isso confirma a primeira hipótese de que há uma harmonização de interesses do grupo nesse foro. Além disso, a segunda hipótese é parcialmente confirmada, embora de forma invertida. Esperava-se que a agenda de desenvolvimento econômico fosse a principal fonte de alinhamento externo dos BRICS nesse âmbito, no entanto, constatou-se que ela fica atrás do

tema do conflito na Palestina, que é a agenda onde a convergência é mais expressiva e homogênea entre os membros do grupo, seguida da agenda de desenvolvimento econômico em segundo lugar. Com efeito, a convergência é particularmente acentuada em algumas agendas, como as resoluções relacionadas ao conflito na Palestina, onde os valores máximos são notáveis, assim como em questões de desenvolvimento econômico e colonialismo. Especificamente nos anos de 2021 e 2022, a agenda de colonialismo destaca-se como a de maior convergência, atingindo um nível absoluto em todas as análises.

Por outro lado, algumas agendas, como as de material nuclear e controle e desarmamento, mostram um alinhamento inferior dos BRICS em relação às demais distribuições entre 2012 e 2020. Notavelmente, em 2021 e 2022, houve uma inversão nessa tendência para a agenda de controle e desarmamento, com o alinhamento dos BRICS superior ao da distribuição total para ambos os anos, destacando-se especialmente em 2022. Nessa esteira, apesar de apresentarem uma articulação semelhante em aspectos gerais, a convergência dos BRICS não é uniforme, seja em nível de agenda ou de países. A análise dos clusters revela uma divisão interna expressiva nos BRICS, inicialmente formando três grupos que se consolidaram em dois polos nos anos de 2021 e 2022. Além disso, a clusterização interna da Assembleia revela que os BRICS não são o cluster de maior alinhamento interno na distribuição geral, tendo inicialmente integrado o eixo máximo de alinhamento que foi se desfazendo ao longo dos anos.

Ao examinar o comportamento dos países isoladamente em todas as categorias e agendas desagregadas, percebe-se padrões de divisão interna. Brasil e África do Sul estão mais próximos em comportamento, e às vezes se destacam como países agregadores de convergência, embora o Brasil tenha mudado esse comportamento nos últimos anos na agenda do conflito na Palestina. A Rússia e a Índia têm comportamentos similares, com a Índia assumindo recentemente o papel de principal país desagregador de preferências em algumas agendas, ao passo que a China transita entre os dois grupos, ora mais próxima do Brasil e da África do Sul, ora mais próxima da Rússia, dependendo da agenda em questão.

As mudanças observadas no biênio 2021 e 2022 indicam alterações que sugerem a influência de variáveis externas, possivelmente relacionadas à guerra na Ucrânia. Observa-se que a Rússia deixa de ser o principal país dispersor de alinhamento em temas relacionados à segurança internacional, como material nuclear e controle e desarmamento, abrindo espaço para a Índia assumir a liderança nessa agenda, ao contrário do que ocorria anteriormente em que estava em segundo lugar mais próxima da Rússia. No caso do Brasil, o país também parece sofrer influências de outras variáveis nesse biênio, possivelmente relacionadas ao

contexto doméstico, indicando um possível efeito eleitoral. Esses achados demandam outras investigações complementares para reforçar a ideia de que os BRICS são um arranjo pragmático para os países.

Com efeito, os resultados encontrados avançam na concepção dos BRICS como uma coalizão instrumental, na qual os países expressam preferências semelhantes naquilo que está mais alinhado com seus interesses como grupo, sem substituí-los por suas posições individuais de política externa em determinadas agendas. Essa constatação é respaldada pelos achados quantitativos e pela análise qualitativa. Como destacado por Abdenur (2016), os BRICS tendem a não se envolver diretamente de forma coletiva na agenda de segurança internacional, mesmo que declarem posições similares. Portanto, não é surpreendente que as áreas de menor alinhamento e convergência interna dos BRICS sejam as agendas de material nuclear e controle e desarmamento, especialmente devido às posições da Rússia e Índia nessas questões, assim como o aumento do compromisso na última revela o pragmatismo das posições dos BRICS como coletividade. Em outra dimensão, conforme argumentado por Abdenur e Folly (2016), a agenda de cooperação para o desenvolvimento financeiro é a área de menor resistência dentro dos BRICS. Isso explica o maior alinhamento e homogeneidade dos países nessa agenda dentro da AGNU, em comparação com temas como direitos humanos, material nuclear e controle e desarmamento.

Além disso, as divisões internas também estão associadas aos interesses individuais de cada país no grupo. Em particular, para a Rússia, recuperar seu status de potência global implica alinhar-se aos BRICS para reiterar seu não isolamento na arena internacional, e isso se confirma ao verificar que, mesmo internamente havendo divisões em agendas específicas, cuja área de interesse coletivo em comum é reduzida, a Rússia mesmo sendo dispersora de convergência em agendas específicas, está ora acompanhada da Índia, ora da China em suas posições. A mesma dinâmica se aplica ao Brasil, que desempenha o papel de articulador de consensos e é um país agregador de convergência na agenda agregada dos BRICS. Por sua vez, a China também demonstra uma relação estreita entre seus objetivos no contexto dos BRICS e seu comportamento no grupo, ao exercer uma liderança equilibrada entre os diferentes subgrupos do bloco.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, contribuo para a compreensão dos BRICS enquanto coalizão, avaliando seu comportamento coletivo em um dos elementos mais relevantes para qualificá-lo

como tal: a afinidade de preferências naquilo que é do interesse comum do grupo. No primeiro capítulo, estabeleci a contribuição teórica ao analisar a Assembleia Geral das Nações Unidas como um foro paradigmático, cujo comportamento das delegações se assemelha não apenas em termos procedimentais, mas também na natureza da tomada de decisões. Em seguida, no capítulo 2, apresentei a trajetória dos BRICS, destacando dois momentos importantes: a entrada da África do Sul, que representa um avanço político do grupo, e o marco institucional significativo da criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo de Contingências, que representa um passo significativo na cooperação intra-BRICS na agenda financeira. Além disso, este capítulo ilustra as características de cada país que os figuram como potências regionais na arena internacional, além de estabelecer os interesses de cada um com sua respectiva participação nos BRICS.

O terceiro capítulo explora as atas de reunião do grupo para identificar a centralidade da Assembleia Geral das Nações Unidas para a coalizão, buscando indicativos de coordenação entre os BRICS no interior desse órgão. Em seguida, a pesquisa quantitativa investiga os padrões de comportamento dos países nas agendas agregadas e desagregadas, buscando evidências concretas da afinidade de preferências e da coesão do grupo em diferentes áreas de interesse. À luz do exposto, observa-se que a dimensão política desempenha um papel importante para os BRICS, além do compromisso reiterado em diversas agendas além da dimensão econômica, como também o interesse em atuar conjuntamente dentro do foro mais paradigmático da arena internacional.

Em sua atuação, é possível notar que o alinhamento dos BRICS dentro da Assembleia é superior à média geral e à dos não-BRICS, especialmente nas agendas de maior interesse e atuação do grupo. No entanto, essa convergência não é uniforme, apresentando divisões internas mais evidentes nas agendas onde há menos consenso entre os BRICS, resultando em um alinhamento inferior ao da Assembleia nesses casos. Essa dinâmica reflete o posicionamento dos BRICS como instrumental, alinhado com suas respectivas políticas externas e interesses manifestados nas reuniões de cúpula. A pesquisa confirma a afinidade de preferências dos BRICS naquilo em que eles concebem como áreas de interesse em comum, apresentando a afinidade de preferências nessas agendas, mas ressalta a necessidade de estudos futuros para entender os mecanismos de coordenação e atuação da coalizão e como isso se traduz em cooperação específica dentro da Assembleia. Além disso, a entrada de novos membros suscitará questionamentos sobre o alinhamento das preferências considerando a divisão interna existente. Será crucial compreender se os novos membros resultarão em níveis de alinhamento diferentes ou se aprofundarão ainda mais a clusterização do grupo.

REFERÊNCIAS

ABOTT, Kenneth W., SNIDAL, Duncan. Why States Act Through Formal International Organizations. *The Journal of Conflict Resolution*, v.42, nº1, p.3-32, 1998;

ABDENUR, Adriana Erthal., MUGGAH, Robert. A Nova Rota da Seda e o Brasil. *Le Monde Diplomatique*, 2017;

ABDENUR, Adriana. Rising Powers and International Security: the BRICS and the Syrian Conflict. *Rising Powers Quarterly*, v.1, nº1, p.109-133, 2016;

ABDENUR, Adriana., FOLLY, Maiara. The New Development Bank and the Institutionalization of the BRICS. In: *Coleção Relações Internacionais. BRICS Studies and Documents*. Fundação Alexandre de Gusmão, 2017;

ALBERT, Eleanor. *China-Taiwan Relations*. Council on Foreign Relations, 2016;

ALDEN, Chris., SCHOEMAN, Maxi. South Africa in the company of giants: the search for leadership in a transforming global order. *International Affairs*, v.89, nº1, p.111-129, 2013;

ALDEN, Chris., SCHOEMAN, Maxi. South Africa's symbolic hegemony in Africa. *International Politics*, v.52, nº2, p.239-254, 2015;

BACHE, Ian., GEORGE, Stephen., BALMER, Simon. *Politics in the European Union*. Oxford University Press, 3rd edition, 2011;

BENES, Eduard. The League of Nations: Successes and Failures. *Foreign Affairs*, v.11, nº1, p.66-88, 1932;

BENSAHEL, Nora. A Coalition of Coalitions: International Cooperation Against Terrorism, *Studies in Conflict & Terrorism*, 29:1, p.35-49, 2006;

BOLOGNESI, Bruno., RIBEIRO, Ednaldo., CODATO, Adriano. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. *Dados*, v.66, nº 2. p.1-29, 2022;

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Decreto nº 8.702, de 1º de abril de 2016. Promulga o Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS, de 15 de julho de 2014. *Diário Oficial da União*. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/D8702.htm. Acesso em 24 de janeiro de 2014;

BRAZYS, Samuel., PANKE, Diana. Why do states change positions in the United Nations General Assembly? *International Political Science Review*, v38, nº1, p.70-84, 2017;

BREWSTER, David. *India as an Asia Pacific power*. Routledge, 2012;

BRICS. Agreement on the New Development Bank. Fortaleza, 15 de julho de 2014. Disponível em: <https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/11/Agreement-on-the-New-Development-Bank.pdf>. Acesso em 24 de janeiro de 2024;

CAI, Peter. *Understanding China's Belt and Road Initiative*. Lowy Institute, 2017;
CAMERON, David R., ORENSTEIN, Mitchell A. Post-Soviet Authoritarianism: The Influence of Russia in Its "Near Abroad". *Post-Soviet Affairs*, v28, nº1, p.1-44, 2013;

CARVALHO, Thales., LOPES, Dawisson Belém. *International Clientelistic Networks and International Fora: The Case of Venezuela at the United Nations General Assembly (1999–2015)*. Working Paper, Institute on Global Conflict and Cooperation. 2022;

CHAULIA, Sreeram. In Spite of the Spite: An Indian View of China and India in BRICS. *Global Policy*, v.12, nº4, p.519-523, 2021;

CIA. *The World Factbook*. Explore All Countries - Brazil, South America. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/brazil/#geography>. Acesso em 06 de fevereiro de 2024;

CIL. ASEAN and China: Past, Present, Future, 2018. Disponível em: <https://cil.nus.edu.sg/publication/asean-and-china-past-present-future/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2024;

CIS. Acordo que estabelece a Comunidade de Estados Independentes. 8 de dezembro de 1991. Disponível em: <https://cis.minsk.by/about-cis>. Acesso em 20 de fevereiro de 2024;

CONSTANTINI, Valeria., CRASCENZI, Riccardo., FILIPPIS, Fabrizio de., SALVATICI, Luca. Bargaining Coalitions in the WTO Agricultural Negotiations. *The World Economy*, v.50, nº5, p.863-891, 2007;

CSTO. From the Treaty to the Organization. Disponível em: <https://en.odkb-csto.org/25years/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2024;

DAVYDOV, Vladimir. BRICS seeks new global balance. *Russia Beyond*, 2012. Disponível em: https://www.rbth.com/articles/2012/03/15/brics_seeks_new_global_balance_15153. Acesso em 05 de janeiro de 2024;

DAMICO, Flávio. Previous History: From a Market Acronym to Political-Diplomatic Dialogue. In: Coleção Relações Internacionais. BRICS Studies and Documents. Fundação Alexandre de Gusmão, 2017;

DEWS, Fred., MILLER, Jane. On fifth anniversary of Global Coalition to Defeat ISIS, former leaders reflect on successes and future challenges. Policy Commons. Disponível em: <https://policycommons.net/artifacts/4138101/on-fifth-anniversary-of-global-coalition-to-defeat-isis-former-leaders-reflect-on-successes-and-future-challenges/4945896/>. Acesso em 04 de janeiro de 2024;

DIKO, Nqophisa., SEMPIJJA, Norman. Does participation in the BRICS foster South-South cooperation? Brasil, South Africa, and the Global South. Journal of Contemporary African Studies, v.39, n°1, 2021;

DREHER, Axel., NUNNENKAMP, Peter., THIELE, Rainer. Does US aid buy UN General Assembly Votes? A disaggregated analysis. Public Choice, 136, p.134-164, 2008;

EBRAHIMKHANI, Hossein. SAARC, 35 Years after Inception, Institute for Political and International Studies. Disponível em: <https://www.ipis.ir/en/newsview/634231/saarc-35-years-after-inception>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024;

ELORANTA, Jari. Why did the League of Nations fail? Clitometrica, v.5, p.27-52, 2011;

GAUTIER, Lara, et al. Reforming the World Health Organization: what influence do the BRICS wield? Contemporary Politics, v.20, n°2, p.163-181, 2014;

GEHRING, T.; FAUDE, B. A theory of emerging order within institutional complexes: How competition among regulatory international institutions leads to institutional adaptation and division of labor. Springer Science+Business, 2014;

GELDENHUYS, Deon. South Africa: The Idea-driven Foreign Policy of a Regional Power. In: FLAMES, Daniel. Regional Leadership in the Global System: ideas, interests and strategies of regional powers. Ashgate Publishing Limited, 2010;

GRAHAM, Thomas. Let Russia Be Russia. The Case for a More Pragmatic Approach to Moscow. Foreign Affairs, 2019.

GROUPS OF MEMBER STATES. Model United Nations. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170315054247/https://outreach.un.org/mun/content/groups-member-states>. Acesso em 22 de novembro de 2023;

HALL, Peter., TAYLOR, Rosemary. As Três Versões do Neo-Institucionalismo. Lua Nova, n° 58, 2003;

HARRISON, Philip. South Africa in the BRICS. OASIS, 19, p.67-84, 2014;

HERTZ, Mônica., HOFFMAN, Andrea. Organizações Internacionais: história e práticas. Elsevier, 10ª edição, 2004;

HARVARD DATAVERSE. United Nations General Assembly Voting Data. Disponível em: <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/LEJUOZ>. Acesso em 06 de maio de 2024;

HERREN, Madeleine. International Organizations, 1865-1945. In: COGAN, Jacob., HURD, Ian., JOHNSTONE, Ian. The Oxford Handbook of International Organizations. Oxford University Press, 2016;

HOSLI, Madeleine. et al. Voting Cohesion in the United Nations General Assembly: The Case of the European Union. ECPR Fifth Pan-European Conference, 2010;

IMF. GDP, Current prices billion of U.S. dollars. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/AFQ/DZA/ZAF/MAR/NGA/EGY?year=2019>. Acesso em 26 de fevereiro de 2023;

IMMERGUT, Ellen. The Theoretical Core of the New Institutionalism. Politics & Society, v.6, n°1, 5-34, 1998;

IPEA. Towards a long-term strategy for BRICS: a proposal by the BRICS Think Tanks Council. 2015;

JURKYNAS, Mindaugas. Quando você não mora perto de Alis...isto é, na Rússia. Delfos, Anel de Opinião, 2023. Disponível em: <https://www.delfi.lt/news/ringas/lit/mindaugas-jurkynas-kai-negyveni-salia-alis-t-y-rusijos-93866185>. Acesso em 20 de fevereiro de 2024;

KARNS, Margaret P. General Assemblies and Assemblies of State Parties. In: COGAN, Jacob., HURD, Ian., JOHNSTONE, Ian. The Oxford Handbook of International Organizations. Oxford University Press, 2016;

KEOHANE, Robert. After Hegemony. Princeton University Press, 1984;

KEOHANE, Robert. International Institutions and State Power: Essays in International Relations Theory. Routledge Taylor & Francis Group, 2018.

KEOHANE, Robert. Lilliputian Dilemmas: Small States in International Politics. International Organization, 23, 2, p.291-310, 1969;

KRASNER, Stephen. Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: Regimes como Variáveis Intervenientes. *Revista Sociologia e Política*, v.20, nº42, p.93-110, 2012;

KUBICEK, Paul. *The Commonwealth of Independent States: an example of failed regionalism?* Cambridge University Press, 2009;

LARIONOVA, Marina., SHELEPOV, Andrey. Is BRICS Institutionalization Enhancing Its Effectiveness? In: REWIZORSKI, Marek. *The European Union and the BRICS: Complex Relations in the Era of Global Governance*. Springer Cham, 2015;

LAÏD, Zaki. *The BRICS Against the West?* SciencePo. Ceri Strategy Papers, nº11, 2017;

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira, et al. *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. IPEA, 2011;

LIMA, Maria Regina Soares de Lima., HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International Affairs*, v82, nº1, p.21-40, 2006;

LIU, Ming. BRICS development: a long way to a powerful economic club and new international organization. *The Pacific Review*, v.29, nº3, p.443-453, 2016;

LO, Bobo. *The Illusion of Convergence - Russia, China, and the BRICS*. Institut Français des Relations Internationales, 2016;

LOPES, Dawisson Belém., CASARÕES, Guilherme. Can International Organisations Be Democratic? A Reassessment. *Contexto Internacional*, v. 41, nº3, p.481-500, 2019;

LOPES, Dawisson Belém. De-westernization, democratization, disconnection: the emergence of Brazil's post-diplomatic foreign policy. *Global Affairs*, v6, nº2, p.167-184, 2020;

LOPES, Dawisson Belém. *Octavio Amorim Neto - De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira*. Campus, Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011;

LOPES, Dawisson Belém, VALENTE, Mario Schettino. A Construção Social dos Princípios Conformadores e das Normas Programáticas de Política Externa Brasileira na Constituição Federal de 1988. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v.59, nº4, p.995-1054, 2016;

MALAMUD, Andrés. A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy. *Latin American Politics and Society*, v.53, nº3, p.1-24, 2011;

MATTI, Simon., SANDSTROÖM, Annica. The Defining Elements of Advocacy Coalitions: Continuing the Search for Explanations for Coordination and Coalition Structures. *Review of Policy Research*, v.30, n°2, p.240-257, 2013;

MAZAT, Numa., SERRANO, Franklin. A Geopolítica da Federação Russa em Relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito. In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. *O Renascimento de uma Potência? Vinte Anos de Transformações na Rússia*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012;

MEARSHEIMER, John J. Why the Ukraine Crisis is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin. *Foreign Affairs*, 2014;

MESQUITA, L. R. A Formação do Sistema Brasileiro de Política Exterior. *Mural Internacional*, v.5, n°1, p.71-81, 2014;

MELO, R; CÂMARA, R. A Estrutura da competição pela Presidência e a consolidação do sistema partidário. *Dados*, 55, n°1, 2012;

MESQUITA, Rafael., PIRES, Antonio. What Are UN General Assembly Resolutions for? Four Views of Parliamentary Diplomacy. *International Studies Review*, v.25, n°1, 2023;

MEZA, Raúl Bernal. La Inserción Internacional de Brasil: El Papel de BRICS Y de la Región. *UNIVERSUM*, v.30, n°2, p.17-35, 2015;

MILANI, Carlos R. S., KLEIN, Magno. South-South cooperation and foreign policy: Challenges and Dilemmas in the Perception of Brazilian diplomats. *International Relations*, v.35, n°2, p.277-298, 2021;

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRICS. Declaração de Brasília. XI Cúpula. Brasília, 14 de novembro de 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-de-brasilia-11-cupula-do-brics. Acesso em 05 de fevereiro de 2014;

_____. BRIC. Joint Statement. I Cúpula, Ecatimburgo, 16 de junho de 2009. Obtido através da Lei de Acesso à Informação.

_____. BRICS. Delhi Declaration. IV Cúpula. Nova Delhi, 29 de março de 2012. Obtido através da Lei de Acesso à Informação.

_____. BRICS. Declaração e Plano de Ação de Fortaleza. VI Cúpula. Fortaleza, 15 de julho de 2014;

_____. BRICS. Declaração e Plano de Ação de Goa. VIII Cúpula. Goa, 15-16 de outubro de 2016. Disponível em:

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/viii-cupula-do-brics-goia-india-15-e-16-de-outubro-de-2016-declaracao-e-plano-de-acao-de-goia. Acesso em 25 de janeiro de 2024;

_____. BRICS. Declaração de Joanesburgo. X Cúpula, Joanesburgo, 27 de julho de 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles. Acesso em 05 de fevereiro de 2024;

_____. BRICS. Declaração de Nova Delhi. XIII Cúpula, 09 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xiii-cupula-brics-declaracao-de-nova-delhi. Acesso em 05 de fevereiro de 2024;

_____. BRICS. Declaração de Xiamen. IX Cúpula, Xiamen, 4 de setembro de 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017. Acesso em 25 de janeiro de 2024;

_____. BRICS. Declaração de Pequim. XIV Cúpula dos BRICS, 24 de junho de 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-pequim-da-xiv-cupula-do-brics. Acesso em 05 de fevereiro de 2024;

_____. BRIC. Joint Statement. II Cúpula, Brasília, 15 de abril de 2010. Obtido através da Lei de Acesso à Informação;

_____. BRICS. Joint Statement. II Cúpula, Sanya, 14 de abril de 2011. Obtido através da Lei de Acesso à Informação;

_____. BRICS. Sessão plenária. VII Cúpula, Ufá, 8-9 de julho de 2015. Obtido através da Lei de Acesso à Informação;

_____. BRICS. XII Cúpula do BRICS. 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1mqo453Hg4iYhEFBdoE82xV75QCWYHK63>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024;

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE RUSSIAN FEDERATION. Joint Communiqué, May 16, 2008. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/080516-foreign.html>. Acesso em 18 de janeiro de 2024;

MONTENEGRO, R; MESQUITA, R. Leaders or Loners? How Do the BRICS Countries and their Regions Vote in the UN General Assembly. *Brazilian Political Science Review*, v.11, nº2, 2017.

MORRIS, Justin. Origins of the United Nations. In: WEISS, Thomas., DAWS, Sam. *The Oxford Handbook on the United Nations*, 2nd edition, Oxford University Press, 2018;

NICOLINI, João Paulo., CARVALHO, Carlos Eduardo. A Índia, o NBD e o ACR do BRICS: percepções e interesses. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v.36, nº129, p.53-69, 2015;

NOGUEIRA, Isabela. O lugar da China na economia-mundo capitalista wallersteiniana. *Textos de Economia*, v.11, nº1, 2008;

NOLTE, Detlef. How to Compare Regional Powers: analytical concepts and research topics. *Review of International Studies*, v. 36, p.881–901, 2010;

NYE, Joseph. *Soft Power and Great-Power Competition: Shifting Sands in the Balance of Power Between the United States and China*. Springer, 2023;

NYE, Joseph. Xi Jinping's Marco Polo Strategy. In: *Soft Power and Great-Power Competition: Shifting Sands in the Balance of Power Between the United States and China*. Springer, 2023;

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes., ONUKI, Janina., OLIVEIRA, Emmanuel. Coalizões Sul-Sul e multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. *Contexto Internacional*, 28, 2, 2006;

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes., ONUKI, Janina. Mercosul e BRICS: a convergência na Assembleia Geral das Nações Unidas. *Geopolítica*, v.4, nº1, p. 87-106, 2013;

OLIVEIRA, Henrique Campos., FILHO, Alvino Sanches. Uma breve trajetória dos elementos constitutivos do Advocacy Coalition Framework (ACF). *Revista de Administração Pública*, 56, 5, 2022;

O'NEILL, Jim. Building better economic BRICs. *Global Economics Paper*, 2001. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/intelligence/archive/building-better.html>. Acesso em 16 de janeiro de 2024;

PAIVA, Denise et al. O Eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. *Opinião Pública*, v.22, nº3, 2016;

PAPA, Mihaela., VERMA, Raj. Scenarios for BRICS Evolution in Light of the India-China Conflit. *Global Policy*, v.12, nº4, 2021;

PECEQUILO, Cristina Soreanu., DO CARMO, Corival Alves. O Brasil e a América do Sul: Relações Regionais e Globais. Alta Books Editora, 2015;

PETERSON, M.J. The UN General Assembly. Routledge, Taylor & Francis Group, 2005;

PEVEHOUSE, Jon., BORZYSKOWSKI, Inken. International Organizations in World Politics. In: COGAN, Jacob., HURD, Ian., JOHNSTONE, Ian. The Oxford Handbook of International Organizations. Oxford University Press, 2016;

PELLET, Alain. Inutile assemblée générale? Pouvoirs, Éditions Le Seuil, n°109, p.43-60, 2004;

POLLACK, Jonathan D. ASIAN-Pacific Responses to a Rising China. In: POLLACK, Jonathan D., YANG, Richard H. In China's Shadow: Regional Perspectives on Chinese Foreign Policy and Military Development. Rand, 1998;

PRZEWORSKI, Adam. Institutions Matter? Government and Opposition Ltd, 2004;

RAMANZINI JR, Haroldo., VIANA, Manuela. Países em desenvolvimento em uma ordem internacional em transformação: coalizões e soluções de disputas na OMC. Revista Brasileira de Política Internacional, 55, 2, 2012;

REICHENSTEIN, Birgit. Regionalization. In: VOLGER, Helmut. A Concise Encyclopedia of the United Nations, 2nd edition, Martinus Nijhoff Publishers, 2010;

RIBEIRO, Elton Jony Jesus., MORAES, Rodrigo Fracalossi de. De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um Clube de Gigantes. Contexto Internacional, v.37, n°1, 2015;

ROHDE, David. Reflections on the Practice of Theorizing: Conditional Party Government in the Twenty-First Century. The Journal of Politics, v.75, n°4, p.849-864, 2013;

RUESCHEMEYER, Dietrich. CAN ONE OR A FEW CASES YIELD THEORETICAL GAINS. Cambridge University Press, 2014;

RUGGIE, John. Multilateralism: the Anatomy of an Institution. International Organization, v.46, n°3, p.561-598, 1992;

SABATIER, Paul. Theories of the Policy Process. Westview Press, 2007;

SALOMÓN, Mónica., PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. Revista Brasileira de Política Internacional, v.56, n°1, 2013;

SAKUWA, Kentaro. A not so dangerous dyad: China's rise and Sino-Japanese rivalry. *International Relations of the Asia-Pacific*, v.9, n°3, p.497-528, 2009;

SEAWRIGHT, Jason. *Multi-Method Social Science*, Cambridge University Press, 2016

SOCIÉTÉ DES NATIONS - JOURNAL OFFICIEL. *Pacte de la Société des Nations*, 1920. Disponível em: <https://www.ungeneva.org/en/about/league-of-nations/covenant>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

STATISTA. BRICS Countries - Statistics & Facts, 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/1393/bric-countries/#topicOverview>. Acesso em 15 de janeiro de 2024;

STATISTA. Economy. BRICS and G7 countries' share of the world's total gross domestic product (GDP) in purchasing power parity (PPP) from 2000 to 2023, 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1412425/gdp-ppp-share-world-gdp-g7-brics/>. Acesso em 15 de janeiro de 2024;

STATISTA. Economy & Politics. The 30 largest countries in the world by total area in square kilometers, 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/262955/largest-countries-in-the-world/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2024;

STATISTA. Society. Twenty countries with the largest population in mid-2023 in millions. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/262879/countries-with-the-largest-population/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2024;

STUENKEL, OLIVER. *BRICS E o Futuro da Ordem Global*. Paz & Terra, 2017;

TELLA, Oluwaseun. South Africa in BRICS: The Regional Power's Soft Power and Soft Balancing. *South African Journal of Political Studies*, v.44, n°3, p.387-403, 207;

THIES, Cameron. *Rising Powers & Foreign Policy Revisionism: Understanding the BRICS Identity and Behavior Through Time*. University of Michigan Press, 2017;

TRENIN, Dmitri. Russia's Spheres of Interest, not Influence. *The Washington Quarterly*, v.32, n°4, p.3-22, 2009;

UNITED NATIONS. *Charter of the United Nations*, 1945. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Acesso em 06 de novembro de 2023;

UNITED NATIONS. General Assembly - Functions and powers of the General Assembly. Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/about/background.shtml>. Acesso em 06 de novembro de 2023;

UNITED NATIONS. Rules of Procedure of The General Assembly. New York, 2022. Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/about/ropga/cttees.shtml>. Acesso em 11 de novembro de 2023;

UZODIKE, Nwabufo. South Africa and BRICS: Path to a new African hegemony? In: PLAATJIES, Daniel et al. State of the Nation 2016: Who is in Charge? Mandates, Accountability and Contestations in South Africa, HSRC Press, 2016;

VIGEVANI, Tullo., RAMANZINI JR, Haroldo. Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul. Dados, v.57, n°2, p.517-552, 2014;

WEISS, Thomas., DAWS, Sam. The Oxford Handbook on the United Nations, 2nd edition, Oxford University Press, 2018;

WINKELMANN, Ingo. Regional Groups in the UN. In: VOLGER, Helmut. A Concise Encyclopedia of the United Nations, 2nd edition, Martinus Nijhoff Publishers, 2010;

WOMACK, Brantly. China and Southeast Asia: Asymmetry, Leadership and Normalcy. Pacific Affairs, v.76, n°4, p.529-548, 2004;

WONG, Lai Foon. China- ASEAN and Japan-ASEAN Relations during the Post-Cold War Era. The Chinese Journal of International Politics, v.1, n°3, p.373–404, 2007;

WORLD BANK. GDP (current US\$), 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>. Acesso em 06 de fevereiro de 2024;

WORLD BANK. India's Growth to Remain Resilient Despite Global Challenges, 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/10/03/india-s-growth-to-remain-resilient-despite-global-challenges>. Acesso em 24 de fevereiro de 2024;

YANG, Dali. Patterns of China's Regional Development Strategy. Cambridge University Press, The China Quarterly, v.122, p.230-257, 1990;

ANEXOS**A. MENÇÕES À ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS NO INTERVALO INDICADO**

Ano	Menção
2012	2
2013	4
2014	6
2015	6
2016	5
2017	5
2018	5
2019	5
2020	4
2021	3

2022	3
------	---

B. MENÇÕES À AGENDAS DE ATUAÇÃO DOS BRICS NA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Agenda	Menção
Doenças em Geral	1
Agricultura Familiar	1
Situação da Palestina	2
Controle da Tuberculose	2
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	2
Tecnologias de Informação e Comunicação	2
Controle do Problema Mundial das Drogas	3
Prevenção ao Terrorismo	9

C. MENÇÃO ÀS AGENDAS DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS NAS REUNIÕES DE CÚPULA DOS BRICS

Agenda	Menção
Colonialismo	2
Controle e Desarmamento	20
Palestina	27
Material Nuclear	37
Direitos Humanos	60
Economia	521

D. DISTRIBUIÇÃO TOTAL VOTAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

